

MÔNICA MANO TRINDADE

UM ESTUDO LÉXICO-CONCEPTUAL DA METONÍMIA

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor no curso de pós-graduação em Lingüística da Universidade Federal de Santa Catarina.

Orientador: Prof. Dr. Heronides M. M. Moura

Florianópolis, 2006

MÔNICA MANO TRINDADE

UM ESTUDO LÉXICO-CONCEPTUAL DA METONÍMIA

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor no curso de pós-graduação em Lingüística da Universidade Federal de Santa Catarina.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Heronides Moura (orientador)

Prof. Dr. Jorge Campos da Costa (PUC-RS)

Profª. Dra. Margarida Basílio (PUC-RJ)

Profª. Dra. Edair Maria Görski (UFSC)

Profª. Dra. Ana Cláudia de Souza (UFSC)

Prof. Dr. Fábio Lopes (UFSC - suplente)

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador, professor Dr. Heronides Moura, com quem dialoguei na elaboração deste trabalho.

Aos professores do programa de Pós-Graduação em Linguística da UFSC, responsáveis por grande parte da minha formação na área.

Aos colegas Leonor e Magdiel, pelos momentos de estudo e de lazer.

Aos meus alunos e aos meus colegas professores da UNISUL, pelos momentos em que estive ausente.

À minha família, pelo carinho, especialmente ao Eduardo, pela paciência e atenção dispensadas.

RESUMO

Este trabalho, cujo objeto de investigação é a metonímia, pretende analisar alguns dos casos não convencionalizados desse processo, a partir do enfoque da Teoria do Léxico Gerativo (TLG). Para chegar a essa análise, faz-se um estudo da metonímia, partindo de um breve panorama das perspectivas teóricas nas quais ela pode ser estudada. Assim, verificam-se a sistematicidade e os contextos de ocorrência desse processo, bem como os critérios lingüísticos e pragmáticos envolvidos na sua definição, o que resulta na delimitação do tipo de enunciado a ser investigado – *estou estacionado* – para o qual se tem tradicionalmente atribuído uma análise pragmática. Como aporte teórico à pesquisa, destacam-se Pustejovsky (1995) e Jackendoff (2002). O primeiro trata a polissemia lógica baseado no Léxico Gerativo, que combina os níveis de representação lexical com os mecanismos gerativos responsáveis pela explicação de novos sentidos. O segundo trata os casos de metonímia não convencionalizada como um processo de composição enriquecida, por meio do qual se representa a parte contextualizada do enunciado na estrutura conceitual. Propondo uma aproximação entre os dois autores, os dados lingüísticos selecionados são analisados como um mecanismo de coerção de tipo, cuja formalização mais abrangente é a composição enriquecida, enfatizando a relação de posse como a relação que viabiliza tal coerção. Desse modo, os exemplos são categorizados pelas especificidades encontradas nessa relação de posse, cujas explicações estão embasadas na Estrutura de Qualia da TLG, assumindo-se assim uma análise léxico-conceitual para os casos de metonímia estudados.

Palavras-chave: semântica, metonímia, polissemia, composição enriquecida, léxico-gerativo, coerção de tipo, posse.

ABSTRACT

This study, whose object of investigation is metonymy, aims at analyzing the non-conventionalized cases of this process from the standpoint of Generative Lexicon Theory (GLT). In order to outline the analysis, a study on metonymy was carried out, starting out from a brief overview of the theoretical perspectives from which it can be viewed. Thus, both the systematicity and the contexts of occurrence of the process were examined, as well as the linguistic and pragmatic criteria involved in its definition, which results in the delimitation of the type of utterance to be investigated – *I am parked* – which has been traditionally given a pragmatic analysis. Pustejovsky (1995) and Jackendoff (2002) stand out as theoretical background supporting the research. The former addresses logical polysemy based on Generative Lexicon, which combines the levels of lexical representation and the generative mechanisms that account for the explanation of new meanings. The former approaches the cases of non-conventionalized metonymy as an enriched composition process through which the contextualized part of the utterance is represented in the conceptual structure. By proposing an approximation of both authors, the selected linguistic data are analyzed as a type coercion mechanism, where the more comprehensive formalization is the enriched composition, with emphasis on the relation of ownership as the relation that makes such coercion possible. Therefore, the examples are categorized according to the particularities found in this relation of ownership, whose explanations are grounded on the GLT Qualia Structure, where a lexical conceptual analysis was decided on for the cases of metonymy under investigation.

Keywords: semantics, metonymy, polysemy, enriched composition, generative lexicon, type coercion, ownership.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	08
 1. POLISSEMIA E METONÍMIA NA SEMÂNTICA LEXICAL	
1.0 Considerações iniciais	12
1.1 As abordagens para a semântica e o significado	13
1.2 A indeterminação de sentidos	18
1.2.1 Vagueza X ambigüidade	19
1.2.2 Teoria da precisificação	22
1.2.3 Testes de ambigüidade	25
1.3 Metonímia	26
1.3.1 Metonímia e meronímia	27
1.3.2 Metonímia na semântica cognitiva	34
1.3.3 O limite entre o lingüístico e o pragmático	39
 2. TRATAMENTOS FORMAIS DA METONÍMIA	
2.0 Considerações iniciais	46
2.1 Teoria do Léxico Gerativo	47
2.1.1 A Estrutura argumental	50
2.1.2 A Estrutura qualia	52
2.1.3 Argumentos complexos	55
2.1.4 Co-composicionalidade	61
2.1.5 Ligação seletiva	62

2.1.6 Coerção de tipo	64
2.1.7 Alguns exemplos de polissemia lógica em enunciados jornalísticos	65
2.1.8 Abordagem crítica em relação à teoria	69
2.1.9 Metonímia X polissemia	73
2.2 Teoria Conceptual de Jackendoff	78
2.2.1 O mentalismo como concepção teórica	78
2.2.2 Composicionalidade	83
2.2.3 Categorização e polissemia	85
2.2.4 Composição Enriquecida	90
2.3 Uma breve comparação entre as teorias	93
3. RELAÇÕES DE POSSE NA METONÍMIA	
3.0 Considerações Iniciais	98
3.1 Tratamento Formal da Metonímia	101
3.2 Relações de Posse	110
CONCLUSÃO	128
REFERÊNCIAS	132

INTRODUÇÃO

O **significado** tem sido delimitado como objeto de estudo não só da Lingüística, mas também de outras áreas da Ciência como a filosofia, a psicologia e a neurociência. No campo da Lingüística, a Semântica, tradicionalmente definida como o estudo do significado, tem buscado tratar as questões que envolvem a compreensão deste, desde sua definição e seu lugar no universo da linguagem, até a demonstração da aplicabilidade dos estudos em torno do tema.

Essa tarefa, nada simples, coloca-se como um desafio aos semanticistas, dadas as dificuldades encontradas, de início, em relação ao próprio conceito de significado. Apresentam-se, portanto, na história da semântica, várias abordagens e concepções, o que implica diferentes posturas metodológicas ao lidar com a explicação sobre o significado de certos fenômenos da língua. Segundo Chierchia, “há debates e controvérsias, tanto terminológicos quanto substanciais, sobre a natureza do significado” (2003, p. 21).

Cabe à Semântica Lexical, definida por Pustejovsky como “the study of how and what the words of a language denote”¹ (1995, p. 01), tratar as relações entre os itens lexicais que apresentam uma organização de sentidos interrelacionados. Assim, relações como sinonímia, antonímia, hiperonímia, meronímia e pressuposição são objetos de estudo dessa área do conhecimento e, mais especificamente, as pesquisas têm focado o problema da indeterminação de sentidos, em função da vagueza ou da ambigüidade dos itens lexicais. Esse contexto de investigações implica o fortalecimento de discussões e a proposta de teorias a respeito da polissemia.

¹ o estudo sobre como e o que as palavras de uma língua denotam.

A trajetória das leituras que me levaram à delimitação do tema desenvolvido neste trabalho iniciou-se com o estudo da Teoria do Léxico Gerativo (Pustejovsky, 1995), momento quando defini meu interesse pelo estudo da polissemia lógica. Em momentos subsequentes de leituras, diante da diversidade de autores que tratam com relevância a questão da polissemia, interessei-me pelos processos de metonímia, não exatamente pelas metonímias já convencionalizadas, mas pelos exemplos cuja possibilidade de interpretação depende do contexto, denominados, em muitos dos textos lidos, por processos de extensão de sentido. O indício de haver algum tipo de regularidade nesses processos e a hipótese de que essa regularidade pudesse ter explicações fundamentadas na Teoria do Léxico Gerativo determinaram o interesse na delimitação do objeto de análise deste trabalho.

Assim, como objetivo central desta tese, pretendo buscar, junto a outros exemplos encontrados na língua portuguesa, a regularidade de processos metonímicos não convencionalizados e analisá-los a partir do enfoque do Léxico Gerativo.

Para chegar a essa análise, faz-se necessário percorrer um caminho no qual se definem as concepções teórico-metodológicas que embasam o trabalho. Dessa forma, delineiam-se como objetivos específicos os seguintes passos: a) a definição do conceito de polissemia lógica no contexto dos processos de indeterminação semântica; b) a discussão dos critérios lingüísticos e pragmáticos na definição da metonímia, comparando-a à polissemia; c) a apresentação das discussões encontradas na literatura acerca da metonímia não-convencionalizada, também referida aqui como extensão de sentido; d) a escolha por teorias adequadas como aporte teórico à análise; e) o levantamento de exemplos da língua portuguesa que provem a ocorrência sistemática desse fenômeno lingüístico; f) a apresentação de um quadro de categorização das relações de posse, por serem, em princípio, essas as relações que permitem a ocorrência dos processos analisados.

A tese está organizada em três capítulos, cujos conteúdos são aqui resumidamente apresentados:

O primeiro capítulo tem por objetivo a apresentação de conceitos que definam a polissemia e a metonímia, às quais será feita referência no decorrer deste trabalho. Para a compreensão desses dois processos, parte-se da discussão de como o estudo do significado pode ser realizado em diferentes abordagens, sintetizando três das grandes linhas da semântica: denotacional, pragmático-social e representacional. Em seguida, delineia-se um quadro sobre a Indeterminação Semântica, que abrange tanto os casos de vagueza quanto os de ambigüidade, com o propósito de se situar a polissemia como um tipo de ambigüidade lexical, diferenciando-a dos demais processos. Conceituada a polissemia, apresenta-se a metonímia, tanto em uma perspectiva lexical, quando comparada à polissemia lógica, quanto nas perspectivas da semântica cognitiva e da pragmática. Finalmente, delimita-se o tipo de metonímia eleita como objeto de investigação e análise neste trabalho.

No segundo capítulo, como aporte teórico à análise pretendida, apresenta-se a resenha da leitura de dois autores: Pustejovsky (1995) e Jackendoff (2002). Pustejovsky, enfatizando o papel central desempenhado pelo conhecimento lexical em teorias lingüísticas, delineia a Teoria do Léxico Gerativo (referida neste trabalho como TLG ou LG) como uma possibilidade de explicar a produção de novos sentidos a partir das regras lexicais, função relevante para uma teoria de semântica lexical. Nesta perspectiva, apresentam-se a Estrutura Argumental e as Estrutura de Qualia, associadas aos mecanismos gerativos, responsáveis pela criação de novos sentidos. Jackendoff, que estuda o significado a partir de uma abordagem representacional/mentalística, propõe a inserção de elementos da pragmática na estrutura conceptual, quando apresenta o processo de composição enriquecida, processo esse tomado aqui como um possível modelo de representação conceptual para os processos de extensão de

sentido. Em seguida à apresentação de cada um dos autores, há o fechamento do capítulo com uma proposta de aproximação das duas teorias que, em muitos aspectos, parecem compatíveis.

No terceiro e último capítulo, faz-se uma investigação de enunciados como *eu estou estacionado*, diferente da explicação dada em Nunberg (1996) – que trata tais casos como transferência de predicado –, em função da opção assumida nesta tese por uma análise pautada no LG. Para isso, apresenta-se uma proposta de formalização que inclui o processo de composição enriquecida, a estrutura argumental, a estrutura de Qualia e o mecanismo de coerção de tipo, com base nos autores apresentados no segundo capítulo, como modelos adequados à explicação referente à relação de posse existente neste tipo de enunciado.

Finalizando este trabalho, tem-se a conclusão, espaço destinado à retomada dos principais pontos debatidos no decorrer do texto, em que se pretende ratificar a posição teórico-metodológica adotada na análise.

1 POLISSEMIA E METONÍMIA NA SEMÂNTICA LEXICAL

Considerações Iniciais

Pretende-se, inicialmente, neste capítulo, esboçar um breve panorama sobre como o significado é conceituado em diferentes perspectivas da semântica, bem como apresentar o embasamento teórico de cada uma dessas possibilidades, uma vez que a pesquisa na área da lingüística permite a escolha de uma ou outra perspectiva metodológica, como situa Campos:

A Lingüística é a disciplina mais específica sobre a natureza da linguagem humana, mas deve ser construída sob a perspectiva de suas interfaces externas (como a Psicologia Cognitiva, a Lógica, a Sociologia) e internas ao nível da Fonologia, Morfologia, Sintaxe, Semântica e Pragmática (...) sua perspectiva metodológica será, então, determinada pela interface externa escolhida. (2004, p. 11)

Assim, podem-se recuperar, na história dos estudos da linguagem, as diferentes abordagens para o estudo do significado, como faz brevemente Chierchia (2003), quando cita a abordagem representacional/mentalística, a pragmático-social e a denotacional, como as três grandes linhas de orientação para os trabalhos semânticos.

Este primeiro capítulo destina-se, desse modo, a apresentações mais gerais, visando sempre à explicitação de um quadro que contextualize, dentro dos estudos da linguagem, os fenômenos tratados nos capítulos subseqüentes. Constitui-se, portanto, em três etapas:

a) Na seção 1.1, apresenta-se a exposição de um breve quadro comparativo das abordagens apontadas em Chierchia (2003), não necessariamente na ordem apresentada pelo autor, para que se possa fundamentar em que perspectiva se inserem os autores citados no decorrer do trabalho;

b) Na seção 1.2, há um quadro dos processos de indeterminação dos sentidos, tal como são estudados na semântica lexical, para que se situe, neste contexto, o conceito de polissemia, ao qual se fará referência neste trabalho, uma vez que se prevê na análise final – capítulo terceiro – a possibilidade de tratar os casos de metonímia estudados na mesma perspectiva em que se aborda a polissemia lógica.

c) Finalizando o capítulo, na seção 1.3, tem-se um histórico das abordagens dadas à metonímia, bem como a delimitação do fenômeno da língua eleito como objeto de pesquisa neste trabalho.

1.1 As Abordagens para a Semântica e o Significado

Chierchia (2003) refere-se à abordagem denotacional como aquela cujos estudos pressupõem a língua como uma organização constituída por um conjunto de palavras e regras para combiná-las. Trata-se do **Princípio de composicionalidade**, que determina o significado de uma expressão complexa como dependente do significado das expressões que a compõem. Segundo Chierchia, “a sua primeira formulação clara encontra-se nas obras de Frege e toda teoria semântica o incorpora de alguma forma” (2003, p. 39). Sendo assim, muito da semântica denotacional se deve aos estudos pautados na lógica formal de Frege, considerado no contexto histórico da lógica, conforme afirma Campos, “o responsável pelo desenvolvimento de um exaustivo trabalho sobre as relações entre lógica e linguagem natural” (2004, p. 44).

O ponto central na discussão iniciada por Frege é a necessidade de diferenciar a **referência** de uma expressão – aquilo de que se afirma algo – de seu **sentido** – critério de

identificação da referência. Assim, o sentido depende de que se identifique um objeto no mundo, o que, por sua vez, permite-nos chegar a um valor de verdade da sentença. Segundo Campos, Frege diferencia pensamento da subjetividade das entidades psicológicas e “é exatamente esse caráter extramental e objetivo do pensamento, entende Frege, que sustenta a sua propriedade de ser verdadeiro ou falso, tudo o que, nesse caso, é relevante para a lógica” (2004, p. 47).

Nesta concepção, entende-se que a verdade não está na linguagem, mas nos fatos do mundo, como estabelece Oliveira: “A linguagem é um instrumento que nos permite alcançar aquilo que há, a verdade ou a falsidade” (2001a, p. 22).

Esse tipo de teoria semântica vê a linguagem como sistema que envolve a denotação, processo que visa chegar ao referente, seja de uma maneira descritiva ou dêitica. Logo, adota-se uma nomenclatura em que termos como denotação ou extensão são equivalentes à referência, enquanto conotação ou intensão equivalem ao sentido. Tradicionalmente, o conteúdo proposicional de uma sentença tem sido igualado às suas condições de verdade, como afirma Moura:

As condições de verdade de uma proposição são as condições pelas quais ela é uma representação do mundo, ou mais especificamente, as condições nas quais a proposição é verdadeira (ou falsa). (1999, p. 11)

Essa perspectiva da semântica formal, em que o valor de verdade não está na linguagem, mas nos fatos do mundo, opõe-se à idéia de significado contido em um sistema fechado em si mesmo, como conceituado na semântica de Saussure.

Uma segunda abordagem para o significado é apontada por Chierchia (2003) como a pragmático-social, para a qual o significado é uma práxis social. Assim, para compreender como interpretamos as sentenças de uma língua, é preciso recorrer diretamente às teorias da

ação e das dinâmicas sociais. Nesta perspectiva, enquadra-se a semântica argumentativa, para a qual a linguagem, segundo Ducrot (1987), diferentemente da perspectiva formal, não tem a função de falar sobre o mundo, mas a de convencer o interlocutor sobre algo. Se a preocupação central da semântica formal é o valor de verdade dos enunciados, para a semântica argumentativa, o foco que deve ser dado ao enunciado é a sua eficiência aos propósitos do convencimento.

Chierchia explica a semântica oriunda da abordagem pragmático-social de forma mais ampla, o que justifica o fato de não se referir, especificamente, à Semântica de Ducrot, mas pautar-se em teorias da Pragmática, quando destaca a importância que pode ser dada ao uso da língua nos estudos lingüísticos:

Não podemos identificar nem mais nem menos significado e uso: o significado é único e determinado pela gramática; os usos são muitos e são determinados pela interação da gramática com uma multiplicidade de outros fatores de natureza extragramatical. (2003, p. 45)

Desse modo, pode-se afirmar que o autor aponta para essa segunda abordagem como essencialmente pragmática, se tomarmos a noção de Pragmática como a ciência do uso lingüístico. Centrar a questão do significado no uso da língua implica uma oposição à noção de significado dada pela lógica clássica, que define valor de verdade em consonância com o que está fora da linguagem, ou seja, na relação entre a palavra e o mundo.

A terceira abordagem aqui exposta é denominada por Chierchia de representacional/mentalística. Nesta perspectiva, o significado é o modo pelo qual representamos a nós mesmos o conteúdo daquilo que se diz. Tal representação se dá tanto de forma mais concreta, por imagens mentais, quanto de forma mais abstrata, quando se afirma que o significado de uma expressão reside no conceito que associamos a ela.

Barcelona coloca em evidência o importante papel desta abordagem para o estudo do significado quando afirma:

The general approach to the study of language Known today as cognitive linguistics has involved as an essential part of a broader quest for a more satisfying account of the nature of human cognition in general and of linguistic meaning in particular. (2003, p.2)²

Langaker (2002), ao defender a existência de uma base cognitiva para a gramática, afirma que as estruturas semânticas estão relacionadas aos domínios cognitivos, e esses podem ter qualquer tipo de conceituação, desde uma experiência perceptiva, um conceito, um complexo conceitual a um sistema de conhecimento elaborado. Como certos conceitos pressupõem outros, podem-se prever, segundo o autor, hierarquias de complexidade conceitual, partindo dos domínios cognitivos básicos como de configuração, espacial, temporal ou sensorial.

Nesta abordagem mentalística, tem-se a semântica cognitiva, para a qual o significado é motivado, ou seja, emerge das significações corpóreas, dos movimentos de nossos corpos em interação com o meio, como definido por Lakoff e Johnson:

Os conceitos que governam nosso pensamento estruturam o que percebemos, a maneira como nos comportamos no mundo e o modo como nos relacionamos com outras pessoas. Tal sistema conceptual desempenha, portanto, um papel central na definição de nossa realidade cotidiana. (2002, p. 46)

É observado em Taylor (1989) que o conceito de categorização, ponto central na semântica cognitiva, difere de uma abordagem clássica, pois acrescenta-se à idéia de categorias a de que há evidências psicológicas determinantes para o fato de que o falante adquire primeiro as categorias do nível básico para, em seguida, adquirir as categorias

² A abordagem geral dada ao estudo da linguagem, hoje conhecida como lingüística cognitiva, evoluiu como parte essencial de uma busca mais ampla por uma explicação mais satisfatória acerca da natureza da cognição humana em geral e do significado lingüístico em particular.

genéricas. Para o autor, esse processo de extensão do sentido é presente na metonímia, como será explicado na seção 1.3 deste capítulo.

As três perspectivas aqui expostas podem ser comparadas e diferenciadas em relação ao conceito de referência, como mostra Oliveira (2001b), quando afirma que tanto a semântica da enunciação quanto a cognitiva negam a hipótese da referência defendida na lógica formal. A primeira define a referência como uma ilusão criada pela linguagem, que é um jogo de argumentação enredado em si mesmo. Já a segunda não admite a referência como uma ilusão da linguagem, pois não crê na linguagem como jogo de argumentação. Isso porque o significado, que se constrói a partir das interações físicas e corpóreas, não pode ser, na concepção dada em Lakoff (2002), prioritariamente lingüístico.

A semântica lexical, cujo foco recente tem sido tratar questões de polissemia, pode nos apresentar estudos pautados em perspectivas diferentes. Assim, teorias mais formais objetivam fornecer uma representação lógica de tal fenômeno da língua, enquanto os mesmos dados podem ser explicados como representações mentais para os que se baseiam na perspectiva da cognição, ou ainda podem ser vistos como uma estratégia persuasiva dos interlocutores na enunciação.

O fenômeno de linguagem delimitado como objeto de análise neste trabalho, denominado, muitas vezes, como extensão de sentido, pode ser visto como um tipo específico de metonímia, não se classificando em casos convencionalizados. Processos metonímicos não convencionalizados, para os quais, em princípio, parece não ser adequada uma abordagem formal, têm sido estudados tanto em uma perspectiva pragmática quanto em uma perspectiva cognitiva. Como a proposta deste trabalho consiste na elaboração de uma análise formal de um tipo específico de extensão de sentido não convencionalizado, análise esta equivalente ao formalismo com o qual a polissemia lógica é tratada na TLG, é necessário, na próxima seção,

como já indicado na introdução deste capítulo, delimitar o conceito de polissemia adotado. Cabe, em seguida, apresentar um paralelo de diferentes análises para processos metonímicos, buscando um quadro mais amplo dos estudos acerca de tal fenômeno da língua para, finalmente, especificar o objeto de análise neste trabalho.

1.2 A Indeterminação de Sentidos

As teorias semânticas, embasadas em diferentes conceitos acerca do significado, enfrentam problemas ao se deparar com fenômenos da língua ligados à Indeterminação de Sentidos. São vários os processos lingüísticos que podem ser tratados como processos de Indeterminação, logo é comum que itens lexicais ou enunciados sejam classificados como vagos, ambíguos e/ou polissêmicos.

Além disso, polissemia é um termo que vem sendo usado, inclusive em trabalhos lingüísticos, em seu sentido mais amplo: multiplicidade de sentidos. A questão é que, ao fazer uso desse conceito de forma generalizada, obtém-se a impressão de que não há diferença entre opção pelo uso do termo polissemia e os demais: vagueza e ambigüidade. No entanto, para os estudiosos da semântica lexical, o termo polissemia deve ser usado em sentido restrito, até mesmo porque um dos objetivos dessa área de pesquisa é a diferenciação entre esse processo de indeterminação e os demais.

Portanto, no decorrer deste trabalho, quando houver referência ao conceito de polissemia, uma vez que a relação entre os processos polissêmicos e metonímicos é pertinente nesta pesquisa, esse termo será usado em seu sentido mais técnico e restrito. Para

isso, temos, a seguir, uma síntese das leituras realizadas sobre os processos de Indeterminação Semântica, para que fique situada, dentro desse quadro, a Polissemia.

1.2.1 Vagueza X Ambigüidade

Em Ravin & Leacock (2000), podemos encontrar um panorama dos estudos acerca da Indeterminação Semântica, por meio do qual se deduz que estabelecer relações entre os processos de Indeterminação requer, em um primeiro momento, diferenciar vagueza de ambigüidade.

Entende-se que ocorre vagueza quando um termo, por ser muito abrangente, apresenta casos duvidosos de aplicação. Assim, os adjetivos são palavras vagas, pois não há um limite preciso de sua aplicabilidade. Por exemplo, quando classificamos alguém como alto, baixo, inteligente ou bom, estamos usando palavras relativas, que são totalmente dependentes de um contexto. Isso não significa dizer que os termos vagos apresentam dois ou mais sentidos, pelo contrário, apresentam sentido único, porém, tão genérico que esses termos podem ser especificados em uma diversidade de contextos.

Para Jackendoff (2002), esses adjetivos, a exemplo de *alto*, *grande* ou *pequeno*, apontam para uma relação de interdependência entre significado linguístico e conhecimento enciclopédico em julgamentos sobre o valor de verdade dos enunciados. Com isso, o autor ressalta a relevância da pragmática para as condições de verdade: “ For, as has often been observed, a small elephant is bigger than a big mouse: the norm to which the adjective is

applied depends on one's knowledge of standard size of the animals in question"³ (2002, p. 352).

Chierchia (2003) propõe uma divisão para os adjetivos em duas categorias. À primeira pertencem termos como *moreno*, que tem a função de predicado, uma vez que denota o conjunto MORENO. Tem-se aí um problema de vagueza, pois, conforme o autor, “no caso de *moreno*, poderíamos ficar em dúvida se um determinado indivíduo é *moreno* ou não, porque a cor de seus cabelos cai numa faixa intermediária” (2003, p.313).

Na segunda categoria proposta ainda por Chierchia, inserem-se adjetivos como *alto*, *pesado*, *inteligente*, *bom*, que sempre são usados com referência implícita ou explícita a uma classe de comparação, pois, ao julgarmos a altura de uma pessoa de 1m80, podemos afirmar que

alto não é simplesmente um problema de vagueza (...) não se trata de dizer que alguém caia numa faixa intermediária entre os altos e os não altos. Como jogador de basquete, ele é seguramente baixinho, ao passo que, entre as pessoas da mesma idade, ele é seguramente alto. (2003, p. 313)

Desse modo, o autor considera que as duas categorias são adjetivos predicativos, porém a segunda requer uma análise mais complexa, pois é necessário que encontremos parâmetros de comparação: “A forma lógica de *alto* é, na realidade, ‘alto para uma pessoa do sexo masculino de 20 anos de idade’ ou ‘alto para um jogador de basquete’, ou mais geralmente, ‘alto enquanto F’ , onde F indica a classe de comparação relevante” (2003, p.314).

³ Pois, como tem sido freqüentemente observado, um elefante pequeno é maior do que um rato grande: a norma à qual o adjetivo é aplicado depende do conhecimento que se possui a respeito do tamanho padrão dos animais em questão.

Retomaremos essa discussão tanto acerca dos adjetivos de valores quanto dos parâmetros de comparação, na próxima seção deste capítulo, momento quando será exposta a Teoria da Precisão.

Diferentemente dos casos classificados como vagueza, na ambigüidade, as palavras possuem dois ou mais sentidos diferentes, apresentando ou não algum tipo de relação entre si. É o caso da homonímia de *banco*, em que temos os sentidos $\text{banco}_1 = \text{assento}$ e $\text{banco}_2 = \text{instituição financeira}$, ou da polissemia de *igreja*, cujos sentidos podem ser ao menos três: espaço físico, instituição religiosa e grupo de pessoas que dela fazem parte.

O critério da continuidade e descontinuidade pode ser aplicado quando se trata de diferenciar vagueza e ambigüidade: na primeira, há um contínuo semântico, em oposição à descontinuidade presente na segunda, responsável pela separação dos sentidos de um termo ambíguo, seja este homônimo ou polissêmico.

Para Taylor (1989), isso equivale à diferença entre as categorias monocêntricas ou monosssemia (sentido único) e as categorias policêntricas ou polissemia (quando há um ou mais sentido em uma única forma). Para o autor, quando usamos *bird*, sabemos que há a possibilidade de referência a diferentes tipos de criaturas, no entanto, todos são membros de uma categoria, em função da similaridade que apresentam, o que nos leva a classificar esse termo como monossêmico. Ao contrário, quando diferentes usos de um item lexical requerem, para suas respectivas explicações, referência a dois ou mais diferentes domínios, há um forte indício de que o item em questão seja polissêmico, como é o caso de *school*, cujo sentido se aplica desde a educação infantil até a estrutura administrativa de uma universidade.

1.2. 2 Teoria da Precisão

A indeterminação semântica, exemplificada pelos termos já citados, é um potencial para a ocorrência de precisificações. Segundo Pinkal (1995), a precisificação é uma função que transforma sentenças indefinidas em definidas (verdadeiras ou falsas). Em uma sentença como:

(1) Ele é um bom aluno

não sabemos exatamente qual o sentido de *bom aluno*, isto é, não está claro que critério é relevante para alguém receber essa qualidade: notas, assiduidade, inteligência, esforço etc. Então, para sair do nível de indefinição da sentença, podemos fazer precisificações como as que se seguem:

(1a) Ele é um bom aluno quanto à assiduidade.

(1b) Ele é um bom aluno em relação às suas notas.

Em 1(a) e 1(b), a precisificação já seleciona o sentido desejado e elimina os outros possíveis sentidos.

Vejamos um outro exemplo:

(2) Pedro gosta da igreja.

Uma vez que *igreja* remete pelo menos a três sentidos diferentes – espaço físico, instituição religiosa e as pessoas que dela participam – o sentido da sentença (2) fica indeterminado, pois não se sabe se Pedro gosta da construção da igreja, dos ensinamentos que são pregados pela instituição, de seus frequentadores ou até mesmo de dois ou três sentidos

simultâneos. Então, pode-se deslocar a sentença de um nível de indeterminação para um nível de determinação, precisificando *igreja*, como em:

(2a) Pedro gosta do prédio da igreja.

(2b) Pedro gosta de seguir os mandamentos da igreja.

A precisificação aplicada nas sentenças (1) e (2) leva-as do valor de verdade indeterminado (I) para os valores de verdade verdadeiro (V) ou falso (F). Entretanto, há uma diferença entre os dois exemplos dados a ser considerada. No caso da sentença (1), o que é relevante para definir um adjetivo como *bom* é a precisificação que só se faz pelo contexto, pois o léxico não é suficientemente informativo para a interpretação. Retomando Chierchia, “*bom* faz parte de um grupo de adjetivos predicativos, usados com referência implícita a uma classe de comparação (X é bom em F, onde F é uma classe de comparação)” (2003, p. 314). Já em (2), *igreja* é precisificada pela associação às palavras *prédio* e *mandamentos*, mas a precisificação não se faz pelo contexto, e sim retoma sentidos já existentes no léxico (espaço físico e instituição).

Assim, um item lexical corresponde a um conjunto de sentidos (precisificações) que podem advir diretamente do léxico (nos casos de polissemia) ou do contexto (nos casos de vagueza).

Como visto até o momento, podem ocorrer precisificações tanto na vagueza quanto na polissemia, no entanto, esse não é um processo obrigatório na língua, pois, em ambos os casos, uma palavra pode permanecer no nível da indeterminação (valor de verdade I).

Ao contrário do que ocorre na vagueza e na polissemia, na homonímia, o nível de indeterminação do sentido não é aceitável, o que exige que se defina a que sentido o locutor se refere para se definir a sentença como verdadeira ou falsa. Assim, como em

(3) João foi ao banco

o termo *banco* remete a dois sentidos – assento e instituição financeira - , a precisificação deve ser feita, pois no nível indeterminado, a sentença terá seu sentido bloqueado. Logo, deve-se assumir a que sentido de *banco* o locutor se refere, como nas sentenças abaixo:

(3a) João foi ao banco retirar dinheiro

(3b) João foi ao banco da praça para descansar.

Considerando os critérios da continuidade/descontinuidade do sentido e a necessidade/não necessidade de precisificação, as relações entre os processos de indeterminação podem ser esquematizadas conforme quadro a seguir:

CRITÉRIOS	VAGUEZA	HOMONÍMIA	POLISSEMIA
CONTINUIDADE	SIM	NÃO	NÃO
NECESSIDADE DE PRECISIFICAÇÃO	NÃO	SIM	NÃO

Até o momento, as explicações apresentadas fornecem as condições para diferenciar vagueza de ambigüidade, mas, como pode ser percebido no quadro acima, há uns pontos de semelhança quando pensamos em uma comparação entre polissemia e vagueza, e

polissemia e homonímia. Em busca de uma explicação mais específica, capaz de delimitar a diferença nas definições desses dois pares, encontramos, na literatura referente ao tema, alguns testes, apresentados a seguir.

1.2.3 Testes de ambigüidade

Em uma perspectiva lingüística, Lakoff (apud Pinkal, 1995) propõe um teste por meio do qual se verifica se na mesma sentença o termo ambíguo pode ser retomado com um sentido diferente daquele que já fora assumido. Como exemplo desse primeiro teste, denominado como teste da identidade, podemos citar as seguintes sentenças:

(1) Ana estava no banco e Maria também.

(2) Ana gosta da UFSC e Maria da USP.

Em (1), não há possibilidade de se fazer referência aos dois sentidos de *banco*: assento e instituição financeira, aplicando cada um deles a uma parte da sentença. As leituras possíveis para essa sentença são: “Se Ana estava em alguma instituição financeira, Maria também estava”; ou “Se Ana estava em um assento, Maria também estava”. Portanto, a mesma precisificação deve ser retomada, e, quando há essa necessidade, trata-se de homonímia.

A ambigüidade da sentença (2) está em *universidade* que, de forma semelhante à *igreja*, possui três sentidos: o espaço físico, a instituição e as pessoas que fazem parte da instituição. Ao contrário do que ocorre em (1), em (2), não há necessidade de se retomar a mesma precisificação, pois uma leitura possível é: “Ana gosta do prédio da UFSC e Maria

gosta da instituição USP”. Quando há essa possibilidade de na mesma sentença se retomar outra precisificação além da inicialmente assumida, está caracterizada a polissemia.

O segundo teste, baseado na semântica lógica e proposto por Quine (apud Pinkal, 1995), é denominado de teste das condições de verdade. Trata-se de verificar se há uma sobreposição dos valores verdadeiro e falso e se isso impõe a escolha de um dos sentidos do termo para que se desfaça essa sobreposição:

(3) Ana viu o banco.

(4) Maria conheceu a Universidade.

Em (3), para uma dada situação real, a sentença será V e F, dependendo do sentido atribuído a *banco*. Se a situação é Ana ter visto, por exemplo, o prédio do BESC, a sentença é verdadeira na interpretação de *banco* como instituição financeira e é falsa na interpretação de *banco* como assento. No caso de Ana ter visto um assento, a sentença será verdadeira quando essa for a definição tomada e falsa, quando se interpretar *banco* como instituição financeira. Isso implica que se faça uma escolha por um dos sentidos para que a sentença tenha um só valor de verdade: verdadeira ou falsa. Essa necessidade de desambigüização é própria da homonímia, o que não faz parte necessariamente dos casos de polissemia.

Em (4), Maria pode ter conhecido tanto o prédio quanto os professores ou a instituição, mas nessa perspectiva da semântica de condições de verdade, não se exige a opção por apenas um dos sentidos do termo ambíguo, pois eles, apesar de diferentes, não são incompatíveis entre si.

Pinkal (1995) retoma essa idéia da semântica lógica e afirma que há homonímia quando um nível de base indeterminado é inadmissível e somente nessa condição.

Por outro lado, na polissemia, esse nível indefinido é aceito. Então, o terceiro e último teste equivale, na verdade, à busca de um sentido de base comum aos termos. Trata-se da concepção mais tradicional de polissemia, que define um termo como polissêmico, quando há um sentido de base comum a todos os outros e classifica um termo como homônimo, quando esse sentido comum é inexistente.

Assim, para *universidade*, há um sentido base, que seria um conceito relativo ao ensino superior e as especificações: prédio, instituição, conjunto de faculdades, corpo docente etc. Entretanto, para os dois sentidos de *banco* – a instituição financeira e assento – não há um possível sentido comum.

Portanto, os testes comprovam que a ambigüidade de *banco* é um caso de homonímia, enquanto a de *universidade* trata-se de polissemia. Isso vai ao encontro do tratamento dado a esses termos pelo dicionário, especificamente Ferreira (1999), que se utiliza de duas entradas para *banco*, como *banco*₁ e *banco*₂, e apenas uma para *universidade*. No entanto, o dicionário não é uma ferramenta confiável para o tratamento da ambigüidade, pois nem sempre há coerência na decisão em classificar um termo ambíguo como um caso de homonímia ou de polissemia.

Vistos os testes responsáveis pela delimitação entre os processos ambíguos – homonímia e polissemia – passemos à verificação de testes que visem buscar critérios mais precisos na delimitação entre polissemia e vagueza. Se a semelhança entre polissemia e vagueza está no fato de ambas existirem em contextos onde é possível haver mais de uma precisificação, a diferença entre elas está na natureza dessas precisificações.

O critério da lexicalização indica que, quando a precisificação é lexicalizada, trata-se de polissemia e, quando não é lexicalizada, trata-se de vagueza. Assim, em

(5) João deve declarar os bens de sua família

entre os três sentidos de *família* – família nuclear, parentesco e linhagem – o conhecimento de mundo aciona a precisificação relevante, pois o fisco exige declaração de bens de pais e filhos (família nuclear). O contexto (declarar bens) auxilia o processo da precisificação, mas isso ocorre através de uma escolha entre os sentidos que já estavam definidos no léxico. Tal fato define *família* como um caso de polissemia.

Já em uma sentença como

(6) Em relação ao pagamento dos impostos, ele é um cidadão correto

a expressão pagamento de impostos introduz no próprio contexto uma precisificação para entender o sentido de *correto*, sentido este não contido no léxico. Como a precisificação é contextualmente definida, trata-se de um caso de vagueza.

Moura (2001) propõe um teste que distinga a vagueza da polissemia, baseado em uma retomada anafórica por meio de um pronome demonstrativo.

Vejamos os seguintes enunciados:

(7) Conheço essa família, mas não é a mesma da qual eu estou falando.

(8) Ele faz política, mas não é a mesma da qual eu estou falando.

Em (7), o pronome *mesma* é usado referencialmente, isto é, indica uma entidade específica, como por exemplo a família de João e não a família de Pedro ou de Ana etc. Já em (8), o pronome *mesma* não se refere a uma entidade, mas a uma precisificação do sentido, pois a segunda oração do enunciado deve ser interpretada como: não é desse ‘tipo’ de política que eu estou falando. Então em (7), temos um caso de polissemia e em (8), de vagueza,

porque no caso da polissemia, o sentido é dado pelo léxico, e no caso da vagueza, o sentido é produzido no contexto e acessado pela anáfora.

A mesma oposição pode ser detectada em exemplos como:

(9) Conheço a USP, mas não é dessa universidade que estou falando.

(10) Conheço a igreja Nossa Senhora das Graças, mas não é a mesma da qual estou falando.

(11) Ele é bom para os seus empregados, mas não é dessa bondade que eu estou falando.

(12) Ele é um sujeito de moral, mas não é a mesma moral da qual estou falando.

Em (9) e (10), os pronomes demonstrativos *dessa* e *mesma* são retomados referencialmente, pois indicam entidades específicas como universidade (USP ou outras) e igreja (Nossa Senhora das Graças ou outras). Já nas sentenças (11) e (12), os mesmos demonstrativos retomam o sentido de *bom* e o sentido de *moral*. O falante, ao enunciar (11) e (12), pretende dizer que está se referindo a outro tipo de bondade ou a outro tipo de moral, logo, refere-se a outra delimitação desses conceitos, construída contextualmente.

Portanto, quando a precisificação se dá no léxico, trata-se de polissemia, como é o caso de *família*, *universidade* e *igreja*. Ao contrário, quando a precisificação se dá no contexto, trata-se de vagueza, o que se aplica a *política*, *bom* e *moral*.

Demonstradas as diferenças entre polissemia/homonímia e polissemia/vagueza, é possível definir, dentro do quadro dos processos de indeterminação semântica, o que será designado como polissemia, uma vez que se faz necessária a compreensão da construção regular desse processo, sistematicidade que será verificada também na análise dos processos de extensão de sentido.

Passemos, então, ao terceiro e último objetivo deste capítulo, que consiste na apresentação de diferentes olhares teórico-metodológicos sobre a metonímia.

1.3 Metonímia

Segundo Bonhomme (1987), o tratamento dado à metonímia pela retórica tradicional e pelos dicionários, com rápidas definições, leva-nos a supor que se trata de uma figura de linguagem com um conceito limitado e simples. O autor aponta também para o fato de que a maioria dos estudos sobre as figuras retóricas debruçam-se sobre a metáfora, reduzindo a metonímia a um mecanismo simples.

Para o autor, a metonímia deixou de ser vista apenas como figura e passou a ser tratada como um processo geral de linguagem a partir dos estudos de Jakobson. Bonhomme atribui a Jakobson a responsabilidade da transformação da metonímia em princípio metonímico, o que implica a transferência de uma análise essencialmente paradigmática para um processo sintagmático, baseado em uma relação de contigüidade. Bonhomme, ao prosseguir o percurso histórico dos estudos sobre a metonímia, ainda propõe uma discussão acerca das possíveis teorias relativas aos processos metonímicos, que podem ser classificadas em três tipos. A primeira, designada como referencial, é uma teoria extra-lingüística, que atribui à figura uma orientação sobre o mundo e sobre a organização da experiência do indivíduo com o mundo. A segunda teoria, de natureza lingüística, dá à metonímia um tratamento intra-lingüístico, especificamente semântico. Um terceiro grupo de estudiosos atribui à metonímia um tratamento misto, conceituando-a como um processo que depende tanto dos aspectos extra-lingüísticos, quanto dos lingüísticos. Assim, nesse terceiro enfoque, a

metonímia é vista tanto como um fenômeno que afeta a organização do referente, quanto como um fenômeno que envolve o sentido intra-lingüístico.

O autor propõe uma tipologia para os processos metonímicos por meio da qual classifica as metonímias situativas e as de manifestação.

No primeiro grupo, teríamos as metonímias de concomitância temporal, presentes na relação período/lua num enunciado como *passaram-se doze luas*; as de co-presença espacial exemplificadas em *o ar é claro* (referindo-se a um ambiente); metonímias de dependência, como as que indicam relação de posse entre objetos e proprietários ou local e morador; metonímias avaliativas quantitativas, como em *enfrentei cinquenta toneladas* (com referência a caminhão) ou metonímias avaliativas qualitativas como *milhões brilham dentro das vitrines*.

Ao segundo grupo, pertencem as metonímias de causa, *minha raiva entrará por aquela porta* (como referência a um indivíduo causador da raiva); as de origem, como em *leu Camões*; as de instrumento, a exemplo de *buzinas doíam os ouvidos* (para barulho).

De todas as questões tratadas na obra de Bonhomme, dois pontos são muito enfatizados: a crítica feita pelo autor em relação à pouca atenção dada à metonímia, quando se comparam os estudos acerca de outras figuras retóricas, e a complexidade que envolve o processo metonímico. Considerando o segundo aspecto e por acreditar que de fato estamos diante de um processo complexo, quando tratamos da metonímia, passo a expor, de forma comparativa, diferentes estudos sobre os processos metonímicos da linguagem, ancorados em diferentes pressupostos da lingüística, iniciando pela relação de proximidade entre tais processos e a meronímia.

1.3.1 Metonímia e Meronímia

A metonímia, independente de qual abordagem teórica receba, é exemplificada por uma série de relações, entre elas a relação parte-todo. Essa relação parte-todo, designada como meronímia, deve ser particularmente apresentada neste trabalho, uma vez que, segundo Pustejovsky (1995:24), é uma das relações mais difíceis de serem definidas e tratadas formalmente.

Cruse (1986:157) aponta para meronímia como um importante tipo de relação lexical hierárquica, o que justifica o fato de se propor um capítulo específico em *Semântica Lexical* para estudar esse tipo de relação.

Inicialmente, o autor propõe uma definição para meronímia, que serve como base para aplicação de testes:

X é meronímia de Y se e somente se sentenças da forma Y tem X e X é parte de Y são verdadeiras.

Se considerada apenas a condição Y tem X, muitos pares de palavras seriam produtivamente considerados como meronímia, assim como:

- (1) Mão tem dedos.
- (2) Piano tem teclados.
- (3) Livro tem páginas.

Tal relação é compatível com o que Pustejovsky (1995) define na Estrutura Qualia como quale constitutivo, o que será apresentado no capítulo subsequente. No entanto, a

primeira condição da regra, Y tem X, é tão genérica que nos leva a aceitar algumas relações de características e não somente de partes, tais como:

(4) A esposa tem um marido.

(5) Um som tem um volume.

Por outro lado, considerar somente a segunda condição da regra, X é parte de Y, também permite-nos aceitar como meronímia relações como:

(6) A sua conta bancária faz parte de sua atração com as mulheres.

Assim, para garantir uma definição que restrinja as relações de meronímia, consideram-se meronímia somente as situações que satisfaçam as duas condições, o que pode ser testado apenas no terceiro exemplo:

(7) A esposa tem marido / Marido é parte da esposa (?)

(8) A conta bancária é parte de sua atratividade / Sua atratividade tem conta bancária (?)

(9) Uma mão tem dedos / dedo é parte da mão

Também é característica essencial na meronímia que essa relação parte/todo seja constituída de elementos do mesmo tipo.

Cruse (1986) também aponta para a relação do tipo dedo/mão como um exemplo de meronímia canônica, mas assume que estudar meronímia requer uma extrapolação dos casos clássicos, pois há vários tipos de relações em torno da relação parte/todo. Dessa forma, o autor cita a diferença entre meronímia canônica, exemplificada como uma relação necessária (dedo/mão) e a meronímia facultativa, como o par trinco/porta, cuja relação é opcional.

Além das meronímias facultativas, são abordadas outras relações parte/todo, as quais são definidas mais como relações de expectativa do que relações de necessidade, denominadas como para-meronímia. É o caso de universidade/biblioteca, uma vez esperado que a biblioteca faça parte da universidade e que a universidade tenha uma biblioteca.

A relação parte/todo será retomada no segundo capítulo, quando houver a apresentação da estrutura Qualia vista no Léxico Gerativo (Pustejovsky, 1995). Prosseguindo com a proposta de apresentar a metonímia em diferentes abordagens, passemos ao tratamento dado a esse processo na perspectiva cognitivista.

1.3.2 Metonímia na semântica cognitiva

Na abordagem da semântica cognitiva (como visto em 1.1), para a qual o significado é uma questão da cognição em geral, e não um fenômeno puramente lingüístico, pois não envolve uma relação de pareamento entre linguagem e mundo, ao contrário, emerge das nossas significações corpóreas do mundo, dois mecanismos são privilegiados: metáfora e metonímia. Ao comparar esses dois processos, Barcelona (2003) chama a atenção para o fato de os estudos pautados na lingüística cognitiva atribuírem menos atenção à metonímia. Em sequência, esse autor define metonímia como uma relação que ocorre no âmbito do mesmo domínio conceitual: “conceptual projection whereby one experiential domain is partially understood in terms of another experiential domain included in the same common experiential domain”⁴ (2003, p.4). Na perspectiva cognitivista, a noção de domínios é

⁴ projeção conceitual, através da qual um domínio experiencial é parcialmente compreendido em relação a outro domínio experiencial incluso no mesmo domínio experiencial comum.

relevante para o conceito de metonímia, como será observado nas concepções dadas pelos demais autores apresentados.

Segundo Lakoff & Johnson (2002), metáfora e metonímia não são somente um recurso poético ou retórico, nem somente uma questão de linguagem, mas fazem parte da maneira como agimos, pensamos e falamos no dia-a-dia. Todavia, são processos de diferente natureza. Enquanto a metáfora tem a função de compreensão – um modo de conceber uma coisa em termos de outra –, a metonímia tem uma função referencial, pois permite-nos usar uma entidade para representar outra. Os autores não consideram as metonímias como ocorrências casuais ou aleatórias, e sim como conceitos sistemáticos, com exemplos representativos em nossa cultura. Assim, apontam como processos metonímicos as relações:

- Parte pelo todo: “tenho um novo 8 válvulas”
- Produtor pelo produto: “ele comprou um Ford”
- Objeto pelo usuário: “o saxofone está resfriado hoje”
- Controlador pelo controlado: “Napoleão perdeu em Waterloo”
- Instituição pelos responsáveis: “a Esso aumentou seus preços novamente”
- Lugar pela instituição: “a Casa Branca não está se pronunciando”
- Lugar pelo evento: “ não deixemos que a Tailândia se torne um outro Vietnã”

Para esses autores, os conceitos metonímicos fazem parte do modo cotidiano de agir, pensar e falar das pessoas. No caso da metonímia parte pelo todo, por exemplo, há muitas partes que podem representar o todo, mas a parte selecionada deve enfatizar quais aspectos do todo se pretende selecionar. Logo, essa seleção é de algum modo intencional, pois

permite focalizar aspectos da entidade, e emerge das nossas experiências em relação ao modo pelo qual as partes estão geralmente relacionadas com o todo.

Taylor, ao explicar metonímia como uma das categorias de extensão, aponta para a definição da retórica tradicional, segundo a qual o nome de uma entidade é usado para referir a uma outra entidade, que é contígua à primeira: “the name of one entity e_1 is used to refer to another entity e_2 which is contiguous to e_1 ”⁵ (1989, p. 123). Afirma ainda que esse processo de transferência de referência é possível, segundo Nunberg, devido à função-referência, que permite, por exemplo, usar um nome como *copo* para se referir a seu conteúdo. Taylor admite que as expressões metonímicas são em geral convencionalizadas. Isso significa, para o autor, que a criação da metonímia é um processo produtivo, no entanto, com limitações: é regra usarmos o nome do artista para fazer referência à sua obra, mas não usaríamos ‘Mary was delicious’ para nos referirmos à guloseima feita por Mary. No entanto, penso que seria possível o exemplo acima em contextos com explicações essencialmente pragmáticas, o que dificulta que o uso seja convencionalizado.

Para Taylor (1989), a razão da construção do processo metonímico é que a essência da metonímia reside na possibilidade de se estabelecerem conexões entre entidades que co-ocorrem dentro de uma dada estrutura conceitual. Essa caracterização sugere um conceito de metonímia mais amplo que o dado pela retórica tradicional: as entidades não precisam ser contíguas em algum sentido espacial, nem a metonímia é restrita ao ato de transferência; trata-se, portanto, de um processo básico de extensão de significado.

Ainda na perspectiva da semântica cognitiva, Croft (2000) nos apresenta um estudo sobre metáforas e metonímias, diferenciando-as, em função de a primeira ser uma

⁵ o mesmo nome de uma entidade e_1 é utilizado para referir-se a outra entidade e_2 , que é contígua a e_1 .

relação conceitual entre dois domínios e a segunda ocorrer dentro de um mesmo domínio. Assim, Croft retoma o conceito dado por Lakoff & Turner, segundo o qual “a metonymic mapping occurs within a single domain matrix, not across domains”⁶ (2000, p.231). Logo, a noção de domínio tem um papel significativo na interpretação da metonímia.

O autor explica isso através de enunciados que não traduzirei, mas farei uso de exemplos correspondentes em nossa língua.

(1) *Luís Fernando Veríssimo* é brasileiro.

(2) *Luís Fernando Veríssimo* é fácil de ler.

(3) *A Folha de São Paulo* é um bom jornal.

(4) *A Folha de São Paulo* comprou o Correio Popular.

Enquanto os termos destacados estão no sentido literal em (1) e (3); em (2) e (4), temos o processo de metonímia. No entanto, argumenta Croft, a obra de Veríssimo, assim como a instituição que produz o jornal são parte do conceito de {Veríssimo} e {Folha} respectivamente. Desse modo, a metonímia se constitui numa troca de domínios, mas dentro de um mesmo domínio matriz, fazendo realçar um domínio que era secundário no sentido literal.

Croft aponta para o fato de que esse recurso de substituição é uma consequência da metonímia e também ocorre em outros casos de ambigüidade lexical, que não são considerados metonímia. Por exemplo:

(5) O livro é pesado

(6) O livro é sobre a história do Iraque.

⁶ um mapeamento metonímico ocorre dentro de uma única matriz de domínio; não entre domínios.

Na semântica cognitiva, há dois domínios primários para livro: objeto físico e conteúdo semântico. O predicado *ser pesado* salienta um domínio (objeto físico) e o predicado *ser a história do Iraque* salienta outro domínio (conteúdo semântico). De um ponto de vista conceitual, os conceitos simbolizados são diferentes em (5) e (6), mas não há referência a duas entidades. Não se trata de um caso de metonímia, mas sim de polissemia, pois os elementos definidos em cada domínio são altamente intrínsecos e não fazem referência a entidades externas.

Portanto, ao comparar metonímia com polissemia, Croft (2000) sugere haver um continuum entre ambos os processos, representado no quadro abaixo:

BOOK	<ul style="list-style-type: none"> • Objeto físico • Conteúdo 	Duas facetas do mesmo referente	Polissemia
WINDOW	<ul style="list-style-type: none"> • Objeto físico • Abertura 	Dois sentidos não tão intrínsecos	Processo não definido
MAGAZINE	<ul style="list-style-type: none"> • Revista • Instituição 	Dois referentes	Metonímia

O argumento utilizado para diferenciar a metonímia da polissemia, próprio da semântica cognitiva, não é compatível, como será visto no próximo capítulo, à explicação dada pela Teoria do Léxico Gerativo, quando trata dos mesmos termos exemplificados no quadro acima.

Temos, até o momento, mostrado exemplos típicos de processos metonímicos, cujas representações facilmente são explicadas em aportes teóricos, sejam eles da retórica clássica ou da semântica cognitiva. No entanto, há construções na língua que, aparentemente, se comportam como metonímia, mas são utilizadas em contextos muito específicos por um grupo de falantes, o que acarreta uma dificuldade de padronização ou sistematização desses exemplos no processo metonímico mais geral. Veremos, a seguir, finalizando este capítulo, como são discutidos na literatura pesquisada da semântica lexical, os enunciados produzidos em contextos específicos.

1.3.3 O limite entre o lingüístico e o pragmático

Gayral (1998) nos leva a questionar sobre os limites entre o que é significado lexical e o que é conhecimento enciclopédico. Assim, a autora discute se a teoria do léxico gerativo pode ser aplicada aos casos de metonímia e propõe alguns estágios para esse processo da língua.

Classifica como metonímia clássica aquela que se apresenta já institucionalizada como polissemia. É o caso de palavras como *empresa*, *cidade* e *universidade*, cujas facetas são instituição, pessoas e prédio. Em oposição à primeira, chama a atenção para a metonímia “pragmática”, quando esta é compreendida apenas em seu contexto de uso. É o caso de se referir a um cliente de uma lanchonete pelo prato que ele costuma pedir, como em *the ham sandwich over in the corner wants more coffee* (Jackendoff, 2002, p. 340). Tal enunciado faz parte de um contexto específico e só pode ser interpretado pelas pessoas que dele fazem parte, como os garçons. No terceiro grupo, classifica os princípios estáveis de

mudança de sentido, que são algumas das alternâncias reconhecidas pela retórica clássica como metonímia, como: conteúdo/continente, processo/resultado, objeto/massa.

Para a autora, não há dúvida em se afirmar que no primeiro grupo há um processo de lexicalização, enquanto no segundo há um processo de contextualização. O que ainda não se consegue definir é em que processo inserir o terceiro grupo. Desse modo, Gayral questiona como definir fronteira entre o que é metonímia e o que são diferentes facetas de um sentido.

Creio que esse último questionamento da autora será respondido quando explicitada a Teoria do Léxico Gerativo, que relaciona tais alternâncias – conteúdo/continente, processo/resultado, objeto/massa como casos de polissemia lógica. No entanto, quando se trata de apresentar uma explicação para a ocorrência de enunciados que contêm a alternância objeto/massa (contável/não-contável), há divergência em relação ao que propõem os seguintes autores.

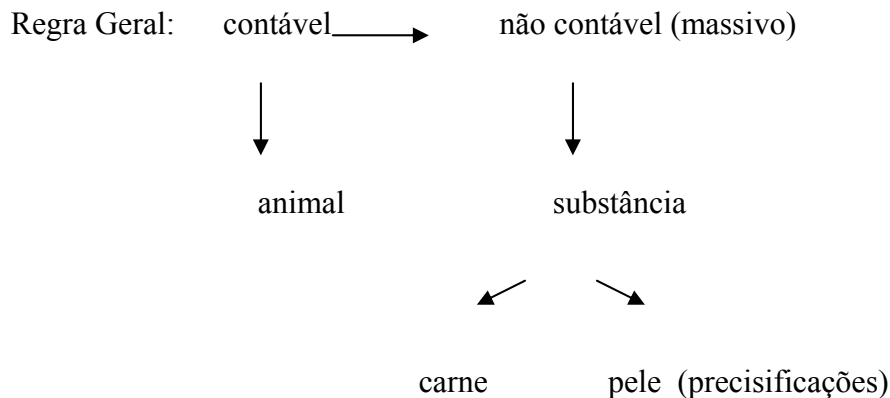
Copestake e Briscoe (1996), pautados no LG, também assumem a existência da polissemia sistemática, cujo processo de criação é regulado por regras lexicais. No entanto, tratam a alternância objeto/massa como um processo de extensão de sentido e o denominam de metonímia. Para os autores, tal extensão é freqüente em relações entre animal/carne de animal e, pelo menos em contextos suficientemente marcados, parece ser um processo produtivo em várias línguas.

O problema levantado por Copestake e Briscoe é a não precisão no momento de se considerar o limite entre o que vem a ser um processo lexicalizado e o que depende de uma explicação marcada em um contexto pragmático, uma vez que algumas dessas alternâncias são convencionalizadas e outras não, o que varia de uma língua para outra.

Para Nunberg (1996), os casos baseados na alternância contável/não contável, devem ser classificados como polissêmicos, a exemplo do enunciado abaixo:

(1) Chegaram ao restaurante com a intenção de experimentar coelho.

Para Nunberg, coelho é uma palavra polissêmica, pois possui dois sentidos – animal e carne – e todas as ocorrências de transformação de contável para não-contável (massivo) devem ser sistematizadas. Portanto, o autor dá um tratamento unificado a esse tipo de polissemia:



Já para Kleiber (1999:112), nem sempre um termo contável permite a transformação em um termo não-contável, o que o faz distinguir dois processos, exemplificados em:

(2) Depois do acidente, havia coelho espalhado por toda a estrada.

(3) A jaula está fedendo a coelho.

(4) Ele comeu coelho no restaurante

Segundo o autor, em enunciados como (2) e (3), há apenas o sentido original - o contável - para o item coelho (animal) que, em determinados contextos, é usado como não-contável. Já em (4), o item lexical possui um segundo sentido – o não-contável – (carne). Assim, enquanto em (2) e (3) há o processo de contextualização, trata-se o enunciado (4)

de um exemplo de processo de lexicalização. Kleiber só assume a polissemia em casos de lexicalização.

Portanto, há uma diferença entre a posição assumida em Nunberg e Kleiber em relação ao papel da pragmática em seus estudos. Para Nunberg, esse processo de extensão de sentido se dá por uma relação de relevância entre as propriedades, assim, ele vê a polissemia contextual e lexical juntas, em oposição a Kleiber, que separa a lexicalização da contextualização. Isso reforça a afirmação de que, em estudos sobre polissemia, não é tão claro o limite entre a definição de um processo lexicalizado e a de um processo contextualizado.

Tem sido comum na literatura que trata as questões do léxico encontrarmos exemplos de extensão de sentido ou metonímia considerados como pragmáticos, como o enunciado citado por Gayral (1998): *o omelete saiu*. Conforme observam Copestake e Briscoe (1996), Nunberg já discutia, desde 1979, o uso de termos que designam “food” para fazer referência a pessoas, o que chega a ser considerado processo metonímico, porém não convencionalizado. De fato, trata-se de um processo metonímico no sentido de que se usa um termo para designar um outro referente, tanto que em testes sintáticos, temos como resultado as regras de concordância obedecendo ao referente apontado e não ao nome utilizado. Assim podemos dizer

(4) O fritas está apressado hoje.

Também não podemos coordenar o enunciado utilizando “fritas” tanto para o referente (pessoa) quanto para o prato pedido:

(5) (?) O fritas está apressado e está esfriando.

A questão que se coloca então não é em relação à pertinência ao se classificar tal processo como metonímico, pois parece claro se tratar de uma extensão de sentido com mudança de referente. O que deve ser questionado é a regularidade desse processo. Podemos pensar em alguma regra, pois encontramos exemplos de uso do nome do prato pedido no restaurante para indicar o cliente, mas não conhecemos exemplos do uso do nome do cliente com referência ao prato. Talvez isso se justifique pelo contexto de ocorrência desses exemplos, onde o prato escolhido no cardápio tem relevância para as pessoas que trabalham nessa área. De qualquer forma, como se trata de enunciados interpretados somente em contextos muito específicos, tem-se adotado tradicionalmente o posicionamento de que é inviável um estudo que busque regras a fim de torná-los processos lexicalizados. Diferentemente a essa posição, Jackendoff (2002) sugere um tratamento formal a esse tipo de processo lingüístico, o que será exposto no segundo capítulo deste trabalho.

Ao contrário desses casos, há outro tipo de processo para o qual podemos buscar uma explicação para a sistematicidade de sua ocorrência tanto no léxico quanto no contexto, também discutido em Nunberg (1996). Para o autor, o fato gerador de alguns tipos de polissemia é a transferência de significados (*transfers of meaning*) o que ocorre em enunciados do tipo

(6) Eu estou estacionado

onde a propriedade *estar estacionado* (P), que inicialmente é aplicada a carro, transfere-se para uma pessoa. Então, teríamos a passagem de uma propriedade P literal para uma propriedade P' transferida:

$$\begin{array}{cc}
 P & P' \\
 | & | \\
 X & Y
 \end{array}$$

onde X= carro e Y= pessoa.

Como deve haver relevância nessa relação entre x e y para que tal transferência de predicados ocorra – nesse caso, trata-se de uma relação de propriedade – e como a relevância depende do contexto da enunciação, tal fenômeno estaria no campo da Pragmática. Entretanto, algumas propriedades, por serem muito relevantes, passam a ser lexicalizadas, como é o caso da relação entre coelho – carne de coelho. Assim, Nunberg assume haver dois processos para a transferência de sentido : expressão contextualizada, como é o caso de (6), e expressão lexicalizada, exemplificada no enunciado (1), sendo esta a mais específica e a que interessa para o estudo de polissemia lógica.

Ao analisar enunciados como (6), Nunberg apresenta uma distinção entre o processo que ele denomina de transferência e o processo metonímico. Como ele exemplifica, em uma situação em que o cliente entrega a chave do carro ao funcionário do estacionamento, dois enunciados são possíveis:

a) This is parked out back

b) I am parked out back

No caso (a), o demonstrativo *this* não se refere à chave, que é o objeto demonstrado, mas ao carro, que é o referente. Tal afirmação se justifica por meio de testes que provam que a concordância de número e gênero se faz com carro e não com chave. Por exemplo, em uma situação em que há apenas uma chave e vários carros, o enunciado (a)

seria reformulado para *These are parked out back*. Trata-se, então, de um caso de metonímia, pois aponta-se para um objeto: chave, fazendo referência a outro: carro.

Já o enunciado (b) não pode ser analisado como (a), uma vez que se obtêm outros resultados com os testes de número e gênero. Para o enunciado *eu estou estacionado*, a concordância se dá com a pessoa que representa o sujeito sintático do enunciado, logo temos as variações *eu estou estacionada*, *nós estamos estacionados*. Trata-se, neste caso, de um processo denominado por Nunberg de ‘transfer of meaning’. Não é o caso de apontarmos para ‘eu’ e fazer referência a ‘carro’, o que seria um processo metonímico, mas de transferir as propriedades de ‘carro’ para ‘eu’. Assim, só há conexão do predicado *estar estacionado* com outro, quando este descreve o falante, e não o carro, como por exemplo: *estou estacionado e estou te esperando há cinco minutos*.

Nota-se que a questão do referente é relevante nas abordagens para a metonímia e, mais que isso, diria até que a mudança do referente é crucial para conceituar a metonímia, quer seja na visão cognitivista, quer seja na semântica contextual de Nunberg. Portanto, uma conclusão prévia do que é comum a todas as abordagens que se propõem a diferenciar metonímia de outros processos é apontar para a necessidade de deslocamento da referência para que uma possível metonímia seja de fato classificada como metonímia.

Como a proposta maior deste trabalho é uma análise formal para esses casos classificados por Nunbeg como processos de transferência de sentido e que, segundo esse autor, explicam-se por uma relevância pragmática, torna-se necessário apresentar, no seguinte capítulo, o Léxico Gerativo, Pustejovsky (1995), como teoria que fundamentará a análise, seguida de um estudo já proposto em Jackendoff (2002) para tipos específicos de extensão de sentido, com o objetivo de buscar uma representação formal do fenômeno estudado.

2 TRATAMENTOS FORMAIS DA METONÍMIA

Considerações Iniciais

A primeira parte deste capítulo trata da explanação da teoria do Léxico Gerativo, bem como a apresentação das críticas elaboradas por autores que colocam em dúvida a sistematicidade e a generalização das regras propostas.

Apesar do debate, que envolve uma série de questionamentos sobre mecanismos gerativos propostos em Pustejovsky (1995), faz-se, nesta tese, a escolha pela utilização do Léxico Gerativo como suporte teórico-metodológico na análise dos processos de extensão de sentido, proposta no terceiro e último capítulo, o que justifica a explanação do modelo.

Como sequência, ainda neste capítulo, apresenta-se o trabalho de Jackendoff (2002), quando se propõe, dentre os seus objetivos, a discutir questões pertinentes ao estudo do léxico. Assim, pautado em uma teoria lexical de base cognitivista, ele também analisa os processos metonímicos não convencionalizados, atribuindo um tratamento formal aos enunciados até então abordados como casos contextualizados de extensão de sentido, objeto de análise desta tese.

Logo, o critério da divisão das duas seções que compõem este capítulo se faz pela apresentação de parte do trabalho dos dois referidos autores, respectivamente: Pustejovsky (1995) e Jackendoff (2002).

2.1 Teoria do Léxico Gerativo (TLG)

Para Pustejovsky (1995), teorias da semântica lexical devem buscar explicações para a natureza polimórfica da linguagem, a semanticalidade de expressões da linguagem natural e o uso criativo de palavras em novos contextos. Assim, com o intuito de propor uma teoria que seja capaz de estabelecer regras que expliquem a sistematicidade dos casos de polissemia, o autor expõe a **teoria do léxico gerativo** como um modelo vantajoso no que diz respeito ao aspecto criativo do uso da linguagem.

Muitas palavras da língua têm mais de um sentido, propriedade esta geralmente denominada de polissemia. No entanto, a natureza dessa duplicidade de sentidos pode ser variada. Desse modo, Pustejovsky cita a distinção feita por Weinreich (1964) entre ambigüidade contrastiva e ambigüidade complementar, como exemplificado em:

- (1) Ele está sentado no *banco* da praça.
- (2) Ele é cliente deste *banco* há anos.
- (3) O *banco* não cobra taxa referente a cheque especial.
- (4) O *banco* foi construído em 1996.

Comparando (1) e (2), constata-se que *banco* refere-se, respectivamente, a assento e instituição financeira, portanto são acionados dois sentidos de base diferentes, fenômeno classificado de ambigüidade constrativa. Já em (3) e (4), temos a ambigüidade complementar, pois trata-se de dois sentidos para o item lexical que, na verdade, são manifestações do mesmo significado básico. Essa diferença entre ambigüidade contrastiva e ambigüidade complementar equivale à diferença tradicionalmente considerada entre

homonímia e polissemia, cujos critérios de classificação foram abordados no capítulo anterior.

Interessa-nos a ambigüidade complementar, uma vez que ela é o objeto de estudo de Pustejovsky, quando este define a **polissemia lógica** com a seguinte afirmação:

I will define logical polysemy as a complementary ambiguity where there is no change in lexical category, and the multiple senses of the word have overlapping, dependent, or shared meanings. (1995, p.28)⁷

Assim, segundo o autor, podem ser descritas como casos de polissemia lógica as várias alternâncias que sistematicamente ocorrem em nomes, tais como:

▪ **Contáveis / não contáveis:**

- a) O fazendeiro adquiriu doze *carneiros*. (animal)
- b) Ele sempre come *carneiro*. (carne do animal)

▪ **Recipiente / conteúdo:**

- a) Ele comprou três *cervejas*. (lata/garrafa/copo)
- b) Ele tomou *cerveja*. (líquido)

▪ **Objeto / espaço:**(figure/ground reversals)

- a) A *porta* está quebrada. (objeto)
- b) Todos saíram pela *porta*. (abertura)

▪ **Planta / alimento:**

- a) É um plantador de figos. (plantação)
- b) Come figos aos domingos. (fruta)

▪ **Processo / resultado:**

⁷ Definirei polissemia lógica como sendo uma ambigüidade complementar em que não há nenhuma mudança de categoria lexical e os múltiplos sentidos da palavra possuem significados sobrepostos, dependentes ou compartilhados.

- a) O exame será realizado às 8:00. (o ato de examinar)
- b) Entregue o seu exame ao médico. (o produto concreto)

▪ **Lugar / pessoas**

- a) São Paulo possui muitas avenidas. (território)
- b) São Paulo votou em Marta Suplicy. (população)

Certamente, para cada grupo de alternância relacionado, poderíamos acrescentar uma série de outros termos encontrados na língua. Por exemplo, a alternância lugar/pessoa possui a mesma relação de sentidos existente em palavras como *igreja*, *universidade*, *empresa*, bem como nas que designam *nomes de nação*.

Tal recorrência justifica o tratamento dado a esse tipo de polissemia como **polissemia lógica**, pois há “algo” incorporado à natureza lexical desses termos que os torna polissêmicos, e esse é um fenômeno produtivo na língua. Logo, cria-se uma tipologia lexical na qual se prevê que podem ocorrer regras sistematizadas que acarretem a polissemia.

O primeiro pressuposto da teoria de Pustejovsky diz respeito ao fato de que o que ocorre no âmbito da sentença está regulado pelo léxico e a caracterização dos itens lexicais passa pela existência de quatro níveis distintos para a representação da informação sintático-semântica, como postos a seguir:

- **Estrutura argumental (A)** – especifica o número e o tipo de argumentos de um predicado.
- **Estrutura eventiva (E)** – exprime o tipo de evento associado a uma expressão lexical.

- **Estrutura qualia (Q)** – indica as principais características semânticas dos itens lexicais (os seus constituintes, função ou origem).
- **Estrutura de herança lexical (H)** – estabelece a relação entre uma estrutura lexical e as outras estruturas lexicais numa matriz.

Assim, assume-se a posição de que a semântica lexical pode ser definida como uma estrutura constituída por quatro componentes

$$\alpha = \langle A, E, Q, I \rangle$$

e, entre eles, apresentam-se, na sequência, a **estrutura argumental** e a **estrutura de qualia**.

Essa restrição se justifica pelo fato de, posteriormente, serem essas as estruturas às quais será feita referência na apresentação de exemplos sobre a formalização semântica dos nomes polissêmicos.

2.1.1 A Estrutura Argumental

Pustejovsky (1995) propõe uma discussão sobre a natureza dos argumentos presentes em **A** e os classifica em quatro tipos :

- a) Argumentos verdadeiros: são os argumentos sintaticamente realizados, como *João* em uma sentença como *João chegou tarde*, que possui um verbo monoargumental.
- b) Argumentos padrão: São os argumentos presentes na estrutura lógica de Qualia, mas não necessariamente impressos no nível sintático, como se pode perceber em *João construiu a casa (com tijolos)*.

- c) Argumentos apagados/sombreados: são os argumentos semanticamente incorporados ao item lexical, que só podem ser expressos se lhes for atribuído algum tipo de especificação, como é o caso de *Pedro dançou uma dança sensual* em oposição a **Pedro dançou uma dança*.
- d) Argumentos acessórios: são as expressões como as temporais, modais, locativas, que modificam o enunciado, mas não possuem relação específica com um item lexical, como o advérbio temporal *na terça* em *Maria dirigiu até Nova York na terça*.

Cabe, neste momento, retomar o segundo tipo de argumentos, argumentos padrão, pois o que explica a possibilidade de apagamento desse tipo de argumento é sua estrutura de qualia, que será posteriormente explicitada. Vejamos os exemplos dados em Pustejovsky (1995, p. 11):

- (1) John gave a lecture to the academy./John gave a lecture Ø.
- (2) John gave a book to Mary./ * John gave a book Ø.

Nos dois casos acima, o argumento benefactivo, que indica o recebedor da palestra ou do livro, foi apagado. No entanto, esse apagamento só é possível, na língua inglesa, em (1), o que explica a indicação de agramaticalidade em (2). Segundo o autor, como o papel télico (que designa a finalidade do objeto) da estrutura de qualia de *conferência é para ser apresentada a um público*, esse argumento pode ser apagado na estrutura superficial de (1). Já em (2), o argumento não pode ser apagado, pois *ser enviado a alguém* não faz parte da estrutura de qualia de *livro* e deve estar disponível no plano sintático, para completar o sentido de ‘dar um livro a’. Assim, a estrutura de qualia explicaria o fato de uns argumentos serem apagáveis e outros não.

É possível questionar se esse fenômeno é equivalente em língua portuguesa, pois um enunciado como *João deu um livro hoje* parece não ter problemas com o apagamento, fato que pode ter alguma explicação no campo da sintaxe. No entanto, sabemos que só é possível a retomada do sentido do argumento apagado em (2), se houver anteriormente alguma menção a ele. Já em (1), independente de haver menção ou não ao argumento apagado, *João deu uma conferência* significa *João proferiu palestra para um público*, ou mesmo *João palestrou para um público*, e nessa situação, torna-se óbvia a idéia de haver um público.

2.1.2 A Estrutura de Qualia

É o nível que representa a formação dos papéis semânticos da estrutura subjacente de um item lexical. Na estrutura qualia, estão representados os diferentes tipos de relação que os objetos podem estabelecer entre si, bem como a função e a origem desses objetos. A estrutura é baseada em quatro aspectos relacionais, que são os seguintes papéis: quale constitutivo, quale formal, quale agentivo e quale télico.

Essa estrutura proposta em Pustejovsky (1995) aos papéis da Estrutura Qualia tem por princípio uma interpretação dos modelos de explanação de Aristóteles, via Moravcsik (1975). Portanto, antes de apresentar mais detalhadamente cada papel quale, incluindo o conceito de cada um deles, cabe apresentar também os esquemas explanatórios revistos em Moravcsik (1998).

O autor assume que o significado lexical tem a estrutura conceitual de esquemas explicativos. Trata-se de fatores muito gerais, importantes para selecionar os ingredientes chave nos esquemas explanatórios que especificam a natureza de uma

entidade. Ao mesmo tempo, são fatores que têm impacto lingüístico, um dos determinantes para se decidir o que é ou não uma linguagem natural semanticamente bem-formada. São eles:

- a) fator constitutivo(m-factor): link necessário entre a palavra dada e o domínio dentro do qual o limite de denotação deve ser locado. Compreende domínios como: abstrato (números, propriedades, estrutura geométrica, tipos), espacial (objetos materiais, superfícies, cores, cheiros), temporal (acontecimentos, eventos, processos, estados e atividades) e multicategorial (sobreposição de mais de uma categoria).
- b) fator estrutural (s-factor): consiste nos princípios necessários de individuação e persistência. Dentro de um domínio (m-factor), cada entidade tem necessariamente alguns princípios de individuação. Isso inclui contraste, ou seja, sabemos que uma abelha é uma abelha, por contraste a outros insetos.
- c) fator agente (a-factor): responsável pela criação, o agente causador não se aplica a todos os itens, pelo menos não às entidades abstratas.
- d) fator funcional (f-factor): inclui aquelas propriedades funcionais que são necessariamente partes do significado da palavra. Isso significa dizer que, em condições normais, a faca funciona para cortar e um estabelecimento de limpeza para limpar.

Retomando Pustejovsky, vejamos o que diz o autor sobre cada papel da estrutura Qualia, iniciando pela atenção ao fato de que o autor assume dois pressupostos fundamentais relativamente aos qualia: O primeiro é o de que todos os itens lexicais, independentemente da sua categoria, têm uma estrutura de qualia e o segundo diz respeito

ao fato de nem todos os itens lexicais terem um valor para cada papel quale: “There are two general points that should be made concerning qualia roles: (1) Every category expresses a qualia structure; (2) Not all lexical items carry a value for each qualia role”⁸(1995, p. 76).

A) Quale Constitutivo

Trata-se de uma relação entre o objeto e seus constituintes, expressa por elementos como material (ser composto de) e partes (componentes do todo). Tomando como exemplo o nome *mão*, teríamos *dedos* como parte constitutiva desse nome. Por outro lado, no quale constitutivo também se define uma outra relação, quando há, responsável por identificar de que objeto o objeto em questão é parte. Nesse caso, o que ficaria estabelecido no constitutivo de *mão* é que se trata de um nome que vem a ser parte constitutiva de outro nome, como *corpo*. Pustejovsky formaliza isso dos seguintes modos:

$$1) \lambda x \exists y [\text{part-of} (y,x)]$$

como sendo a mais convencional relação part-of e

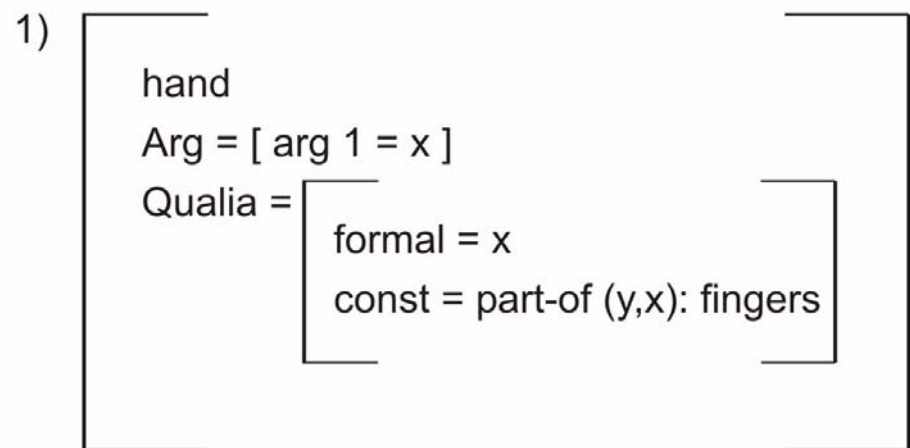
$$2) \lambda x \exists y [\text{part-of} (x,y)]$$

como sendo uma relação inversa, exemplificada por *mão/corpo*

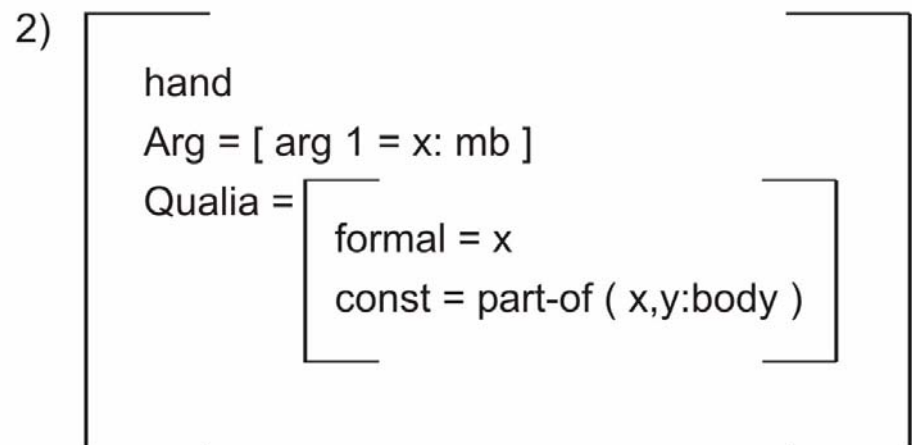
A definição (1) dada ao quale constitutivo corresponde ao conceito de meronímia clássica, apresentada no capítulo anterior, caso as duas exigências sejam cumpridas na relação parte/todo: **Y tem um X e X é parte de Y** (Cruse, 1986). Já a definição (2) equivale a uma relação de hiperonímia, que estabelece uma categoria maior, na qual o nome se insere.

⁸ Há duas considerações que deveriam ser feitas sobre os papéis qualia: (1) toda categoria expressa uma estrutura qualia; (2) nem todos os itens lexicais carregam um valor para cada papel quale.

Considerando 1 e 2, podemos temos as seguintes representações para *hand*:



X = hand
y = fingers



X = hand
y = body

A representação 1, já comparada à meronímia, pode ser estendida a vários nomes, por exemplo, *livro*, cujas partes constitutivas são elementos como *capa* e *páginas*. Se testada, essa relação entre livro e seus constituintes é adequada à regra da meronímia: **livro tem página e página é parte de livro**. Tais conceitos – meronímia e quale constitutivo – serão retomados na análise dos dados, proposta no último capítulo deste trabalho.

B) Quale Formal

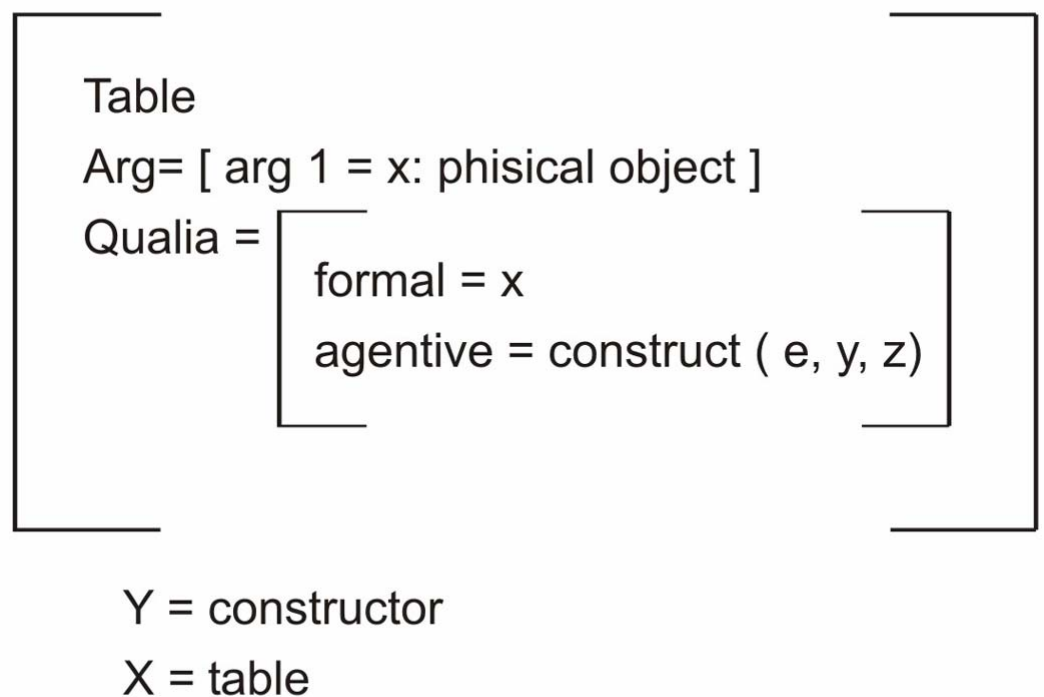
Responsável pela distinção do objeto dentro de um domínio maior, o quale formal abrange elementos como orientação, dimensionalidade, cor, posição, e forma, características que nos auxiliam na identificação do objeto. No plano ontológico, não temos concepção adequada de uma entidade até nós descobrirmos o que a distingue de outras entidades.

Pode ser relacionado à estrutura taxonômica que, segundo Jackendoff (2002), é uma estrutura universalmente aceita pela semântica lexical, não obstante haja limitações em sua organização formal. Essa discussão em que se colocam os problemas relacionados à taxonomia não é plausível nesse momento, cabendo apenas a comparação entre quale formal, entendido como uma relação entre um objeto e seu domínio maior, e a seguinte taxonomia: *labrador* faz parte do domínio de *cães*, que, por sua vez, faz parte do domínio dos *animais* etc.

Assim, na estrutura taxonômica, obteríamos a seguinte seqüência: *labrador* – *cachorro* – *animal* – *ser vivo* – *objeto físico*, e cada elemento dessa estrutura é representado no quale formal pelo elemento posterior.

C) Quale Agentivo

Especifica a origem do objeto semântico e a maneira como as coisas “surgem” difere, por exemplo, um artefato de um tipo natural. Para os artefatos, cabe a representação mais simples, por exemplo:

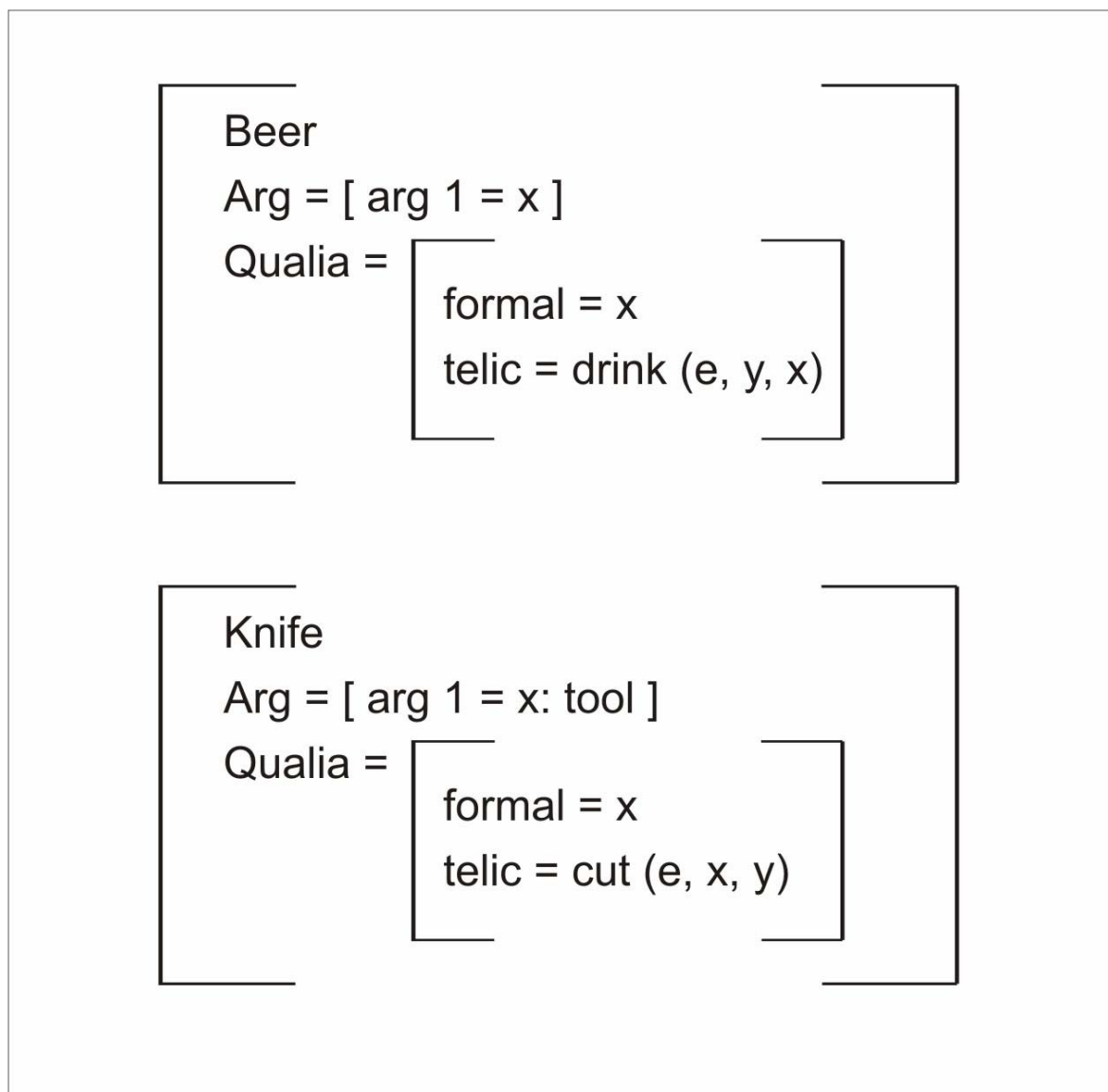


Portanto, sendo *mesa* um artefato, é importante especificar o evento de construção desse objeto. Assim, no quale agentivo fica formalizado que um indivíduo (y) é responsável pelo evento (e) da construção do objeto (x).

D) Quale Télico

Indica a finalidade a que se destina o objeto semântico. Há dois modos de representação do papel télico, dependendo se o nome em questão é o objeto complementar do predicado, ou se é o objeto utilizado como facilitador na realização de uma atividade.

Pustejovsky representa os termos *beer* e *knife* como exemplo dos tipos de télico:



Na representação de *Beer*, o argumento x é o complemento do predicado *drink*, e y o indivíduo responsável pelo evento, o que significa que “y bebe x, isto é, indivíduo bebe cerveja”. Já na representação de *Knife*, o argumento x é o instrumento que o indivíduo y utiliza na realização do evento, ou seja, “com x, y corta algo”.

2.1.3 Argumentos Complexos

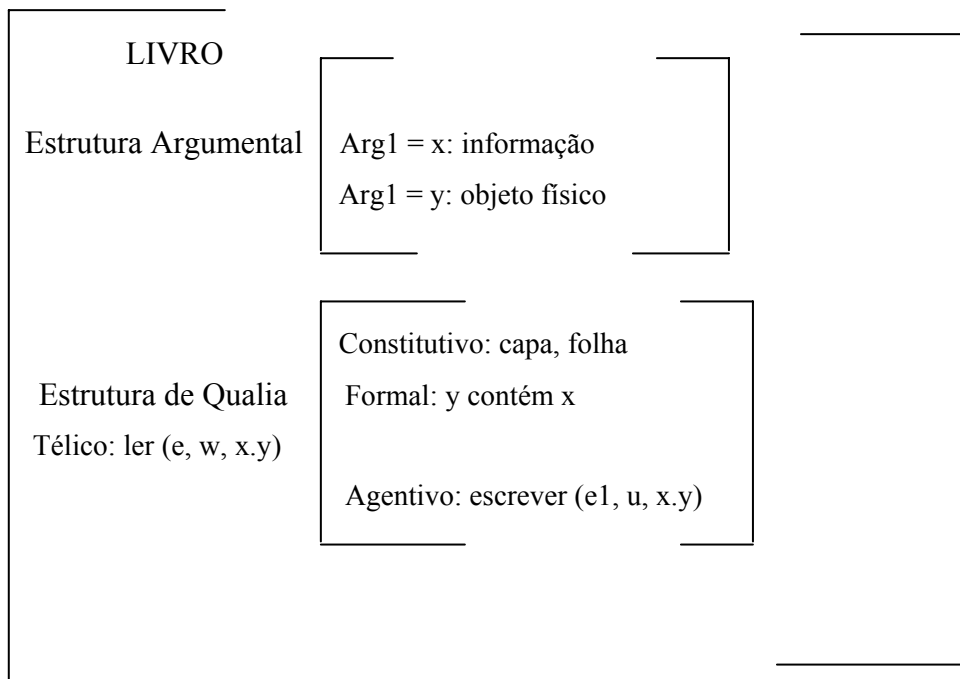
Palavras que parecem ter um único sentido, muitas vezes, possuem uma sutil polissemia, o que pode ser exemplificado nas seguintes sentenças:

(1) O *livro* é pesado e

(2) O *livro* é emocionante.

Em enunciados como (1), faz-se referência a livro como objeto físico; porém, em (2), retoma-se o sentido abstrato de livro, o seu conteúdo informativo.

Logo, vejamos qual é a estrutura proposta para livro, considerando todos os papéis da estrutura Qualia:



Onde:

e = evento;

w=agente que lê;

u=agente que escreve.

Voltando aos enunciados, (1) remete ao sentido de livro como objeto físico (y), e (2) aciona o sentido abstrato do termo livro como o conteúdo, ou a informação (x). Já em

(3) João leu o *livro* e

(4) João escreveu o *livro*

os dois sentidos (y.x) são simultaneamente acionados em função de uma exigência dos verbos ler e escrever que requerem um **argumento complexo**, formado pela junção de dois argumentos simples (objeto físico + conteúdo informativo).

Esses dois sentidos são sistematicamente relacionados entre si, fato comum a outros itens lexicais, como CD e filme, o que justifica a ocorrência da polissemia lógica. Então, quando alguém produz um enunciado como

(5) Filme inédito de Walter Salles estará à venda.

(Folha de São Paulo 08/05/01 E5)

significa que aquilo que é vendável inclui o objeto físico(x) e seu conteúdo informativo(y) constituindo, portanto, um argumento complexo (x.y).

A estrutura Qualia explica os mecanismos gerativos que permitem interpretar as palavras em contexto. Para Pustejovsky, esses mecanismos são três: co-composicionalidade, ligação seletiva e coerção de tipo.

2.1.4 Co-composicionalidade

A composicionalidade parte do princípio de que cada elemento presente na proposição contribui para as condições de verdade da sentença. Essa é uma visão tradicional, pois, desde Frege, sabe-se que a combinação de um item lexical com outro contribui para o sentido. Desse modo, um predicado de três argumentos como *entregar* restringe os tipos de argumentos:

arg1 (x) : pessoa ou instituição

arg2 (y) : objeto

arg3 (z) : pessoa ou instituição

É condição fundamental para a composicionalidade o tipo de predicado restringir os tipos de argumentos. Pustejovsky vê essa relação, mas acrescenta que também os argumentos são responsáveis pelo sentido do predicado. Em sua teoria, refere-se à co-composicionalidade, processo por meio do qual se determina que a função não está apenas nos predicados, mas também nos nomes.

Exemplificando, ele analisa o verbo *assar*, cujo sentido se modifica de acordo com o seu complemento. Em:

(1) Assou o bolo

(2) Assou a batata

o verbo possui um sentido unívoco e os sentidos específicos – *criação* e *transformação* - são gerados na combinação com os nomes *bolo* e *batata*. Isso vai de encontro a uma visão tradicionalmente marcada e defendida em Fodor/Lepore (1998), de que o verbo é ambíguo,

portanto, possui dois sentidos independentes *assar*₁ e *assar*₂, sem que seus complementos desempenhem qualquer função.

2.1.5 Ligação Seletiva

Pustejovsky trata da semântica dos adjetivos a partir de uma tradicional e Aristotélica distinção, que os divide em: qualidades acidentais, como *faminto*, *sujo* e *quebrado* e qualidades necessárias, entre elas, *alto* (para indivíduo), *duro* (para substância) e *bípede* (para animal). Essa tipologia baseia-se em distinções gramaticais, uma vez que apenas as características acidentais podem ser usadas em predicados com o verbo no progressivo. Assim, na língua inglesa, segundo o autor, é possível dizer *Stop being impatient*, mas é agramatical proferir *Stop being so intelligent*. Outra classificação, também baseada em critérios sintáticos, divide os adjetivos em predicativo e atributivo. Alguns podem ser usados nas duas funções, como *frightened* em *the frightened boy* e *The boy is frightened*, e outros não são aceitáveis na função predicativa: **This criminal is alleged*.

Também a classe dos adjetivos assemelha-se à dos advérbios no que diz respeito à transitividade, pois há adjetivos intransitivos, que não pedem complementos - *Sophia is old* – e adjetivos relacionais, analisados como transitivos – *John is envious of Mary's position*.

Por fim, uma outra distinção estrutural apontada pelo autor é em relação aos adjetivos que se alternam em funções de predicar um predicado, como em *It is easy to teach this class*, ou predicar um nome: *This class is easy to teach*. Esse último tipo de enunciado interessa, particularmente, a Pustejovsky, em função da discussão que levanta em relação à função do significado que os adjetivos assumem em construções como *John*

is teaching an easy class e *Bill is taking an easy class*. *Easy* predica *class*, mas, para ao autor, devemos buscar uma explicação para os diferentes sentidos (fácil para ensinar/fácil para aprender) que a expressão *easy class* adquire a partir desses enunciados. Vejamos um exemplo que relaciona os termos *fácil* e *livro*, uma vez que já demonstramos a representação de livro na estrutura Qualia.

Em um enunciado como *Um livro fácil*, podem ser acionados três diferentes sentidos:

- (1) Um livro fácil de escrever
- (2) Um livro fácil de ler
- (3) Um livro fácil de montar

Nesse caso, segundo Pustejovsky, a polissemia não está na palavra *fácil*, mas em *livro*, que apresenta todas essas facetas em sua estrutura lexical.

Verificando a estrutura Qualia de livro, temos:

- 1. Constitutivo: página, folha
- 2. Formal: objeto que contém informação
- 3. Télico: objeto para ser lido por alguém
- 4. Agentivo: objeto escrito por alguém

Assim, retomando os enunciados, em (1), é acionado o quale agentivo ; em (2), o quale télico e em (3), o quale constitutivo. Trata-se de um mecanismo denominado de **ligação seletiva**, que permite captar a relação semântica estabelecida entre o modificador (fácil) e o núcleo nominal que ele modifica (livro). Isso permite que em um composto nome mais adjetivo, este seja aplicado diretamente a um papel qualia do nome.

2.1.6 Coerção de Tipo

A coerção é definida como o mecanismo gerativo que permite captar a relação semântica entre realizações de um mesmo item lexical em contextos sintáticos diferentes. Logo, trata-se de uma operação semântica que converte o tipo dos argumentos, forçando a mudança do tipo 2 (explícito na estrutura sintática) em tipo 1 (a forma canônica). O verbo *começar*, por exemplo, pede como complemento um evento, considerado como o tipo 1, seja ele em forma de verbo infinitivo, como no enunciado (1), ou em forma de sintagma nominal, como em (2):

(1) Pedro começou a ler o livro. V + Inf.

(2) Pedro começou a leitura do livro. V + SN (evento)

Já em um enunciado como o seguinte, não há de forma explícita um evento na posição de complemento do verbo *começar*:

(3) Pedro começou o livro

No entanto, para Pustejovsky, podemos transformar o tipo 2 (SN) em um tipo 1(evento), através da coerção de tipo, mecanismo que é permitido em função da estrutura de qualia de *livro*. Assim, ao acionarmos o quale agentivo, temos a interpretação (3 a) *Pedro começou a escrever o livro* e, se acionado o quale télico, obtém-se o sentido de (3 b) *Pedro começou a ler o livro*.

Segundo o autor, não é papel de uma teoria semântica lexical dizer qual leitura é preferida, (3 a) ou (3 b), mas quais leituras são possíveis para um determinado enunciado. A semântica lexical, deve, portanto, mostrar os possíveis sentidos e explicá-los,

mas a decisão de acionar um ou outro sentido depende do contexto, como será mostrado em exemplos buscados em enunciados de jornal.

2.1.7 Alguns exemplos de polissemia lógica em enunciados jornalísticos

Os nomes de país, estado ou cidade, como já citado, são exemplos da polissemia lógica, pois todos eles resgatam em nível lexical e de forma sistemática pelo menos três sentidos: território, população e instituição governamental. Vejamos como essas três facetas estão presentes na língua, através de alguns enunciados encontrados em manchetes de jornal:

(1) Musical infantil em *São José*. (O Estado, 11/05/01, p. 13)

(2) Motoqueiro aterroriza *São José*. (O Estado, 11/05/01, p. 12)

(3) *São José* investe em educação. (O Estado, 11/05/0, p. 13)

Em (1), trata-se da referência que se faz à cidade enquanto espaço físico, pois “um musical ocorrerá em algum lugar que fica dentro dos limites territoriais de São José”. Já em (2), o nome da cidade faz referência às pessoas que nela residem, pois a interpretação desejada é “motoqueiro aterroriza a população de São José”. Finalmente, em (3), fazemos a leitura de que “a prefeitura de São José investe em educação”.

Considerando a proposta de Pustejovsky para a representação formal dos nomes a partir da Estrutura de Qualia, podemos, por associação, representar os três sentidos de *cidade*, como segue:

CIDADE

Constitutivo: x é constituído por z

Formal: x é uma divisão administrativa

Télico: x serve para um conjunto de y morar

Onde:

X:entidade administrativa

Y:peessoas

Z:território

Assim, as três facetas apontadas para São José são explicadas pelo quale constitutivo, que remete ao sentido de espaço físico; pelo quale formal, responsável pelo sentido de prefeitura e pelo quale télico, que define a finalidade de São José como moradia para a população.

No entanto, em alguns enunciados, não é possível, somente pela estrutura de Qualia, definir o sentido de *cidade*, pois há situações em que apenas o contexto pode determinar o sentido de um termo polissêmico, como é o caso da seguinte sentença:

(4) Infra-estrutura é prioridade do *município*. (A notícia, 24/04/01, p. 4)

Pensando na polissemia do termo município, pode-se questionar qual seria o sentido mais apropriado para a compreensão do enunciado acima.

Em princípio, baseados na relação entre *município* e *infra-estrutura*, podemos ser levados a definir *município* pelo seu quale constitutivo (bairros, ruas), pelo fato de ser esse o espaço físico onde as obras devem ser realizadas.

Por outro lado, podemos pensar que é prioridade da administração do município realizar obras de infra-estrutura, assim o sentido de *município* seria definido pelo seu *quale formal*. Também é viável interpretar que a população veja como prioridade a infra-estrutura, o *quale télico* que relacionaria *município* ao *quale télico*.

Portanto, só o contexto da notícia publicada poderia resolver a qual das facetas de *município* a sentença (4) se refere. Além disso, é coerente também a idéia da sobreposição desses sentidos, pois podemos pensar na hipótese de infra-estrutura ser prioridade tanto da prefeitura quanto da população.

Vejamos o mesmo problema em enunciados que envolvem o termo *universidade*, cuja representação na estrutura de Qualia define-se conforme o seguinte esquema:

UNIVERSIDADE

Constitutivo: x é constituído por z

Formal: x é uma instituição

Télico: x serve para y estudar

Onde:

X: instituição

Y: alunos

Z: espaço físico, prédios

Em sentenças como

(5) *Esalq* completa centenário. (Folha de São Paulo – 05/06/01 – F1)

(6) Casal cubano recebe apoio da *Unicamp* para trazer a filha de 11 anos para o Brasil. (Folha de São Paulo – 05/06/01 – C4)

o sentido de *universidade* é dado pelo seu quale formal: instituição administrativa. Ao contrário de (5) e (6), em

(7) O jogo será realizado na *Unisul*. (Diário Catarinense 05/06/01 p. 49)

o sentido é acionado pelo quale constitutivo, pois trata-se de uma referência à universidade enquanto espaço físico, especificamente um ginásio de esportes localizado na Unisul.

Portanto, nos três exemplos acima, a estrutura de qualia do termo polissêmico determina o sentido da sentença. Todavia, isso não ocorre no enunciado

(8) *Universidade* perde com a decisão. (Diário Catarinense 07/06/01 p. 39).

Mesmo conhecendo o contexto da sentença (8), o que leva o leitor a saber que se trata do fato de a Justiça ter adiado a abertura de alguns novos cursos na Universidade, a indeterminação permanece. Não sabemos se quem perde com tal medida é a própria instituição, as pessoas que dela fazem parte (alunos, professores, funcionários), ou se até mesmo ambos perdem com o adiamento da abertura dos cursos.

Logo, o problema que fica aqui exposto a partir de enunciados como (4) e (8) é descobrir o tratamento contextual/pragmático que se deve dar a casos de polissemia lógica em que a indeterminação dos sentidos não se resolve apenas pela estrutura de Qualia. Alguns autores criticam a não resolução desse problema pelo LG, como veremos a seguir.

2.1.8 Abordagem crítica em relação à teoria

Chishman (2003) propõe-se a explicitar como a teoria do léxico gerativo trata os casos de polissemia. Para tal, faz uma breve exposição da teoria e focaliza os casos de polissemia lógica. Desse modo, delimitam-se, em seu artigo, dois objetivos:

a) a exposição do tratamento dado por Pustejovsky a sentenças com os verbos *começar* e *apreciar*;

b) a investigação de casos duvidosos em relação à regularidade semântica proposta por Pustejovsky, que explica os casos dentro de um modelo complexo.

Retoma um dos mecanismos propostos em Pustejovsky, a coerção de tipo, como um mecanismo que permite captar a relação semântica entre realizações de um mesmo item lexical em diferentes contextos sintáticos. Trata-se de interpretar o item lexical em função de seu regente, o que ocorre principalmente com verbos como *acabar* e *começar*.

Em enunciados como

(1) *Começou o quadro e*

(2) *Acabou o quadro*

o complemento verbal, que aparentemente é um SN (o quadro), é constituído de um evento não explícito (de pintar). Essa leitura é possível a partir do acionamento do quale agentivo de *quadro*. Para Chishman, o problema está em generalizar que a operação de coerção atua sobre a estrutura de qualia de forma idêntica. Assim, ao exemplificar sua crítica com os seguintes enunciados

(3) *Começou um livro (a ler ou a escrever);*

(4) Começou um cigarro (a fumar);

(5) Começou um pulôver (a tricotar)

ela questiona “se para *livro* a faceta do papel télico (ler) ou do agentivo (escrever) são acessíveis para compor a interpretação, o mesmo não ocorre com *cigarro*, que não admite que a faceta do papel agentivo seja acessada e *pulôver*, que não admite o acesso ao papel télico” (Chishman, 2003, p. 85). Portanto, não existem critérios que decidam a necessidade ou não de determinada informação fazer parte da entrada lexical e ainda, acrescenta a autora, ao se optar por preencher todas as facetas, não há meios de bloquear as leituras não-desejáveis.

Um segundo problema abordado pela autora diz respeito à influência da informação contextual, o que sugere que a informação contida na estrutura qualia parece não ser suficiente para a explicação do significado dos itens lexicais.

A questão da extensão da teoria para o campo da pragmática também é abordada por Gayral (1998). Segundo a autora, quando se busca a simulação do processo de compreensão da linguagem, há dois problemas a serem enfrentados: o uso criativo da linguagem e a polissemia.

Uma das questões em pauta é como tratar a diversidade de sentidos em contextos diferentes como é o caso da palavra verde em *vestido verde*, *vinho verde*, *fruta verde*, *cidade verde* etc. Da mesma forma, como estabelecer diferenças entre casos em que o verbo impõe restrição de seleção a seus argumentos como em *beber café* (verbo seleciona arg 1 : líquido) e casos nos quais o nome é responsável pela atribuição do sentido do verbo, como em *tomar um café*.

Outro questionamento proposto no artigo da autora é referente à não correspondência entre uma regra sintática que combina elementos no enunciado e uma regra semântica que combina os sentidos desses elementos. Toma-se por exemplo a combinação SN + Adjetivo: *pintor italiano* refere-se a alguém que é ao mesmo tempo pintor e italiano; no entanto, *suposto culpado* refere-se a alguém que é suposto, mas não necessariamente culpado.

Após apontar para os problemas que cercam a idéia da composicionalidade, a autora passa a apresentar a teoria do léxico gerativo e os mecanismos propostos por Pustejovsky, visando à reflexão sobre o nível de generalização desses processos, os parâmetros e a forma de controle dos mesmos.

Em relação à coerção de tipo, ocorre a mesma crítica já apresentada em Chishman (2003), pois o questionamento de Gayral é sobre a não definição de critérios para se estabelecer qual faceta de qualia acionar quando se prevê a mudança do tipo SN para o tipo evento em *começou um livro*, *começou um cigarro* e *começou um pulôver*. A autora prossegue com esse questionamento na tentativa de buscar uma explicação, se houver, para o fato de que não se aciona a mesma faceta da estrutura de qualia de uma palavra em processos diferentes. Exemplificando:

(6) Via rápida

(7) Paulo começou a via

Em (6), pelo mecanismo de ligação seletiva, compreende-se que uma via rápida é uma via por onde se circula rapidamente, o que é possível pelo acionamento do qualia télico de *via*. Já o enunciado (7) não pode ser dito no sentido de “Paulo começou a trafegar pela via”. Pelo mecanismo de coerção de tipo, que muda o tipo 2 (SN) para o tipo 1 (evento), em (7),

conclui-se que Paulo começou ‘a construir a via’ , acionando o quale agentivo de *via*. Daí a pergunta: Por que em um processo, como ligação seletiva, o quale télico da palavra *via* é acionado e em outro, como coerção de tipo, não se aciona o télico?

Penso que as questões levantadas pelas autoras são pertinentes, pois nos instigam a buscar dados e verificar quando e quais facetas da estrutura de qualia são acionadas nos processos de ligação seletiva e de coerção de tipo. No entanto, não é pertinente cobrarmos da proposta de Pustejovsky uma regularidade entre as operações de coerção e de ligação e a atuação da estrutura de qualia. A Teoria do léxico gerativo se propõe a explicar a ocorrência dos processos pelas informações contidas no léxico, mas não há, nessa proposta, a afirmação de que o mesmo quale deve ser acionado tanto no uso de um mesmo item lexical independente da operação, como nos enunciados (6) e (7), quanto no uso de diferentes itens lexicais em uma mesma operação, conforme demonstrado (3), (4) e (5).

Enquanto Chishman (2003) e Gayral (1998) focam, respectivamente, exemplos pautados nos mecanismos de coerção de tipo e ligação seletiva na crítica elaborada ao LG, Fodor e Lepore (1998) recorrem ao processo de co-composicionalidade, como já citado em 2.1.4. Contrapõem-se à explicação dada por Pustejovsky para enunciados como *assou a batata* e *assou o bolo*. Discordam da proposta de se atribuir um sentido unívoco ao verbo, que seria o de “mudança de estado”, para deixar por conta do complemento – *batata* e *bolo* – a decisão a respeito de se assumir a variação do sentido para “criação”. Para eles, o verbo já possui os dois sentidos – mudança de estado e criação – independente do complemento. Assim, descartam a co-composicionalidade, pois o complemento não determina o sentido do verbo, apenas serve de critério para que se acione um dos dois sentidos já existentes, sendo tal escolha associada ao conhecimento enciclopédico.

Desse modo, para Fodor e Lepore (1998), a TLG parece não dispor de critérios para decidir sobre a necessidade ou não de determinada informação fazer parte do léxico.

Valendo-se da mesma contra-argumentação já utilizada para as críticas esboçadas por Chishman (2003) e Gayral (1998), pode-se dizer que, na concepção de Pustejovsky, não é papel de uma teoria semântica lexical especificar as leituras adequadas de um enunciado, mas sim, quais são disponíveis.

Como já visto no capítulo anterior, Gayral (1998) também questiona a delimitação entre critérios lingüísticos e pragmáticos na definição de uma metonímia e expõe a dificuldade, em alguns casos, em diferenciar a metonímia das diferentes facetas de um sentido. Retomando essa questão da imprecisão no limite conceitual entre processos de polissemia e metonímia, proponho, como finalização deste capítulo, uma comparação entre os dois processos, visto já terem sido apresentadas algumas abordagens no tratamento da metonímia e a concepção de polissemia sistemática no Léxico Gerativo.

2.1.9 Metonímia X Polissemia

É perceptível a semelhança entre as relações citadas no primeiro capítulo como metonímia e as alternâncias expostas neste capítulo, em 2.1, consideradas como casos de polissemia lógica: a sistematicidade é relevante tanto nos processos metonímicos quanto nos polissêmicos.

Tomemos o tipo de alternância apontada em Pustejovsky como lugar/pessoa:

(1) São Paulo votou em Marta Suplicy.

Na visão clássica, o enunciado acima é um exemplo de metonímia, pois *São Paulo* está sendo usado em substituição a *população*, uma vez que há uma relação de proximidade entre *cidade* e *seus habitantes*. Trata-se do deslocamento da referência, quando

usamos um termo com a finalidade de apontar um certo referente, diferente daquele que seria o referente mais imediato. No entanto, se buscarmos uma explicação pautada na Teoria do Léxico Gerativo, podemos dizer que a possibilidade de ocorrência de um enunciado como (1) se dá pelo fato de, diante de *São Paulo* (ou de qualquer outro nome de cidade), podermos acionar pelo menos três sentidos - *divisão administrativa*, *lugar* e *população* - presentes na estrutura lexical, conforme representação proposta:

CIDADE

Constitutivo: x é constituído por z

Formal: x é uma divisão administrativa

Télico: x serve para um conjunto de y morar

Onde:

X:entidade administrativa , Y:peessoas, Z:território

Outro caso clássico de metonímia, também explicado como processo de polissemia lógica, é o uso do nome da marca do produto em substituição ao nome do produto. Com base no Léxico Gerativo, Pustejovsky explica-nos esse fenômeno como coerção de subtipo. Para o autor, um caso muito específico de mudança semântica, nomeado coerção de subtipo, ocorre em enunciados como

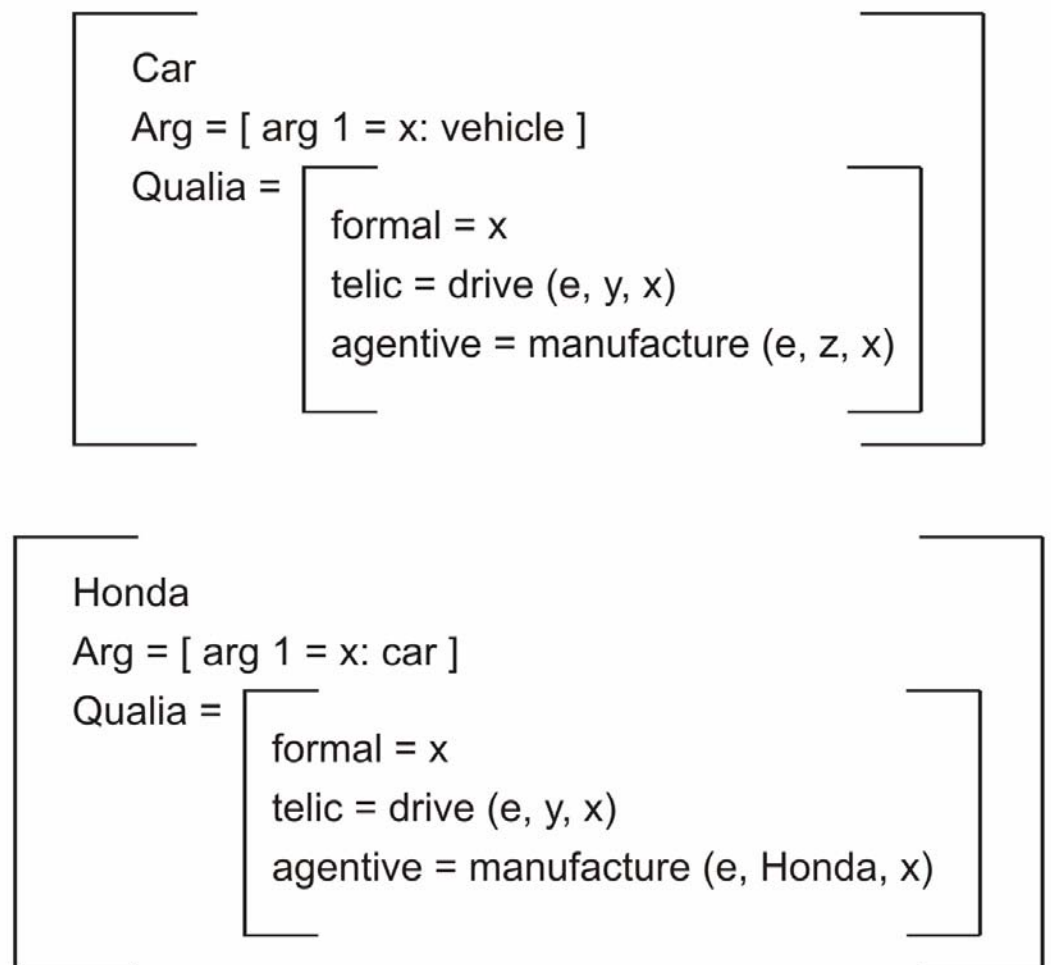
(2) Mary drives a Honda to work.

Segundo Pustejovsky, “one must establish a relation between the type denoted by the NP of this argument position and the type that is formally selected for by the verb *drive*”⁹ (1995, p. 113). Assim, dentro de um sistema de tipo, é necessário assegurar que, se uma

⁹ deve-se estabelecer uma relação entre o tipo denotado pelo NP da posição deste argumento e o tipo que é formalmente selecionado pelo verbo *drive*.

função seleciona T1 e a forma de ocorrência verdadeira é T2, onde T2 é um subtipo de T1, T2 seja aceito pela função como um argumento legítimo ($T2 \leq T1$).

Em (2), há uma transferência do nome da empresa *Honda* para o objeto *carro*, o que caracteriza uma transferência de um hipônimo para um hiperônimo – também determinado como um processo metonímico, representado formalmente pela coerção de subtipo:



Honda representa o agente (z), aquele que faz o veículo, portanto, projeta a representação semântica de veículo:

- ⊖ [Honda ≤ car]: Honda → car
- ⊖ [Car ≤ vehicle]: car → vehicle

Além dessa diferença apontada na comparação entre a metonímia clássica, vista de forma paradigmática como uma substituição entre termos, e a explicação dada por Pustejovsky, que classifica os mesmos processos como polissêmicos, pautado em explicação lexical, também podemos traçar um paralelo entre esse posicionamento e o dado pela semântica cognitiva em 1.3.2, ao diferenciar metonímia de polissemia.

Retomando a idéia defendida em Croft (2000), o critério utilizado para definir a metonímia é a necessidade do deslocamento do referente. Assim, a palavra *revista*, que aponta para dois referentes – a instituição que a produz e o objeto físico – é um caso de metonímia. Já no caso de *livro*, que contém dois sentidos – objeto físico e conteúdo – inclusos no mesmo referente, tem-se a polissemia. Essa proposta difere da de Pustejovsky, que define os dois casos com processos de Polissemia Sistemática, uma vez que os sentidos de *revista* e *livro* são presentes na estrutura de Qualia desses nomes.

Portanto, a diferença entre as duas abordagens está no fato de que, enquanto a semântica cognitiva trata tais alternâncias como um sentido figurativo obtido por uma operação cognitiva, Pustejovsky atribui a explicação para o mesmo fenômeno a uma teoria lexical, como visto neste capítulo, nas seções anteriores.

Como finalização à primeira parte deste capítulo, cabe enfatizar que os tipos de polissemia criativa analisadas no trabalho de Pustejovsky exibem uma regularidade e sistematicidade que, segundo ele, estão ausentes em modelos pragmáticos de extensão de sentido e metáforas. Esse autor assume que tratar da ambigüidade lexical como um fenômeno heterogêneo requer reconhecer a existência de três fatores, que contribuem para a emergência contextual de sentido de um item lexical em particular: trata-se de uma ambigüidade contextual, resolvida pelo conhecimento contextual do discurso; ou de ambigüidade complementar (polissemia lógica), resolvida por co-composição no contexto sintático da sentença; ou extensões de sentido, mediadas por condições específicas acerca do falante e do contexto. Limitando-se às duas primeiras possibilidades, Pustejovsky não trata de casos específicos de extensão de sentido: “what distinguishes this from logical polysemy is the lexically idiosyncratic nature of the ambiguity, as well as the semi-productive status such extensions have in language”¹⁰ (1995, p. 234) .

Entretanto, essa opção assumida pelo autor não o impede de reconhecer a proposta de Nunberg (seção 1.3.3), citado por ele, momento em que também faz menção ao trabalho de Jackendoff, a quem dedicarei a segunda parte deste capítulo.

Na próxima seção, visando à compreensão dos conceitos que fundamentam a análise proposta em Jackendoff (2002) para os casos de extensão de sentido, parte-se da justificativa dada pelo autor sobre a importância de se enfatizar o significado nos estudos lingüísticos e expõe-se a relação do significado com o mentalismo e a semântica cognitiva, abordando questões como a referência e a delimitação entre os processos lingüísticos e não lingüísticos. Em seguida, apresenta-se uma breve discussão sobre composicionalidade,

¹⁰ o que distingue isto da polissemia lógica é a natureza lexicalmente idiossincrática da ambigüidade, bem como o status semiprodutivo que tais extensões possuem na língua.

categorização e polissemia, para, finalmente, delimitar o que Jackendoff denomina como Enriched Composition – traduzido neste trabalho como composição enriquecida.

2.2 Teoria Conceptual de Jackendoff

Jackendoff (2002) analisa os fundamentos conceituais da semântica, considerando esta uma área fundamental aos estudos da linguagem. O autor enfatiza o fato que tem sido o desafio dos trabalhos lingüísticos durante muitos anos: a compreensão de como processamos o significado e sua relação com a linguagem. “Understanding how we mean and how we think is a vital issue for our intuitive sense of ourselves as human beings”¹¹ (p. 267).

Assim, dedica seus estudos a questões que envolvem o significado e explica que seu trabalho das últimas três décadas tem por objetivo compatibilizar a tecnologia formal, com a qual pretende contribuir, e os fundamentos psicológicos da gramática gerativa, especificamente o mentalismo, base de suas pesquisas. As razões dadas pelo autor sobre essa opção teórico-metodológica apresentam-se a seguir.

2.2.1 O mentalismo como concepção teórica

Buscando embasamento para sua teoria, Jackendoff (2002) posiciona-se em relação às questões que julga fundamentais para uma teoria semântica. Para tal, utiliza-se de termos como *conceito* e *transferir* no sentido mais amplo e genérico e constrói o que, para ele,

¹¹ Compreender como significamos e como pensamos é uma questão vital para o nosso senso intuitivo de nós mesmos enquanto seres humanos.

são os problemas mais básicos a serem colocados para situar o estudo do significado. As questões centrais se resumem em como podem ser caracterizados os *conceitos* expressos pelos falantes e como a linguagem *transfere* esses significados.

A proposta do autor parte do princípio de que uma teoria semântica deve se encaixar em uma concepção mais ampla, que é a teoria mentalista, da qual faz parte um domínio designado como **f-mind** – domínio funcional. O autor se utiliza de uma metáfora ao explicar que o f-mind é o domínio que, em uma comparação entre homem e máquina, equivaleria ao software, diferentemente do cérebro, que seria o hardware. Em se considerando o domínio f-mind, há a necessidade de se reconhecer que os conceitos carregados na linguagem, segundo Jackendoff, são usados por processos cognitivos, entre eles:

Processes that integrate a linguistically conveyed message with existing f-knowledge, including understanding of context; processes that draw inferences and make judgments, based on the interaction of a linguistically conveyed message with other f-knowledge; processes that use linguistically conveyed messages to direct attention to and make judgments on the world as perceived through the senses; processes that connect linguistically conveyed messages with one's physical actions on/in the world. (2002, p.272)¹²

Essa coleção de processos interativos pode ser estruturada em um diagrama por meio do qual o autor organiza todas as interfaces que a estrutura cognitiva acessa. O importante é que todos esses processos operam no mesmo tipo de estrutura cognitiva que pode ser expressa pela linguagem. As interfaces para o sistema perceptual são o que permite alguém formar um pensamento baseado na observação do mundo: com a linguagem, alguém pode dizer o que vê, o que ouve, o que sente. Isso também pode operar em outra direção: a

¹² Processos que integram uma mensagem lingüisticamente transmitida com conhecimento funcional, incluindo compreensão de contexto; processos que fazem inferências e julgamentos, baseados na interação de uma mensagem lingüisticamente transmitida com outro conhecimento funcional; processos que utilizam mensagens lingüisticamente transmitidas para dirigir a atenção e fazer julgamentos acerca do mundo como percebido através dos sentidos; processos que conectam mensagens lingüisticamente transmitidas às ações físicas de um sujeito sobre/no mundo.

linguagem se direciona para algo do campo conceitual, a exemplo das expressões como *você viu? preste atenção*.

Considerando-se tais interfaces, tem-se o uso do conceito com a finalidade de produzir outros conceitos, o que é tipicamente chamado de inferência, interface assumida a partir do momento em que se admite que o interesse pelo estudo do significado não se limita apenas ao raciocínio lógico, mas que se inclua, como propõe o autor, a intenção no domínio *f-mind*. Por isso, para ele, não é possível fazer um corte rigoroso entre semântica e pragmática, se considerarmos que ambas estão na estrutura conceitual.

A crítica esboçada por Jackendoff é que, ao construir um escopo da semântica dentro da teoria lingüística, não é possível diferenciar uma parte da semântica especificamente lingüística do conhecimento não lingüístico. Pode-se esboçar, portanto, um problema que surge da dificuldade em se delimitar com precisão o que pertence a um ou a outro campo. Essa distinção tem sido proposta por várias linhas, não exclusivas, tais como: a) a distinção entre significado do dicionário e significado enciclopédico dos itens lexicais; b) a divisão entre analiticidade, acarretamento lógico e condição de verdade, que pertencem à lingüística semântica, e a conexão com o mundo real, função atribuída à pragmática; c) a separação entre propriedades semânticas que têm reflexos gramaticais, como estrutura argumental, estrutura aspectual, força ilocucionária, como pertencentes à lingüística semântica, e propriedades como cor, tamanho, espécies, que pertencem ao conhecimento geral.

A principal idéia dessa divisão é, para Jackendoff, que alguns aspectos da palavra não são parte de seu significado, mas do conhecimento de mundo, como pode ser visto com a seguinte afirmação:

For the instance, on this view, the fact that a dog is an animal is part of its ‘dictionary entry’, but the fact that dogs allegedly like to chase cats is ‘encyclopedic information’ that play no roles in the linguistic behavior of this item, only in its pragmatics. (2002, p. 285)¹³

Assim, as abordagens já conhecidas tratam de atribuir as informações pertencentes ao dicionário à Semântica, em oposição às informações enciclopédicas, específicas da Pragmática. Entretanto, tudo isso, segundo o autor, tem se mostrado insuficiente para se definir um limite entre semântica e pragmática, pois ele admite que algo do enciclopédico possa vir a fazer parte do dicionário, mesmo sendo difícil definir o limite entre um e outro em um item lexical.

Outro ponto discutido por Jackendoff (2002) é o conceito de referência, dada a implicação desse com a opção pela abordagem f-mind do significado. Ele retoma a teoria da referência a partir do senso comum de que uma expressão lingüística refere-se a algo no mundo e isso leva ao valor de verdade, para mostrar que essa relação não é tão simples em uma teoria mentalista da linguagem. Retomando a construção da linguagem, cita, primeiro, a Teoria de Frege, cujas noções centrais são a referência de uma expressão e o sentido independente do falante. Acrescenta ainda o fato de ter havido, após essa concepção referencial ou denotacional, as teorias que substituíram essa concepção mais simples de referência pela idéia de mundos possíveis.

Esse ponto de vista, que vê a linguagem fora do mundo, difere da concepção da gramática gerativa, que coloca a linguagem no f-mind dos falantes. A questão que Jackendoff se coloca é como o ponto de vista realista da linguagem pode ser reconciliado com a abordagem mentalista. Uma possibilidade é considerar que há no mundo uma linguagem

¹³ Por exemplo, de acordo com esta visão, o fato de um cão ser um animal faz parte do seu “verbete de dicionário”, mas o fato de cães gostarem, pretensamente, de perseguir gatos faz parte da “informação enciclopédica” que não desempenha papel algum no comportamento lingüístico deste item, mas apenas em termos pragmáticos.

objetiva e isso seria o objeto de estudo da gramática gerativa. Mas isso desconecta a lingüística gerativa de todas as forças de evidência baseada em processamento, aquisição etc, o que implicaria abandonar o mentalismo e restringir a pesquisa apenas à descrição de línguas, além de transformar o estudo da gramática universal em exercício de tendência estatística. Para o autor, o aspecto negativo dessa opção é o abandono do mentalismo, o que equivale a abrir mão de um grande avanço conceitual na área da linguagem, como afirma em “...I think that abandoning the mentalist outlook gives up one of the major conceptual advances of our time” ¹⁴(2002, p. 297).

Uma posição alternativa seria partir da concepção fregeana de que a linguagem refere-se a objetos no mundo e compreender que as pessoas usam a linguagem para fazer contato com algo no mundo. Assim, caberia à gramática gerativa o estudo daquilo que está na mente quando a pessoa se utiliza da linguagem. Essa alternativa possibilitaria incorporar toda a metodologia mentalística, preservando uma semântica realística.

A favor dessa última alternativa, Jackendoff ainda argumenta que o senso comum sobre referência sofre de dois problemas complementares: primeiro, se a linguagem está na mente dos falantes, é necessário invocar alguma conexão da mente para o mundo, no nível dos conceitos de linguagem expressos. Segundo, a noção de objetos no mundo é por si só suspeita, fato que o leva a propor que se rompa com a noção de objetos no mundo e, para os propósitos da teoria da referência, que se atribua como lugar desse mundo a própria mente do falante. O que muda, a partir daí, é o modo de compreensão da referência, que passa de (1) *senso comum realista da teoria da referência* para (2) *teoria conceitualista da referência*.

¹⁴ Creio que abandonar a visão mentalista é deixar um dos principais avanços do nosso tempo.

(1) Enunciado (P) da linguagem (L), gerado em contexto (C), refere a uma entidade (E) no mundo ou nos mundos possíveis.

(2) Um falante (S) da Linguagem (L) julga o enunciado (P), produzido em contexto (C) para referir-se a entidade (E) no mundo como conceitualizado pelo falante. (Jackendoff, 2002, p. 304)

Em (2), um referente no mundo conceitualizado é condição necessária para o falante referir, logo, podemos nos referir a entidades não-existentes, solucionando um dos problemas em (1).

Na perspectiva da concepção mentalista, Jackendoff argumenta que tal abordagem acarreta três importantes condições para uma teoria lexical: a) o tratamento da estrutura conceitual de um item lexical, a exemplo de *dog*, como o conjunto de todos os *dogs* em todos os mundos possíveis. Assim, defende que o significado de *dog* deve ser especificado em termos de um conjunto de condições ou traços que os falantes da língua usam para distinguir uma entidade das outras; b) a apreensão dos conceitos lexicais que devem, de algum modo, ficar na memória de longo prazo do falante; c) a contribuição dos conceitos lexicais para o significado das sentenças.

2.2.2 Composicionalidade

Discorrendo sobre a necessidade de conceitos lexicais serem aprendidos, Jackendoff aponta para o equívoco de se pensar que aprender algo consiste em construí-lo de partes previamente conhecidas, usando combinações de sentidos previamente conhecidos. No entanto, questionar a origem dos conceitos conhecidos leva aos mais básicos, que não são

aprendidos, mas dados ao aprendiz geneticamente, em virtude da característica do desenvolvimento do cérebro. Aplicando esse ponto de vista para o aprendizado lexical, conclui-se que os conceitos lexicais devem ter uma estrutura composicional. Logo, se a opção por uma abordagem mentalista para os estudos da linguagem foi apresentada como o primeiro ponto relevante do trabalho de Jackendoff, o segundo seria o reconhecimento da composicionalidade, uma vez que uma sentença transporta um significado construído combinatoriamente, além do significado de suas palavras. Esses dois postulados – sistema combinatório de significados e suas interfaces – caracterizam o que o autor denomina de semântica lingüística.

No debate com Fodor, Jackendoff evita aceitar a idéia de que todos os conceitos lexicais são inatos. Ao criticar Fodor, aponta-o como uma exceção quanto ao ponto de vista adotado em relação ao aprendizado lexical. A crítica que se faz é que, para Fodor, aceitar a idéia do inatismo inclui aceitar que assim também se aprende o significado de palavras como *telephone* e *carburetor*: “even if some of these words are absent from someone’s vocabulary, their meanings are present in his or her f-mind, just waiting to be triggered”¹⁵ (Jackendoff, 2002, p. 334). Fodor chega a essa conclusão, pois assume que conceitos lexicais são monolíticos (monadics), ou seja, eles não têm partes, conseqüentemente, não há partes previamente conhecidas, e, conseqüentemente, ele é forçado a dizer que todos os conceitos lexicais são inatos. Porém, o ponto central da crítica esboçada em Jackendoff é justamente se opor a esse fato: como não se pode aceitar que todos os conceitos lexicais sejam inatos, pela impossibilidade de se explicar como todos eles poderiam ser geneticamente codificados, não há como negar a composicionalidade de tais conceitos. Assim, para ele, a mesma

¹⁵ mesmo que algumas destas palavras estejam ausentes do vocabulário de alguém, seus significados estão presentes em sua f-mind, somente esperando ser ativados.

decomposição feita em termos fonológicos, que analisa as unidades até os traços mínimos, pode ser feita com conceitos lexicais, mesmo diante da dificuldade em se prever onde se encerra a decomposição, ou seja, da dificuldade em identificar o elemento primitivo nesse processo.

Seguindo a proposta de Jackendoff, pode-se afirmar que, respaldado na idéia de composicionalidade e enquadrado em teorias da cognição, o autor aborda duas questões que nos interessam: categorização e polissemia. Portanto, a próxima etapa desta seção consiste em apresentar a discussão elaborada pelo autor a respeito dessas questões, seguida da exposição das duas estruturas do significado, estruturas estas que permeiam o seu trabalho: Estrutura Conceitual (CS) e Estrutura Espacial (Sps).

2.2.3 Categorização e Polissemia

A categorização é um tema que tem sido consideravelmente investigado, dada a sua relação com o estudo do significado lexical: investigam-se os critérios de classificação de indivíduos em categorias e como esses sistemas de categorias são construídos mentalmente. Para a semântica tradicional, o problema pode ser solucionado em termos de condições de verdade da sentença. Jackendoff, que não aceita a noção de condições de verdade dada pela semântica formal, argumenta a favor de uma abordagem mentalista, comparando-as. Para ele, a abordagem mentalista sobre as condições de verdade difere da tradição lógico-filosófica em dois aspectos:

O primeiro diz respeito à hipótese de que as condições de verdade não constróem verdades absolutas no mundo ou nos mundos possíveis. Antes disso, como já citado em 2.2.1,

elas são tomadas como condições pelas quais o usuário da linguagem julga que algum indivíduo conceitualizado é membro de uma categoria. Assumindo essa concepção, a forma dessas condições passa a ser determinada pela psicologia humana, e não pela necessidade lógica, como afirma Jackendoff :

‘truth-conditions’ are not taken to constitute absolute truths in the world or in possible worlds. Rather, they are taken to be the conditions by which a language user *judges* that some conceptualized individual is a member of a category; and the form of these conditions is constrained by human psychology, not by logical necessity. Such psychological conditions can be studied experimentally, as a rich research tradition has shown. (2002, p. 351)¹⁶

O segundo aspecto se refere ao fato de se assumir, na tradição filosófica, que as condições de verdade de uma sentença constituem uma base de condições individualmente necessárias e coletivamente suficientes para garantir a verdade da sentença, como *tal coisa é verdade se e somente se*. Na concepção mentalista, argumentar as condições necessárias e suficientes são maneiras apropriadas de realizar a decomposição semântica de itens lexicais: alguém é solteiro se e somente se é humano, macho, adulto e não casado. No entanto, a maior parte da semântica conceitualista mostra a insuficiência dessas condições para caracterizar as riquezas das categorias humanas.

Para problematizar a questão, Jackendoff elege exemplos como o de *game*: há um grupo de condições que definem *game*, mas nenhum *game* satisfaz todas elas e nenhuma delas é compartilhada por todos os *games*. Nenhuma das condições é necessária para um indivíduo ser julgado como membro da categoria, mas várias combinações delas são suficientes. No

¹⁶ ‘condições de verdade’ não são tomadas para constituir verdades absolutas no mundo ou em mundos possíveis. Ao contrário, elas são tomadas para ser as condições através das quais o usuário de uma língua *julga* que um indivíduo conceitualizado seja membro de uma categoria e a forma de tais condições é determinada pela psicologia humana e não pela necessidade lógica. Tais condições psicológicas podem ser estudadas experimentalmente, como tem demonstrado uma rica tradição de pesquisa.

caso de *game*, o que está em jogo não é apenas a dificuldade de se categorizar pelas condições suficientes, mas a complexidade existente em torno da polissemia da palavra.

Jackendoff também aponta para a importância dos estudos a respeito da polissemia dentro da semântica lexical e, ao contrário de sua posição anterior, discorda da gramática cognitiva, pois evita a postura de aceitar a polissemia como a extensão de um protótipo. Como uma teoria semântica pode lidar com a polissemia – tomando-a como sentidos aparentemente diferentes de um item lexical, com algum relacionamento intuitivo entre eles – é, para o autor, uma das mais discutidas questões da semântica lexical, apresentando-se como um desafio a essa área.

Para Jackendoff, tratar a polissemia requer olhar para dois extremos: em um deles, deve-se concordar que os sentidos de *banco1* e *banco2* sejam tratados como homonímia (tal como já citado no primeiro capítulo), dada a incompatibilidade entre eles. Por outro lado, diante do enunciado

(1) *The ham sandwich in the corner wants some more coffee*

é difícil aceitar esse uso de *sandwich* para se referir a uma pessoa, como um processo que constitui o léxico mental.

I doubt anyone thinks that the mental lexicon lists *ham sandwich* as potentially referring to a person, or *Russell* as referring to a book, or *John* as referring to a car, even though they are understood that way in *The ham sandwich in the corner wants some more coffee*, *Plato* is on the top shelf next to *Russell* and *John* got a dent in his left fender. (2002, p. 340)¹⁷

Dessa forma, esse autor define que teorias do léxico devem fazer essas distinções entre tipos de polissemia, posição contrária à da gramática cognitiva, cuja tendência é

¹⁷ Duvido que alguém pense que o léxico mental liste *sanduíche de presunto* como referindo-se potencialmente a uma pessoa, ou *Russel* referindo-se a um livro, ou *John* referindo-se a um carro, muito embora eles sejam compreendidos desta forma em *O sanduíche de presunto* lá no canto quer mais um pouco de café; *Platão* está na estante de cima; ao lado de *Russel*; e *John* teve um amassado no pára-lama esquerdo.

assumir essa análise como desnecessária, por estabelecer a polissemia como um processo geral de extensão de um protótipo.

Embora reafirme o fato de esses processos de extensão de sentido, assim como os processos metonímicos, não terem sentidos listados no léxico, Jackendoff busca uma explicação para a produtividade de enunciados como (1), solução encontrada em uma estrutura cuja formalização será exposta na próxima seção deste capítulo. Antes, porém, tratemos de verificar como ele define as duas estruturas às quais atribui a responsabilidade por uma divisão mais ampla na estrutura do significado: Estrutura Conceitual (Cs) e Estrutura Espacial (Sps).

Para esse autor, o trabalho de compreensão do mundo conceitualizado é dividido entre essas duas estruturas, o que não exclui a existência de outros níveis.

A **Estrutura Conceitual (Cs)** corresponde a uma organização hierárquica, construída de traços e funções discretos, que permite codificar aspectos da compreensão, tais como membros de categoria (taxonomia), relação argumento/predicado e quantificação.

Já a **Estrutura Espacial (Sps)** é definida como uma organização que possibilita o entendimento espacial do mundo físico, como forma, configuração, deslocamento e esquematização dos objetos no espaço. Trata-se de um sistema da cognição central, com nível abstrato e hipotético, mas não estritamente visual.

Segundo hipótese elaborada por Jackendoff, os aspectos gramaticais da linguagem fazem referência somente a CS, não a Sps. Assim, nem todos os itens lexicais têm um componente Sps. Como exemplo desse fato, há palavras como *if* e *not*, expressões de conceito lógico, e *fairness* e *value*, expressões de conceitos abstratos. Ao contrário, aplicando tais conceitos a outros itens lexicais, afirma-se que um nome como *cat* terá uma Cs

que o identifica como um animal e um membro da família felina, o que o especifica tipicamente como um *pet* (animal de estimação). Além disso, também terá uma Sps, que decodifica, por exemplo, características como a cor, a configuração e a capacidade de se movimentar do animal.

Assim, se, por um lado, há inferências que se relacionam exclusivamente a uma única estrutura, por outro, há uma sobreposição entre os dois níveis, casos como objeto físico, que tem reflexo em ambas as estruturas.

Conceituar itens lexicais com base em tais estruturas - Cs e Sps - permite-nos dizer que talvez haja um certo nível de aproximação entre esse procedimento e a análise lexical embasada na estrutura de Qualia (vista em 2.1.2). O quale formal, que especifica o objeto em relação aos demais, pode ser associado à estrutura taxonômica, responsável por identificar a que categoria o objeto pertence, uma das funções contidas na Estrutura Conceitual. Os elementos identificados na Estrutura Espacial, relacionados aos aspectos sensoriais e composicionais, equivalem, de uma certa forma, ao quale constitutivo, que designa o material de que é feito o objeto e as partes que o compõem. Quando se trata de uma entidade classificada no quale formal de objeto físico, são perceptíveis os elementos do quale constitutivo, bem como a associação desse objeto a uma estrutura Sps.

É na Estrutura Conceitual que se define a relação entre os níveis sintáticos e semânticos de uma frase, que podem ser articulados de maneira direta, por meio de uma simples composição, ou através de uma composição mais complexa, quando parte da estrutura semântica não está diretamente representada no nível sintático. Como parte final desta seção, apresenta-se o que Jackendoff definiu como **enriched composition**, visto que se trata de um mecanismo que parece dar conta de explicar algumas construções possíveis na língua, entre

elas, os casos de metonímia não convencionalizados, fato responsável pela leitura de parte de sua obra e pelo destaque dado a ela neste capítulo.

2.2.4 Composição Enriquecida

De acordo com o que afirma Jackendoff (2002), há na língua alguns enunciados nos quais parte do conteúdo semântico não corresponde a alguma parte expressa nas estruturas fonológica e sintática. Logo, a compreensão desses enunciados depende da interpretação de tal conteúdo não explícito, o que é possível de se explicar pelo processo de composição enriquecida. Dentre os exemplos apresentados pelo autor em sua argumentação a favor desse fato, tem-se o enunciado (1), o qual retomaremos neste momento.

(1) *The ham sandwich over in the corner wants more coffee.*

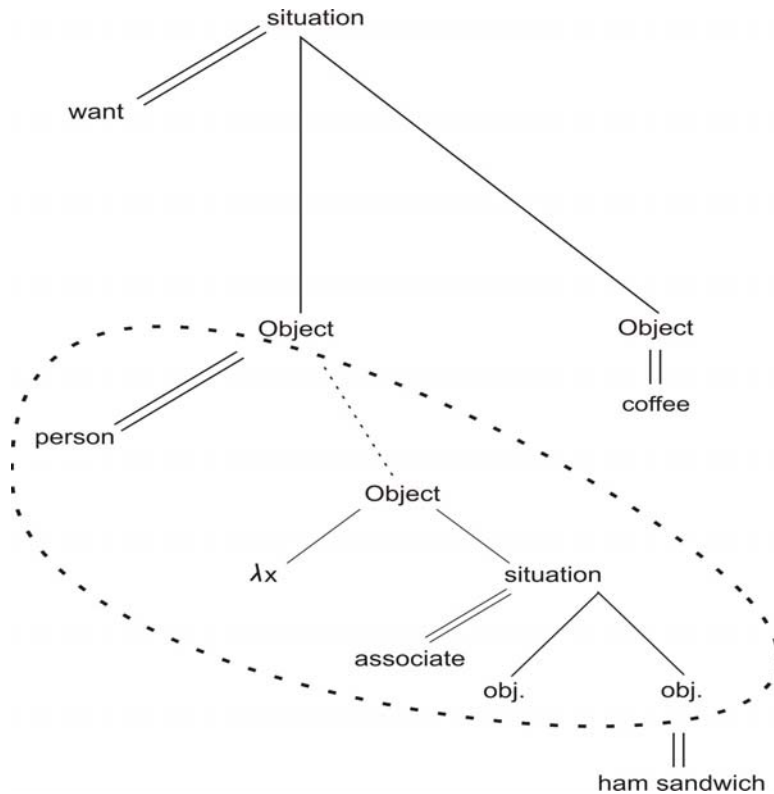
Para a leitura e interpretação de (1), o autor nos propõe a seguinte reflexão: Tal mecanismo, como já fora citado, representa situações nas quais partes do conteúdo semântico da frase não têm estrutura fonológica e sintática, logo, para uma compreensão adequada, é necessária a interação entre gramática, estrutura conceitual e contexto.

Se construíssemos o significado do enunciado, analisando-o como um processo de transferência do referente, como ocorre na metonímia em geral, acarretaria que o *sandwich* tem um desejo, o que fere a boa formação conceitual da língua. Portanto, o interlocutor atinge a compreensão esperada, por meio de uma reestruturação do enunciado, fazendo uso de palavras não presentes nas estruturas fonológica e sintática, o que Jackendoff afirma ser uma paráfrase, cujo resultado é visto em:

(2) *The person over in the corner (contextually associated with a ham sandwich) wants a more coffee.*

O autor nos coloca três possibilidades para explicar esse procedimento de transformação de (1) em (2):

- 1) *Ham sandwich* é um termo lexicalmente polissêmico, tendo um significado extra como ‘pessoa contextualmente associada a um sandwich de presunto’ talvez derivado de uma regra lexical. Descarta essa hipótese, dada a impossibilidade de se armazenar esse significado extra na memória de longo prazo, requisito crucial para o aprendizado lexical nesta concepção conceitualista do significado.
- 2) O enunciado não faz parte da competência gramatical do falante, tratando-se de um fenômeno explicado somente na pragmática. Também descarta esta hipótese, a partir de outros exemplos em que a transferência do referente tem relação com regras sobre ordem gramatical.
- 3) As partes omissas nas estruturas fonológica e sintática podem ser tratadas como partes semânticas regulares, aliás, tão regulares que, segundo o autor, se comparadas à morfologia, corresponderiam a afixos regulares. Assim, a parte responsável pelo processo de transferência do referente seria um pedaço da linguagem que pode ser usado livremente para construir novas sentenças. Em função de não haver reflexos sintáticos ou fonológicos, trata-se de um pedaço do significado que, de forma convencional, não tem expressão aberta no enunciado, representado formalmente pelo esquema (p. 390):



O ponto central dessa hipótese adotada por Jackendoff está no fato de que o falante pode abreviar a sua declaração, levando seu interlocutor a reconstruir a unidade não expressa, como afirma em

I suggest we can think of it as a conventionalized element of meaning that speakers can use to abbreviate their utterances, trusting that hearers can construct this element when it is absent from the signal. (391-392)¹⁸

De forma ambivalente, essa reconstrução tanto é de natureza pragmática, pois o sentido está na parte contextualizada da interpretação, mas não é parte da sentença, quanto é semântica, visto que o sentido também é convencionalizado e integrado com a estrutura conceitual.

¹⁸ Sugiro que possamos pensar nisto como um elemento convencionalizado do significado que os falantes podem utilizar para abreviar seus enunciados, confiando que os interlocutores possam construir este elemento quando ele estiver ausente do sinal.

2.3 Uma breve comparação entre as teorias

Como conclusão a este capítulo, pode-se afirmar que os trabalhos de Pustejovsky e Jackendoff, mesmo pautados em linhas semânticas diferentes, uma vez que este vê a linguagem como representação conceitual do mundo, e aquele a concebe apenas no aspecto formal, possuem alguns pontos convergentes: a) ambos adotam uma abordagem lexicalista, assumindo como aspectos da língua a polimorfia e a composicionalidade; b) ambos pressupõem em suas análises que nem toda estrutura semântica deve aparecer no nível da sintaxe; c) em função de (a) e (b), ambos propõem o enriquecimento das representações lexicais a partir de regras composicionais mais abrangentes. Segundo Moura (2003), enriquecimento das representações lexicais e proposição de regras composicionais mais abrangentes são os dois procedimentos dos quais o LG faz uso para construir um sistema de representação que dê conta de explicar aquilo que é aparentemente casual no funcionamento do léxico.

Como um argumento favorável a essa proposta de aproximação, pode-se comparar o mecanismo de coerção de tipo, visto na TLG, com o processo de composição enriquecida.

Para isso, retoma-se aqui o conceito de composição enriquecida, adotado por Jackendoff. O enunciado (1), apresentado em 2.2.3, deve ser visto apenas como um dos exemplos dados por Jackendoff quando mostra as construções lingüísticas possíveis de serem explicadas por esse processo. Outro exemplo dado é a *coerção de aspecto* (p. 390), como será exposto, utilizando os mesmos enunciados selecionados pelo autor:

(1) Sam slept until the bell rang. (Sam dormiu até o sino tocar)

(2) Sam jumped until the bell rang. (Sam pulou até o sino tocar)

A questão que leva à discussão dos enunciados, segundo esse autor, é que *until* expressa o limite temporal de um processo contínuo, o que se aplica a (1), considerando que dormir é um processo contínuo. De forma oposta, um verbo como *morrer*, que denota uma ação temporariamente limitada, não pode ser associado a *until*. Logo, tem-se uma exceção em (2), pois o verbo *pular*, que também denota uma ação temporariamente limitada, está associado a *until* e isso não prejudica a aceitabilidade do enunciado.

O que facilmente pode ser percebido é que, diferentemente de *morrer*, *pular* denota uma ação que pode ser repetida, logo esse ato repetido de pular, isto é, esse conjunto de pulos, passa a ser visto como um processo contínuo, o que garante a (2) as mesmas condições de formação de (1).

Dando seqüência à argumentação de Jackendoff, a próxima questão seria verificar por meio de que processo uma ação simples se transforma em uma ação repetida. Ele chega até a levantar a hipótese de que alguém poderia propor o verbo pular como polissêmico, cujos significados seriam: ‘jump once’ e ‘jump repeatedly’. No entanto, descarta essa proposta, alegando que não há possibilidade de se listar no léxico todos os verbos que contenham os sentidos de ‘ação singular’ e ‘ação repetida’, visto que isso parece ser um processo regular.

Em oposição à idéia anterior, o autor define que o sentido da repetição se dá nos enunciados do tipo (2) pelo processo de coerção. Trata-se de um processo de construção em nível conceitual, sem evidência fonológica ou sintática. O papel dessa repetição no significado da sentença equivale ao desempenhado por advérbios como *repetidamente*, apenas com a diferença de não haver forma fonológica e sintática.

Assim, Jackendoff assume que a explicação dada a esse processo específico de *coerção de aspecto* insere-se em um mecanismo mais amplo, a composição enriquecida, visto que a omissão de um advérbio responsável pelo sentido da repetição indica que, nesse caso, também há um elemento do significado convencionlizado que pode ser abreviado pelo falante.

Esse enquadramento da *coerção de aspecto* no processo de *composição enriquecida*, em que se determina ser o primeiro um processo mais específico e o segundo mais abrangente, parece permitir a existência também de uma possível relação entre a *composição enriquecida* e os *mecanismos gerativos* dados em Pustejovsky (1995).

Retomando o mecanismo de *coerção de tipo*, visto em 2.1.6, sabe-se que se trata de uma operação semântica que converte o tipo dos argumentos, o que ocorre sobretudo com verbos aspectuais, como *começar*.

Assim, os enunciados

(1) começou a ler o livro e

(2) começou o livro

apresentam diferentes contextos sintáticos para o verbo *começar* – verbo infinitivo e sintagma nominal. No entanto, em vez de se estabelecer o padrão de uma entrada lexical distinta a cada diferente complemento do verbo, a TLG propõe uma entrada única que registra o tipo canônico do predicado, que, no caso deste verbo, é um evento. Se o complemento não corresponder a um evento, como é o caso de do enunciado (2), a coerção é aplicada, forçando uma mudança de tipo do complemento. Logo, o enunciado (2) pode ser interpretado como (1) – registrando que essa não é a única interpretação possível para (2) –, pois a força coerciva no SN *o livro* resulta no evento que não está explícito no nível sintático.

Nesse sentido, parece haver nesse mecanismo características básicas do processo de composição enriquecida dado em Jackendoff: a) se na coerção de aspecto se propôs um único sentido para os verbos que indicam ação repetida, na coerção de tipo também se atribui apenas um sentido ao verbo *começar* e o seu complemento sintático é padronizado como evento b) em ambos os processos, parte do conteúdo semântico não emerge na estrutura fonológica e sintática, parte esta que pode ser inferida pelos falantes. O que há de específico na coerção de tipo é que o SN (tipo 2) aciona um evento (tipo 1) em função da estrutura de Qualia do nome. Logo, em *ler o livro*, o evento é licenciado pelo quale télico do nome livro, diferentemente do que ocorreria com *escrever o livro*, em que o evento seria licenciado pelo quale agentivo desse mesmo nome.

Tanto a coerção de evento quanto a coerção de tipo mostram-se como exemplos de processos necessários à explicação para a boa formação semântica dos enunciados. Não fosse isso, associar uma ação não contínua com *until* ou associar o verbo *começar* a um não-evento seria considerado um desvio de regras semânticas.

O fato é que, ao explicar a composição enriquecida, Jackendoff aposta que tal processo ocorra na estrutura conceitual (Cs). Pustejovsky propõe a coerção como um mecanismo que só se explica por uma associação às informações já contidas no léxico, especificamente na estrutura de Qualia, o que não impede que esse mecanismo seja visto como um tipo de composição enriquecida e também ocorra na estrutura conceitual.

Apostando nessa abordagem de aproximação, na análise apresentada no capítulo que se segue, proponho que os enunciados sejam compreendidos a partir do mecanismo de coerção de tipo sem que se exclua a possibilidade de serem esquematizados no processo de composição enriquecida.

3 RELAÇÕES DE POSSE NA METONÍMIA

Considerações Iniciais

Considerando o enunciado *eu estou estacionado*, que exemplifica o objeto de análise deste capítulo, retomemos a explicação vista em Nunberg (1996). Diante da interpretação dada a esse enunciado pelos seus interlocutores, que deduzem ser o carro o objeto que está estacionado e não o indivíduo, poderíamos classificá-lo como um exemplo típico de metonímia. No entanto, ao contrário dessa hipótese, Nunberg se refere a tal extensão do significado como **transferência de sentido**.

Como já visto, ele argumenta contra uma análise metonímica, em que o sujeito do enunciado *eu* seria interpretado como *meu carro*. Não se trata de uma mudança de referente, ou seja, não é o caso de se fazer menção ao pronome *eu* com a intenção de se referir a *carro*. Ao contrário, a posição defendida pelo autor é a de haver condições pragmaticamente licenciadas, que permitem ao predicado estender seu sentido. Assim, esse processo de transferência unidirecional permite que uma propriedade aplicada a um nome seja direcionada a outro nome, desde que haja uma relação entre ambos, o que pode ser esquematizado do seguinte modo:

(1) *Estou estacionado*

P → x

P' → y

Onde x = carro e y = pessoa.

Segundo o autor, a condição para essa transferência é a relação de posse existente entre x e y, relação esta que deve ser relevante, caso contrário, tal processo não ocorreria. No entanto, conforme já exposto, ele considera essa relação um possível objeto de estudo da pragmática.

Desse modo, há três questões a serem pontuadas da leitura de Nunberg, as quais enumero como objeto de discussão, a fim de se esclarecer qual é o ponto de partida da análise aqui proposta: 1) a distinção entre os processos de metonímia e transferência de predicado (ou de sentido); 2) a observação da relevância da relação de posse, caracterizando-a como condição necessária ao processo de transferência; 3) a indicação de se tratar o processo de transferência em uma abordagem pragmática, dada a questão da relevância vista na relação de posse.

Em relação ao primeiro item, deve ser reiterado o fato de que, para Nunberg, conforme já exposto, o predicado *estacionar* de (1), inicialmente atribuído a um veículo, passa a ser atribuído a um indivíduo. Isso nos leva a pensar em *estacionar* como um caso de polissemia, em que se pode prever *estacionar* 1 = P e *estacionar* 2 = P'. Essa é a razão pela qual o autor atribui a esse processo a denominação de transferência de predicado, diferenciando-o da metonímia. No entanto, para a análise que proponho neste capítulo, cujo enfoque é a explicação dos dados pautada na TLG, essa diferença é irrelevante, pois parto do princípio de que o processo de elaboração do enunciado (1) deve ser tratado como um mecanismo de coerção de tipo (Pustejovsky, 1995). Assim, por não ser necessário considerar a diferença apontada por Nunberg entre metonímia e transferência, adoto as expressões *extensão de sentido* ou *metonímia não-convencionalizada* (denominação adotada, de modo geral, na literatura pesquisada sobre metonímia) quando me refiro a enunciados como (1), o que já vem ocorrendo desde a introdução deste trabalho.

Quanto ao segundo item, não há como discordar da relevância da relação de posse nos processos de produção e interpretação de enunciados como (1), e este será o foco da análise aqui proposta.

Já em relação ao terceiro e último, contra-argumento que é possível prever que a explicação para a ocorrência deste tipo de enunciados seja sistematizada. Isso não implica que se exclua o papel da pragmática no processo de produção e interpretação do enunciado, uma vez que sua ocorrência se realiza em contexto específico, mas a proposta que segue, além de expor a sistematicidade dos exemplos, visa à investigação da natureza da relação de posse existente no processo.

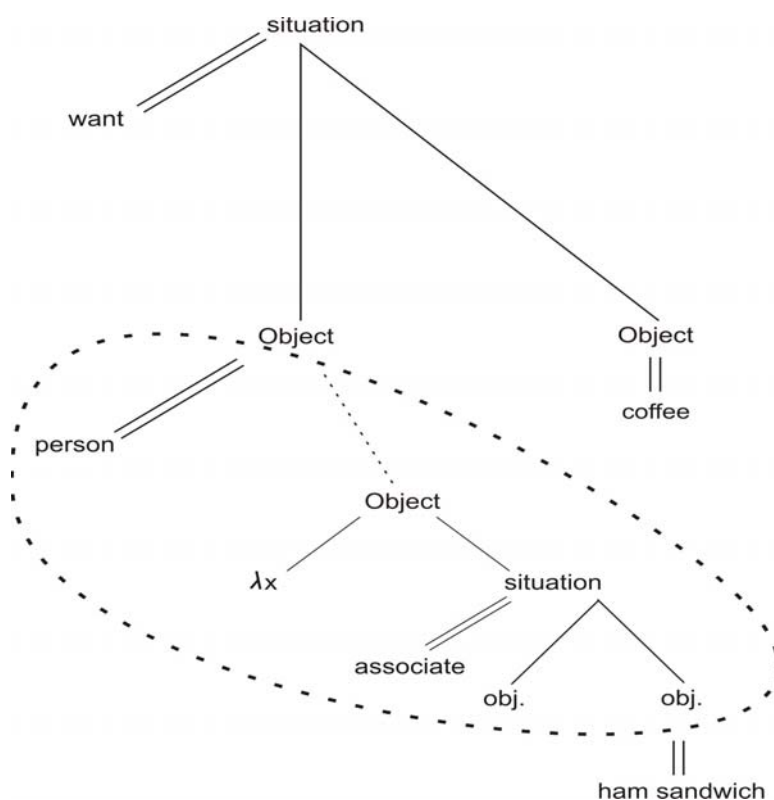
A questão que se coloca como objetivo deste capítulo, portanto, é verificar se há sistematicidade na ocorrência de enunciados desse tipo e os critérios que possam explicá-la. Assim, as duas seções que o compõem tratarão de a) explicar esse processo de metonímia não convencionalizada a partir de um tratamento formal pautado na estrutura conceitual e na estrutura de Qualia da TLG, vistos respectivamente em Jackendoff (2002) e Pustejovsky (1995); b) diferenciar os tipos de relações de posse existentes nos exemplos encontrados e explicá-las também na perspectiva da TLG.

Não se trata de uma análise quantitativa, em função da não realização de um levantamento exaustivo de dados. O corpus de análise neste capítulo constituiu-se de 40 exemplos, dentre eles, 29 vindos da observação de enunciados produzidos pelos falantes no uso da modalidade coloquial da língua, 02 exemplos encontrados em textos jornalísticos e 09 selecionados de uma busca realizada em corpus eletrônico.

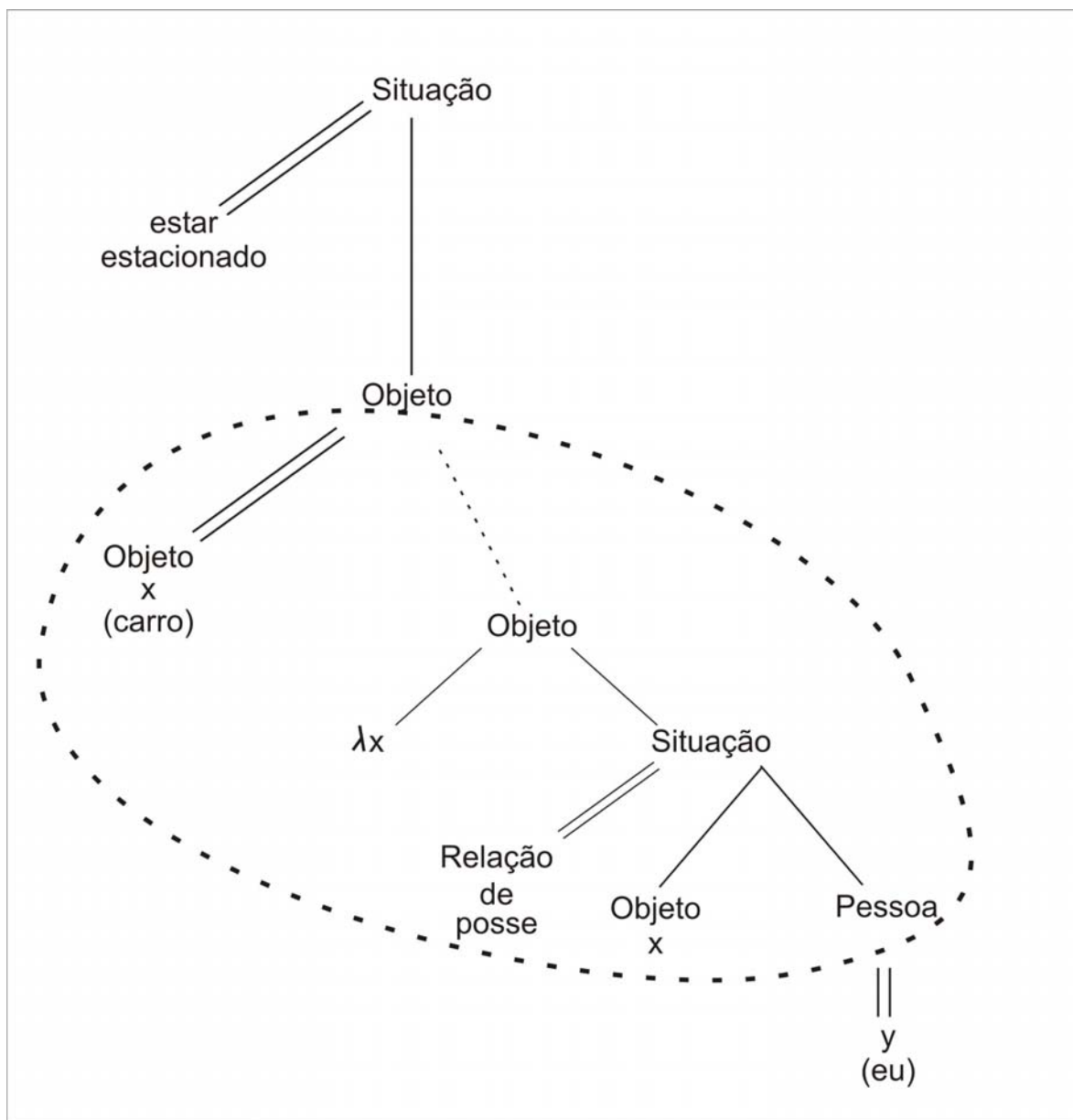
3.1 Tratamento formal da metonímia

Retomando o processo de **composição enriquecida**, visto em Jackendoff (2002), pode-se dizer que em enunciados do tipo *eu estou estacionado* a relação de posse, relevante na relação entre carro e proprietário, é reconstruída dentro daquilo que ele diz ser a parte do conteúdo semântico sem expressão nas estruturas sintática e fonológica. Assim, pode-se pensar numa estrutura de representação formal desse enunciado, equivalente à proposta apresentada pelo autor ao enunciado *the ham sandwich over in the corner wants more coffee*, como comparado a seguir.

The ham sandwich over in the corner wants more coffee.



Eu estou estacionado.



Na representação desses dois enunciados, os predicados e os argumentos são esquematizados pelo traço duplo. Tanto o predicado quanto os argumentos expressos no nível da sintaxe ficam fora da linha pontilhada. No caso de *eu estou estacionado*, o argumento explícito é o pronome *eu*, mas recupera-se a relação implícita entre *indivíduo* e *carro* na parte delimitada pela linha pontilhada. Dentro desse limite está exatamente o que Jackendoff

considera ser uma parte do significado sem expressão na superfície do enunciado: “it is just a conventionalized piece of meaning that has no overt expression”¹⁹ (p. 389).

Em *eu estou estacionado*, essa parte não expressa reconstrói a idéia “o carro cujo dono sou eu”, o que é abreviado na declaração do falante por “eu”, dado o contexto já mencionado.

No exemplo usado por Jackendoff, o operador λ significa *pessoa associada com*. Já na segunda representação, baseando-me na idéia do autor, proponho que o operador signifique *objeto que é propriedade de*. Enquanto no primeiro caso, a pessoa é associada a um objeto, visto tratar-se de uma situação em que o nome do prato é relevante para fazer referência ao cliente, no segundo, a associação é inversa, visto ser relevante, nesse caso, a indicação do proprietário do objeto.

Logo, na representação formal, vê-se que a relação de posse pode ser a responsável pela atribuição de sentido ao enunciado, sentido este que se encontra na parte contextualizada, mas também integrado à estrutura conceitual. Portanto, diria que o valor dessa proposta está na possibilidade de se situar formalmente a relação de posse envolvida no processo.

Se considerássemos a distinção dada em Nunberg para os processos de transferência de predicado e metonímia, diria que o enunciado *the ham sandwich over in the corner wants more coffee* exemplifica um processo de transferência do referente, o que equivaleria à metonímia, considerando-a como um processo no qual se aponta a um referente para indicar outro. Já no enunciado *eu estou estacionado*, como muito já citado neste trabalho, sob o olhar de Nunberg, não se pode dizer que houve uma mudança de referente, pois a idéia não é o uso de *eu* para fazer referência a *carro*, mas, pelo contrário, atribuir a *eu* propriedades

¹⁹ é apenas um item convencionalizado de significado que não possui nenhuma expressão explícita.

que seriam atribuídas a *carro*. Essa diferença entre transferência de referente e transferência de predicado parece ainda não ficar estabelecida com esse esquema de representação formal proposto em Jackendoff (2002), mas, como se trata de uma distinção que não será considerada na análise aqui proposta, esse fato, que poderia ser visto como uma ineficácia do esquema, é irrelevante e não o inviabiliza.

A possibilidade de representar *eu estou estacionado* conforme o esquema demonstrado ratifica a abrangência de um mecanismo como o de composição enriquecida, que dá conta de explicar a estrutura subjacente no sentido do enunciado, cuja interpretação costuma ficar restrita ao campo da Pragmática.

Desse modo, retomo três pontos favoráveis à composição enriquecida, considerando-a um mecanismo eficiente para explicitar a organização de *eu estou estacionado*: estabelece que o significado contido na estrutura conceitual não precisa estar necessariamente explícito na sentença, mostra a reconstrução que o ouvinte deve fazer da declaração do falante e possibilita situar nesse processo de reconstrução o operador que estabelece a relação de posse.

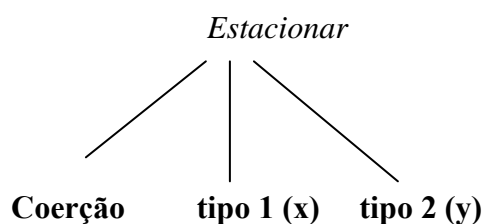
Entretanto, o que fica ainda a ser investigado é exatamente quais são as características específicas dessa relação de posse marcada na estrutura conceitual. Proponho, então, neste trabalho, uma análise que não exclua a proposta baseada em Jackendoff, de representar os processos de extensão de sentido como composição enriquecida, mas uma análise que, em complemento a essa idéia, busque um tratamento formal da relação de posse, no domínio lexical.

Assim, apostando na sistematicidade de ocorrência de enunciados como *eu estou estacionado* e pressupondo que a relação de propriedade é a relação que licencia seu uso, pretendo realizar uma análise que dê conta, ao menos parcialmente, de explicar como parte

dessa relação pode ser atribuída à estrutura léxico-conceptual, com base na TLG, especificamente, na Estrutura de Qualia.

Pensar em uma explicação embasada na TLG para o enunciado *eu estou estacionado* implica a retomada do mecanismo de **coerção de tipo**. Como apresentado no capítulo anterior, trata-se de um mecanismo gerativo, responsável pela transformação do tipo dos argumentos. Esse mecanismo permite a mudança no complemento de um tipo 2 – não desejado pelo predicado, mas explícito nas estruturas sintática e fonológica – para o tipo 1 – desejado como complemento, mas sem expressão sintática/fonológica.

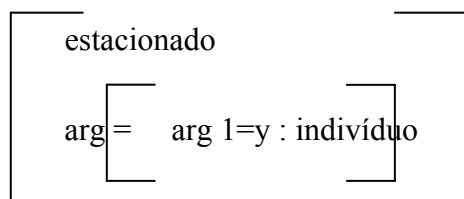
De fato, o predicado *estacionar* restringe seu argumento a um SN como *veículo*, fato que impossibilitaria a produção e a interpretação do enunciado *eu estou estacionado*. No entanto, a ocorrência desse enunciado é licenciada pelo mecanismo de coerção, que transforma o tipo não desejado (tipo 2 – indivíduo) no desejado (tipo 1 – veículo) representados, respectivamente, por *y* e *x* no esquema a seguir:



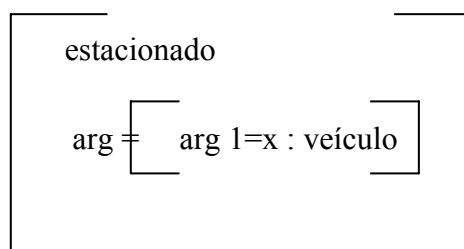
onde *x* equivale a *veículo*, forma canônica do argumento selecionado pelo predicado, e *y* a *indivíduo*, argumento aceito pelo mecanismo de coerção.

Assim, temos a elaboração de uma proposta de representação formal para *estou estacionado*, a partir da Estrutura Argumental, que se inicia com a passagem de I para II:

I



II



No capítulo anterior, vimos *começar o livro* como exemplo de um enunciado cuja interpretação se faz também pelo mecanismo de coerção de tipo. Nesse caso, o predicado seleciona como argumento um evento, portanto ocorre, via coerção, a mudança de tipo 2 (objeto) para tipo 1 (evento). Retomo essa análise para ressaltar que o que licencia essa coerção é o próprio conteúdo semântico do objeto, pois evento faz parte da estrutura de Qualia de *livro*.

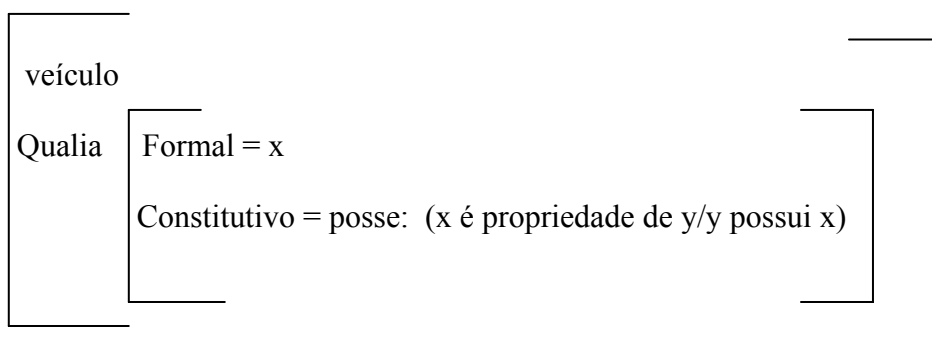
Em *eu estou estacionado*, tal mecanismo também não ocorre aleatoriamente, pois deve haver uma relação entre os tipos, expressos por y e x, que licencia a coerção. No entanto, ao contrário da ligação entre *livro* e *evento*, a relação entre *indivíduo* e *carro* não é prevista no léxico. Pretendo dizer com isso que enquanto é possível acionar um evento na própria estrutura semântica de *livro*, *eu* não contém, em si mesmo, a informação relevante

para o mecanismo de coerção. Isso acarreta a necessidade de um operador que licencie a mudança de tipo 2 (indivíduo) para tipo 1 (veículo), que é a relação de posse.

Dando seqüência a essa idéia e, assumindo a hipótese de que a conversão do tipo 2 em tipo 1 ocorre via coerção, com o uso do operador *posse*, faz-se necessário explicar como essa relação pode ser estruturada na TLG.

Se a coerção ocorre entre *y* e *x*, e se isso se dá em função da relação de posse existente entre eles, deve haver algo na estrutura de *x* – neste caso, veículo – que permite essa relação. Logo, diferentemente do que ocorre no mecanismo de coerção, a informação semântica que licencia a mudança de tipo não está no tipo 2, mas no tipo 1, por isso proponho que o operador *posse* seja representado na estrutura de Qualia do objeto (tipo 1). Desse modo, a mudança visualizada de I para II se justifica e se completa com a representação da relação de posse na estrutura de Qualia do SN veículo, como em III:

III



A formalização proposta em III significa que o processo de coerção, exposto no percurso de I para II, só é possível pelo acréscimo da relação de posse na estrutura de Qualia, relação esta que se enquadra no quale constitutivo.

Retomando a definição de quale constitutivo em Pustejovsky (1995), vê-se que se trata do quale que explica a relação existente no léxico entre o objeto e seus constituintes, expressa por elementos como o material do qual o objeto é feito ou as partes que compõem o todo. Desse modo, é evidente que todas as partes das quais um veículo é constituído fazem parte de seu quale constitutivo, que, nesta proposta, passa a abranger também o operador posse. Não é o caso aqui de atribuímos à relação x,y (veículo / indivíduo) a mesma explicação dada pelo autor à relação x, y (mão/corpo) em 2.1.2. Dizer que veículo (x) é propriedade do indivíduo (y) não equivale a dizer que x seja parte de y nas mesmas condições em que mão é parte do corpo.

Claramente, mão faz parte do corpo e ambos são elementos da mesma natureza, o que significa que se trata de uma relação de posse inalienável. Isso não ocorre na relação entre um objeto e seu proprietário, visto se tratar de seres de diferente natureza – objeto (não humano) e indivíduo (humano). Pelo mesmo motivo, também não se pode dizer que essa relação expressa como *x é propriedade de y e y possui x* se classifique como meronímia clássica, haja vista que os elementos da meronímia também devem ser do mesmo tipo semântico.

Com a intenção de se buscar um argumento favorável à proposta de formalização expressa em III, retomo uma concepção mais ampla para o quale constitutivo, vista em Moravcski (1998), segundo a qual o fator constitutivo exprime a relação entre a palavra dada e o domínio dentro do qual o limite de denotação deve ser situado. Assim, o predicado *estar estacionado*, que inicialmente seleciona como argumento *veículo* (x), passa a aceitar, via coerção de tipo, o argumento *indivíduo* (y), com o uso do operador de posse, considerando que essa relação está no domínio léxico-conceptual do predicado.

Cabe ressaltar que, até o momento, a referência feita à relação de posse é de uma relação simplificada entre proprietário e propriedade, no caso, veículo/indivíduo, exemplificada pelas relações entre os objetos e as pessoas, indiferente se o indivíduo é de fato proprietário do objeto ou se este está provisoriamente em seu poder, como um empréstimo.

Outros exemplos, cujo processo de construção se assemelha ao enunciado (1), são licenciados também por um relação de posse, no entanto, não parece ser o mesmo tipo de posse acima tratado. Isso justifica a necessidade de serem categorizados os tipos de relações de posse encontrados em tais processos, a partir dos dados lingüísticos que se seguem, agrupados em seis categorias.

3.2. Relações de posse

GRUPO A

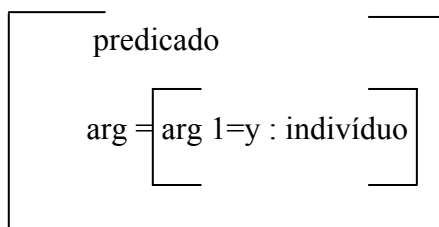
Tipo 2 (Y)	Tipo 1 (X)
01. estou estacionado	carro
02. estou amassado	roupa
03. estou amarrotado	roupa
04. estou engomadinho	roupa
05. estou em reforma	casa
06. estou no alicerce	casa
07. estou sem eletricidade	casa
08. estou sem água	casa

A mesma explicação atribuída às propostas de formalização I, II e III parece ser adequada aos enunciados classificados como Grupo A, pois se inclui neste grupo o já citado exemplo *eu estou estacionado*.

Trata-se do mecanismo de coerção, em que há a mudança do tipo 2 (indivíduo) para tipo 1 (objeto), em função da relação de posse: X (objeto) é propriedade de Y (indivíduo, sujeito do enunciado).

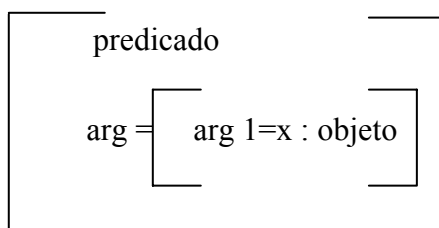
Retomando a proposta, temos em I a representação na estrutura argumental do tipo 2 – argumento explícito no enunciado, porém não selecionado pelo predicado:

I



Em seguida, como resultado do mecanismo de coerção, responsável pela mudança do tipo 2 em tipo 1, temos a representação II, já com o argumento selecionado pelo predicado na estrutura argumental.

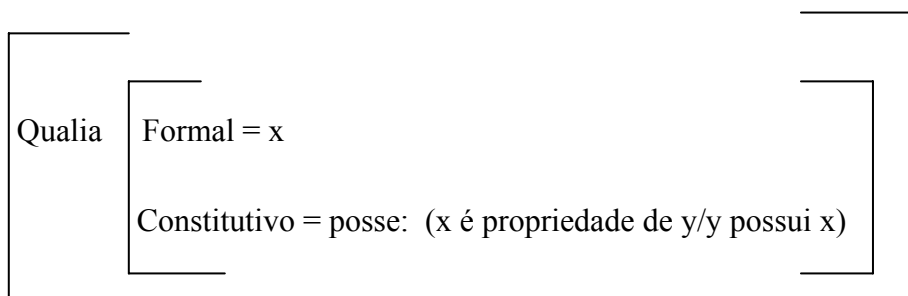
II



Como não há uma relação lexical direta entre indivíduo e objeto, a coerção entre esses tipos é justificada pela relação de posse entre eles, formalizada na estrutura de Qualia do próprio objeto. Temos então a posse como um operador que licencia a coerção e possibilita atribuir a explicação dos enunciados a uma estrutura lexical, como representado em III:

III

objeto



Onde:

x = objeto (carro / roupa / casa)

y = indivíduo

A formalização III, se tomada em seu sentido mais amplo, leva-nos a crer que, neste tipo de construção lingüística, o mecanismo de coerção de tipo ocorre em qualquer situação em que haja relação de posse entre x e y. No entanto, ao analisar os dados, podemos perceber que não se trata de um processo sem restrições. Há características específicas na relação de posse, responsáveis pela delimitação da coerção, o que requer que seja feita uma subcategorização, apresentada nos demais grupos.

GRUPO B

Tipo 2 (y)	Tipo 1 (X)
09. estou sem grafite	lapseira
10. estou sem crédito	celular
11. fui acrescido com duas disciplinas	grade curricular
12. estou com pneus novos	carro
13. O monitor dele queimou	computador

Nestes exemplos, também há uma relação de posse entre X e Y, representada em III, o que permite a coerção, como já formalizado em I e II. No entanto, há uma diferença em relação aos enunciados do grupo anterior, pois o próprio predicado contém um elemento que é constitutivo do objeto (x).

No enunciado (09), o predicado *estar sem grafite* contém um elemento z (grafite), que é parte de x (lapseira), o que também é representado na estrutura de Qualia pelo quale constitutivo:

IV

lapseira
Formal = x
Constitutivo = x contém z / z é parte de x

Onde:

x = lapseira

z = grafite

Logo, o sentido do enunciado *estou sem grafite* corresponderia ao sentido de *estou sem lapseira*, pois a falta do grafite impossibilita o uso da lapseira.

Trata-se então de duas possibilidades de interpretação:

a) O mecanismo de coerção licencia o uso de *estou sem grafite* no sentido de *a lapseira está sem grafite* dada a relação de posse expressa no quale constitutivo de III.

b) *estou sem grafite* significa *estou sem lapseira*, dada a relação meronímica entre grafite e lapseira, também explicada pelo quale constitutivo em IV.

Ratifico as mesmas observações feitas em (a) e (b) para o enunciado 12, que é um exemplo dado em Lakoff & Johnson (2002:92) para classificar a metonímia *parte pelo todo*. Não discordo dessa classificação, apenas chamo a atenção para as duas leituras possíveis do mesmo enunciado, ou seja, as duas interpretações:

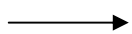
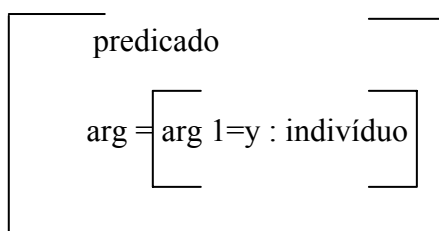
(12 a) *Estou com pneus novos* (estou de carro novo – parte pelo todo – metonímia clássica)

(12 b) *Estou com pneus novos* (meu carro está com pneus novos – coerção de tipo: converte-se o Arg 1= T2 = indivíduo para Arg 1 = T1 = carro)

A especificidade do grupo B em relação ao anterior, está na associação das duas relações: a relação entre x e y (y possui x) e a relação entre z e x (z é parte de x), o que seguramente faz com que y, ao possuir x, possua também z. Trata-se então da relação de posse entre o indivíduo proprietário e o objeto propriedade e, por consequência, todas as partes constituintes desse objeto.

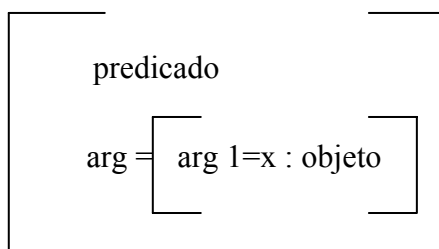
Portanto, associamos I, II, III e IV e temos a representação formal do enunciado dos enunciados 09 a 13:

I



Coerção de tipo

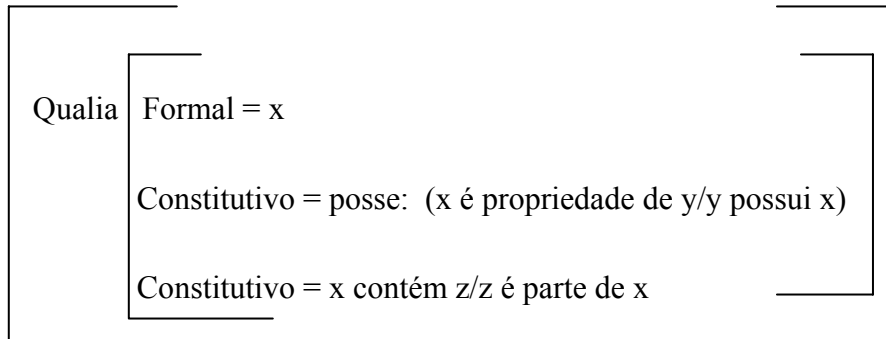
II



Operador de posse

III IV

Objeto



Onde:

y = indivíduo

x = objeto (lapiseira / celular / grade curricular / carro / computador)

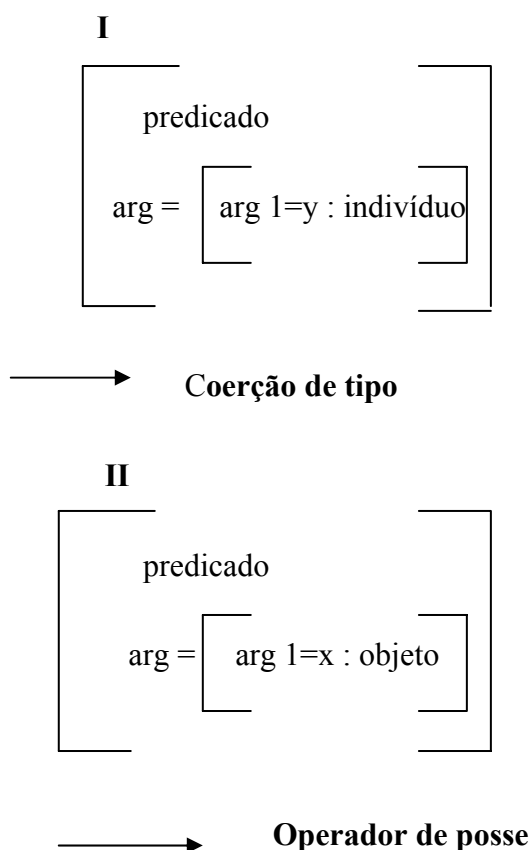
z = parte constituinte do objeto (grafite / crédito / disciplina / pneu / monitor)

GRUPO C

Tipo 2 (y)	Tipo 1 (X)
14. estou no travesseiro	cabeça
15. estou congestionado	via nasal
16. estou com a raiz preta	cabelo

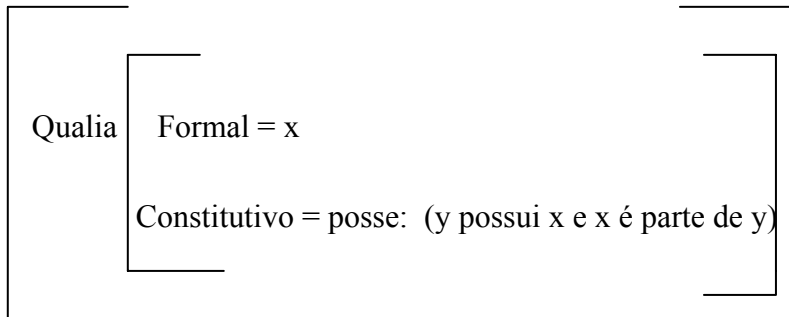
Neste grupo, temos os exemplos mais prototípicos da relação de posse, pois o que permite a coerção é o fato de X ser parte de Y. Desse modo, o que difere a proposta V – formulada a seguir – da proposta III é a natureza da relação de posse explicada pelo quale constitutivo, que, neste caso, corresponde à meronímia clássica: y tem x e x é parte de y. Assim, todas as características do corpo (que representa a parte) podem ser aplicadas à pessoa (que equivale ao todo).

O mecanismo de coerção dos enunciados 14, 15 e 16 passa a ser representado com a associação das propostas I, II e V:



V

Objeto



Onde:

y = indivíduo

x = objeto (cabeça / nariz / cabelo)

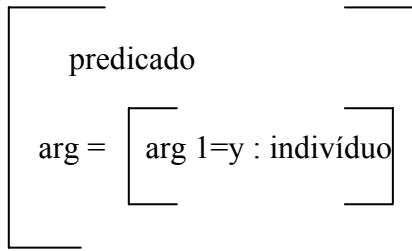
GRUPO D

Tipo 2 (y)	Tipo 1 (X)
17. estou impedido de andar em SP	carro (placa do carro)
18. estou sem gasolina	carro
19. estou em pane	carro
20. estou atolado	carro
21. estou bloqueado	celular

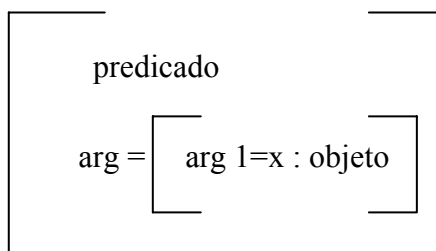
Nos exemplos de 17 a 20 deste grupo, os predicados indicam um estado negativo em relação ao funcionamento do carro. O sentido de perda, presente nas expressões *estar impedido*, *sem gasolina*, *em pane* e *atolado*, se estende ao proprietário, que passa a sofrer o mesmo prejuízo, dado o fato de o veículo (x) ser o objeto de locomoção do indivíduo (y).

A mesma explicação cabe ao exemplo 21, uma vez que o predicado *estar bloqueado*, que, em princípio teria como argumento o SN celular, passa a aceitar como argumento o SN que representa o proprietário, obviamente porque este também fica bloqueado, ou seja, impossibilitado na ação de telefonar, ou falar a distância, que é a finalidade do objeto.

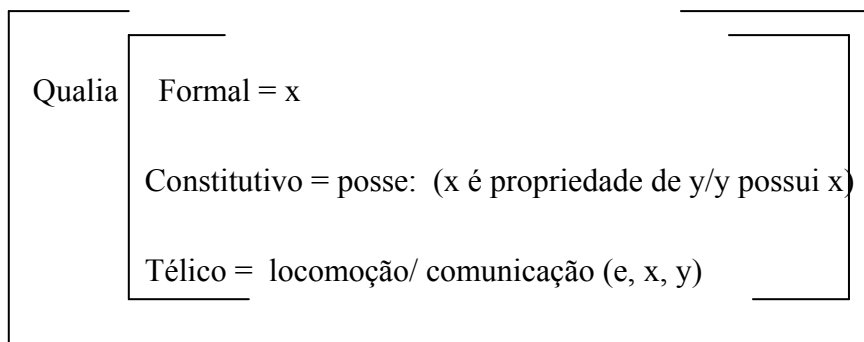
Portanto, especificando mais a proposta de formalização dada em III, faz-se necessária a inclusão do quale télico, cuja função é indicar a finalidade a que se destina o objeto semântico, na estrutura de Qualia. Assim como Pustejovsky diferenciou a representação formal do papel télico de *beer* e *knife* (capítulo anterior), deveria propor que *carro* fosse representado no quale télico como objeto complementar do predicado *dirigir*, enquanto *celular* como objeto facilitador na realização do evento *telefonar*. No entanto, parece-me que nos enunciados de 17 a 20, o sentido atribuído a *carro* é objeto de locomoção, logo, apresento em VI uma única proposta de representação semântica dos objetos (tipo 1), como explicação ao mecanismo de coerção representada em I e II:

I

→ **Coerção de tipo**

II

→ **Operador de posse**

VI**Objeto**

Onde:

y = indivíduo

x = objeto (carro/celular)

e = evento

Portanto, o sentido dos enunciados deste grupo depende da relação que pode ser estabelecida entre os papéis qualia: constitutivo e télico. Como não é suficiente para a interpretação desejada a informação dada no qualia constitutivo – x é propriedade de y – torna-se relevante acrescentar outra informação: x é um instrumento por meio do qual y realiza um evento, por exemplo, o de locomover-se.

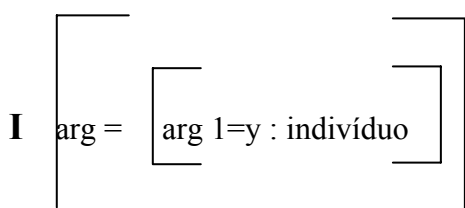
GRUPO E

Tipo 2 (y) Tipo 1 (X)	X	Y
22. estou na galeria	quadro	pintor
23. estou em cartaz	peça	diretor
24. estou nas melhores revistas	fotos	fotógrafo
25. fui avaliado	trabalho	autor
26. fui apostado como o mais lido	livro	autor
27. fui apostado como o mais ouvido	CD	músico
28. fui abreviado	novela	autor
29. estou com os melhores bailarinos do país	espetáculo	diretor
30. “...quantos colegas consagrados jazem nas prateleiras empoeiradas” (folha SP 10/06/2005)	livro	autor

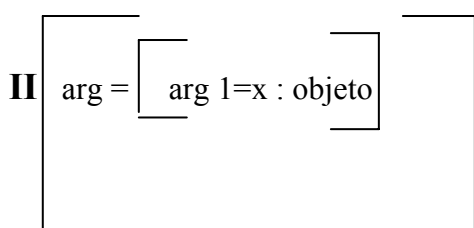
Nesse caso, parece que o mecanismo de coerção é possível graças a um operador que vem a ser uma relação de posse muito específica, denominada aqui de **autoria**, pois somente o autor da obra pode produzir enunciados como os apresentados acima.

Trata-se de uma relação entre x e y que, além de contemplada na proposta III, também deve ser explicada na estrutura de Qualia pelo quale agentivo, dado que X é criado por Y. Logo, a proposta VII, em substituição à III, seria o modelo de representação do enunciado 22 e, por extensão, dos demais exemplos deste grupo:

Predicado: *estou na galeria*

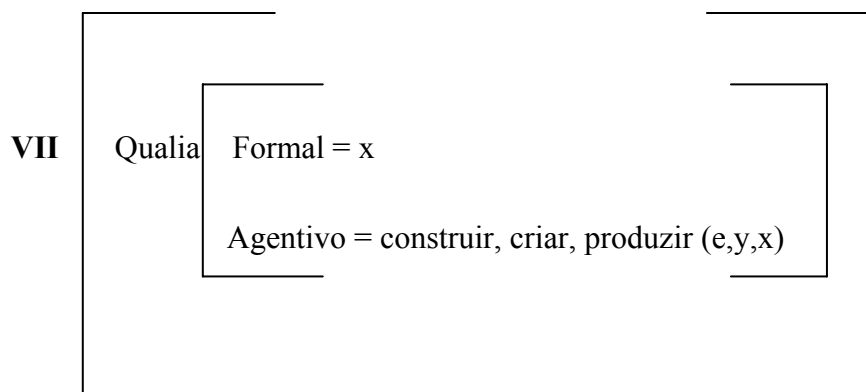


→ **Coerção de tipo**



→ **Operador de posse**

objeto: *quadro*



Onde:

y = indivíduo

x = objeto (quadro)

e = evento

Quando um pintor produz um enunciado como 22, ele faz referência a um ou mais quadros, não como um objeto que ele tenha adquirido, mas como um objeto que ele tenha produzido ou criado. Logo, não se trata de uma relação proprietário/propriedade, mas de criador/objeto. Talvez essa seja uma relação de posse mais específica: autoria. E quando se trata de autoria, há a restrição de alguns enunciados. Por exemplo, o fato de eu possuir alguns livros, não me permite dizer *estou na estante*, enunciado exclusivamente licenciado aos autores dos livros.

GRUPO F

Tipo 2 (y) Tipo 1 (X)	X	Y
31. estamos sem eletricidade	cidade	habitantes
32. estamos sem governo	cidade	habitantes
33. estamos sem rádio	cidade	habitantes
34. estamos sem telefone	cidade	habitantes
35. estamos sem produtos Microsoft	empresa	funcionários
36. estamos sem medicamentos básicos	empresa	funcionários
37. estamos em São Paulo	empresa	funcionários
38. estamos sem liderança	partido	pessoas
39. estamos sem candidato	partido	pessoas
40. “não ficamos estocados” (Folha SP – 18/12/05)	empresa	pessoas

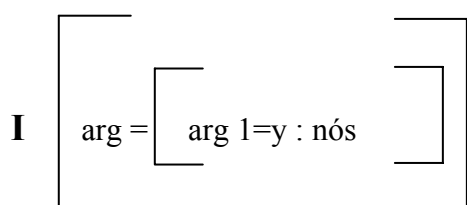
Neste grupo, há os exemplos mais recorrentes de extensão de sentido, casos em que o argumento expresso sintaticamente como sujeito do predicado é o pronome nós (mesmo que subentendido), representando a coletividade. Na verdade, o uso da primeira pessoa do

plural se justifica pela representação dada ao grupo de pessoas que fazem parte da cidade, da empresa ou do partido.

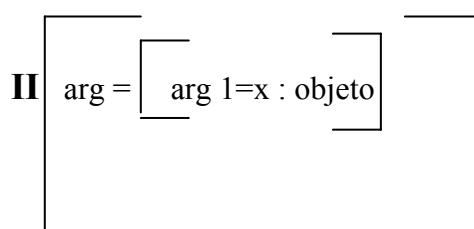
Devemos considerar que há uma relação de posse entre x e y, mas destacando o fato de que se trata de uma relação inversa àquela expressa em III: enquanto para os outros grupos foi estabelecida a relação Y possui X, agora, ao contrário, X possui Y. Essa relação é inegável, uma vez que pessoas (y) representam uma das facetas que compõem nomes como cidade, empresa e partido.

Retomemos, assim, a noção de polissemia lógica dada por Pustejovsky (1995), para o qual alguns nomes já têm vários sentidos lexicalizados, fato que se explica na estrutura de Qualia, a exemplo de cidade. Assim, como última proposta de representação formal da metonímia, temos a associação de I, II e VIII:

Predicado

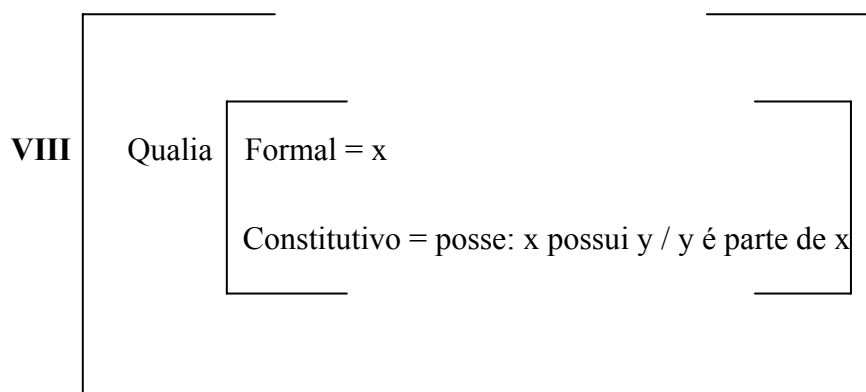


→ **Coerção de tipo**



—————→ **Operador de posse**

objeto: lugar



Onde:

y = pessoas

x = lugar (cidade / empresa)

A ocorrência mais comum de enunciados pertencentes a esse grupo em relação aos demais justifica o fato de esse processo já não estar no debate sobre os casos contextualizados e ter sido convencionalizado, ou por meio de um tratamento formal, como é o caso da Polissemia Lógica, ou pela aceitação desses exemplos como um processo lexicalizado de metonímia.

O objetivo neste capítulo foi o de buscar alguns indícios de regularidades na estrutura de fenômenos lingüísticos que pareciam, num primeiro instante, tão dependentes do contexto. Não pretendo com isso afirmar que haverá regras que regulem todo e qualquer exemplo de extensão de sentido. Ao contrário, deve haver criações na língua cuja explicação

seja de natureza exclusivamente pragmática, pois, quando buscamos contextos adequados, quase tudo pode ser explicado.

No entanto, o que parece ser extremamente relevante, e espero que a apresentação dos dados tenha demonstrado isso, é: a) esse tipo de fenômeno lingüístico estudado pode ser tratado na TLG como um mecanismo de coerção de tipo; b) a coerção é licenciada por um operador relação de posse; c) essa relação de posse possui variações, e tais especificidades também podem ser tratadas na TLG, quando se recorre à estrutura de Qualia; d) todo esse mecanismo pode ser situado no processo de composição enriquecida, como apresentado na seção 3.1.

CONCLUSÃO

Nesta tese, examinei os casos de metonímia consideradas não convencionais, tendo, de início, os seguintes problemas a serem tratados: a) a definição de metonímia, visto ser um processo analisado por diferentes autores, por meio de abordagens teóricas nem sempre compatíveis; b) a relação entre metonímia e polissemia, uma vez que os casos classificados por Pustejovsky no quadro da polissemia lógica assemelham-se aos exemplos tradicionalmente vistos como metonímia clássica; c) a dificuldade em se tratar formalmente os enunciados cuja interpretação depende de um conhecimento contextual.

Dadas essas questões, optei por percorrer um caminho que partiu de um panorama mais amplo em relação aos aspectos conceituais para que pudessem ser delimitadas as definições necessárias. É o caso do primeiro capítulo, em que foram estabelecidas as possibilidades de tratar as questões referentes ao significado no campo da semântica lexical, para, em seguida, situar a polissemia como um dos processos inseridos no quadro maior de indeterminação de sentidos. Da mesma forma, ainda na sequência desse capítulo, definiu-se a metonímia a partir de sua apresentação sob diferentes perspectivas, chegando à delimitação do tipo de metonímia que seria tomada como o objeto de investigação na análise: enunciados como *estou estacionado*. Ao final desse percurso, por meio do qual foi organizado o capítulo inicial, duas questões vieram à tona, o que me levou à reflexão sobre a concepção teórica a ser adotada na sequência.

A primeira questão dizia respeito ainda à classificação do objeto de estudos, cujas opções seriam: a) tratar o enunciado *estou estacionado* como um caso de transferência de predicado, adotando a hipótese elaborada por Nunberg (1996), e esta de fato foi a minha

escolha inicial; b) denominá-lo de metonímia, posicionando-me a favor de uma análise que considera a mudança de referente; ou c) partir para uma análise que busque explicar a regularidade do processo, acreditando na TLG como uma teoria adequada a esse objetivo, o que anula a divergência apresentada nas hipóteses anteriores. Dada a opção pela terceira hipótese, justifica-se a apresentação da TLG, Pustejovsky (1995), como um dos modelos de suporte teórico à análise.

A segunda questão a ser refletida era em relação ao quanto poderia parecer incoerente o fato de se optar por uma teoria lexical para explicar a metonímia, após a apresentação de vários autores que estudam o fenômeno em uma abordagem cognitivista. Ora, retomando aqui uma comparação que diferencie as duas concepções, podemos estabelecer que, enquanto a semântica cognitiva atribui a flexibilidade do léxico à mente, e não ao código, a TLG vê essa flexibilidade no próprio léxico. Além disso, Pustejovsky trata a metonímia convencionalizada como polissemia lógica, não diferenciando os dois processos, diferença esta que se apresentou como relevante na abordagem cognitivista.

No entanto, esse confronto de idéias cabe apenas quando está em jogo a relação entre metonímia e polissemia nos casos mais convencionais. Parece que, diante da metonímia não-convencionalizada, tal confronto não se estabelece, visto que Pustejovsky não trata desse fenômeno, delegando o estudo de tais casos à área da Pragmática. Portanto, pareceu-me não haver problema tratar as extensões de sentido, que até o momento eram vistas como pragmáticas, em uma perspectiva lexical, aliando a isso a leitura de Jackendoff (2002), dada a sua proposta de tratar os aspectos contextuais da metonímia não convencionalizada no domínio da estrutura conceptual.

Logo, no segundo capítulo, pelo fato de previamente considerar que não fosse incompatível referir-me simultaneamente aos dois autores, segui com a apresentação de

Pustejovsky e Jackendoff, delimitando, da leitura da cada um deles, os pontos que seriam relevantes para a análise.

Como terceiro e último capítulo desta tese, apresentei uma proposta de análise que procura compatibilizar as idéias expostas pelos dois autores citados como aporte teórico. O percurso de elaboração de tal proposta pode ser brevemente retomado pelos seguintes itens:

- a) Em comparação ao esquema de representação do enunciado *the ham sandwich over in the corner wants more coffee*, dado por Jackendoff, o exemplo *estou estacionado* também pode ser mostrado como um caso de **composição enriquecida**. Isso significa que a interpretação que fazemos para o segundo enunciado – “meu carro está estacionado” – possui uma parte não expressa nos níveis fonológico e sintático, definida como parte da estrutura conceitual, que o esquema formalizado pelo autor trata de explicitar. A vantagem desse modelo de representação está no fato de se estabelecer, dentro da estrutura conceitual, um “lugar” para a parte contextualizada do enunciado.
- b) Como a composição enriquecida é um processo abrangente, que parece dar conta de explicar construções lingüísticas que envolvem extensão de sentido e coerção de aspecto, pode-se considerar o **mecanismo de coerção de tipo** – estudado a partir da TLG – como um mecanismo possível de ser explicado no âmbito desse mesmo processo da composição enriquecida, conforme exposto no segundo capítulo. Assim, a opção por analisar *estou estacionado* como coerção de tipo é compatível com fato de tal exemplo também ter sido anteriormente estruturado como composição enriquecida.
- c) A escolha do mecanismo de coerção para explicar *estou estacionado* se pauta na seguinte leitura que se faz desse tipo de construção lingüística: o predicado *estacionar*

seleciona como argumento um SN veículo (tipo 1), o que acarretaria a má formação semântica do enunciado em questão. No entanto, pelo mecanismo de coerção, faz-se a conversão do tipo 2 – indivíduo – em tipo 1 – veículo, e o que permite essa conversão de tipos é a **relação de posse** entre veículo e indivíduo. Tem-se, então, o ponto central da análise, que consiste em explicar tal relação de posse, que é uma relação semântica e com traço gramatical (sujeito subentendido na primeira pessoa), fortemente marcada nos exemplos encontrados.

- d) Mais uma vez com base no LG, tem-se a opção de explicar a relação de posse dentro da **Estrutura de Qualia**, e, a partir da investigação dos dados selecionados, torna-se relevante estabelecer grupos que evidenciam diferentes aspectos nessa relação. Assim, para cada grupo, apresenta-se uma proposta de formalização, inserindo nelas os qualia constitutivo, agentivo e télico.

Ao longo deste trabalho, procurei mostrar que, diante de construções linguísticas interpretadas contextualmente, é possível investigar se há regularidade na construção desses enunciados, bem como buscar o que explica tal regularidade. Em função de a pesquisa acadêmica requerer a delimitação do tema e do modelo teórico-metodológico, investiguei a regularidade de um tipo específico de enunciado e assumi o enfoque lexical para a análise. Entretanto, ficam abertas as possibilidades de serem estudados outros casos de extensão de sentido, tanto quanto as possíveis perspectivas teóricas para isso. Espero ter contribuído, de alguma forma, para a pesquisa na área da semântica lexical e para o nosso conhecimento quanto ao funcionamento da língua portuguesa.

REFERÊNCIAS

- BARCELONA, Antônio (2003). “The cognitive theory of metaphor and metonymy”. In: *Metaphor and metonymy at the crossroads*. New York: Mouton de Gruyter.
- BONHOMME, Marc (1987). *Linguistique de la métonymie*. Paris: Lang.
- CAMPOS, Jorge (2004). *Os enigmas do nome: na interface lógica/semântica/pragmática*. Porto Alegre, RS: AGE: EDIPUCRS.
- CHIERCHIA, Genaro (2003). *Semântica*. Campinas, SP: Editora da Unicamp.
- CHISMAN, Rove L. O. (2003). “O sentido polissêmico dos verbos eventivos segundo a teoria do léxico gerativo”. In: *Fórum Lingüístico*, v.3, n.2, 177-189.
- COPESTAKE, Ann & BRISCOE, Ted (1996). “Semi-productive polysemy and sense extension”. In: PUSTEJOVSKY, James & BOGURAEV, Branimir. *Lexical Semantics. The problem of polysemy*. Oxford: Clarendon Press.
- CROFT, William (2000). “The role of domains in the interpretation of metaphors and metonymies”. In: PEETERS, Bert. *The lexicon-encyclopedia interface*. Amsterdam: Elsevier.
- CRUSE, D. A. (1986). *Lexical Semantics*. New York: Cambridge University Press.
- DUCROT, Oswald (1987). *O dizer e o dito*. Campinas, SP: PONTES.
- FERREIRA, Aurélio B. de H. (1999). *Novo Aurélio do século XXI: o dicionário da língua portuguesa*. 3ª. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
- FODOR, Jerry & LEPORE, Ernest (1998). “The Emptiness of the Lexicon: Reflections on James Pustejovsky’s The Generative Lexicon”. In: *Linguistic Inquiry*, v.29 n.2, 269-288.
- GAYRAL, Françoise (1998). “Créativité du Sens en Contexte et Hypothèse de Compositionnalité”. In: *Traitement automatique des langues*, v.39, n.1, 67-98.

JACKENDOFF, Ray (1980). *Semantic Interpretation in Generative Grammar*. Cambridge, Mass.: MIT Press.

_____.(2002). *Foundations of Language: Brain, Meaning, Grammar, Evolution*. New York: Oxford, University Press.

KLEIBER, Georges (1999). *Problèmes de sémantique: la polysémie en questions*. Villeneuve d'Ascq: Presses Universitaires du Septentrion.

LAKOFF, George & JOHNSON, Mark (2002). *Metáforas da vida cotidiana*. São Paulo: Educ.

LANGAKER, Ronald W. (2002). *Concept, image and symbol: the cognitive basis of grammar*. New York: Mouton de Gruyter.

MORAVCSIK, Julius M. (1990). *Tought and Language*. London and New York: Routledge.

_____.(1998). *Meaning, creativity, and the partial inscrutability of the human mind*. California: Center for the study of language information – Stanford.

MOURA, Heronides (1999). *Significação e Contexto: uma introdução a questões de semântica e pragmática*. Florianópolis, SC: Insular.

_____.(2001). “A determinação de sentidos lexicais no contexto”. In: *Cadernos de Estudos Lingüístico*, Campinas, SP, v. 41, 111-125.

_____.(2003). “A teoria do léxico gerativo e o problema da interface léxico-enciclopédia”. In: Dias-da-Silva, B. C. (org.) *Todas as trilhas: pesquisas e projetos*. 1 ed. Araraquara, SP, v. 1, 31-39.

NUNBERG, Geoffrey (1996). “Transfers of Meaning”. In: PUSTEJOVSKY, James & BOGURAEV Branimir. *Lexical Semantics – the problem of polysemy*. New York: Oxford University Press.

OLIVEIRA, Roberta (2001 a). Semântica. In: MUSSALIN, Fernanda e BENTES, Ana Christina (orgs). *Introdução à Lingüística: domínios e fronteiras*, v.2. São Paulo: Editora Cortez.

_____.(2201 b). *Semântica Formal*. Campinas, SP: Mercado de Letras.

PEETERS, Bert (ed) (2000). *The lexicon-encyclopedia interface*. Amsterdam: Elsevier.

PINKAL Manfred (1995). *Logic and Lexicon*. Dordrecht: Kluwer Academic Publishers.

PUSTEJOVSKY, James (1995). *The Generative Lexicon*. Cambridge: MIT Press.

PUSTEJOVSKY, James & BOGURAEV, Branimir (1996). *Lexical Semantics. The problem of polysemy*. Oxford: Clarendon Press.

PUSTEJOVSKY, James (1998). “Generativity and explanation in semantics: a reply to Fodor and Lepore”. In: *Linguistic Inquiry* v. 29, n. 2, 289-311.

_____.(2000). “Lexical shadowing and argument closure”. In: RAVIN, Yael & LEACOCK, Claudia. *Polysemy. Theoretical and computational approaches*. Oxford: Oxford Press.

RAVIN, Yael & LEACOCK, Claudia (2000). “Polysemy: An Overview”. In: *Polysemy. Theoretical and computational approaches*. Oxford: Oxford Press.

TAYLOR, John. R. (1989). *Linguistic Categorization. Prototypes in Linguistic Theory*. Oxford: Clarendon Press.

